

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Escola de Arquitetura e Design**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

Danielle de Fátima Cunha

**NARRATIVAS DA AUTOCONSTRUÇÃO: perspectivas para o campo de  
conhecimento da arquitetura**

Belo Horizonte  
2023

Danielle de Fátima Cunha

**NARRATIVAS DA AUTOCONSTRUÇÃO: perspectivas para o campo de  
conhecimento da arquitetura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Profa . Dr.<sup>a</sup> Denise Morado Nascimento.

Belo Horizonte

2023

### FICHA CATALOGRÁFICA

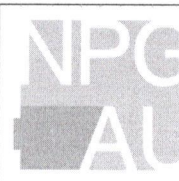
C972n Cunha, Danielle de Fátima.  
Narrativas da autoconstrução [manuscrito] : perspectivas para o campo de conhecimento da arquitetura / Danielle de Fátima Cunha. – 2023.  
153 f. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Habitações – Teses. 3. Arquitetura de habitação – Teses. 4. Narrativas pessoais – Teses. I. Nascimento, Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Narrativas da autoconstrução: perspectivas para o campo de conhecimento da arquitetura**

**DANIELLE DE FÁTIMA CUNHA**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 16 de novembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento – Orientadora  
EA-UFMG

Profa. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes  
EA-UFMG

Profa. Dra. Monique Sanches Marques  
UFOP

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2023.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Denise Morado Nascimento, pelo acolhimento paciente e dedicação inspiradora.

Ao grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG. Especialmente, à Bianca, pela disponibilidade sincera todas as vezes que eu pedia para conversarmos sobre nossas pesquisas. Você me ensinou muito! E à Elena e à Larissa, pela companhia nas visitas de campo.

A todos os moradores construtores de Lafaiete que se dispuseram a realizar comigo as entrevistas. Essa pesquisa foi possível graças à disposição que vocês tiveram em compartilhar suas vivências.

Às amigas das Letras, Graci e Eliane, pela generosidade dos ensinamentos e dos conselhos.

Às minhas primas Aline e Carol, pela paciência no convívio e na escuta durante esse tempo tão tumultuado.

Às amigas do escritório, Adriely, Raquel e Cecília. Trabalhar com vocês foi uma alegria enorme e um aprendizado único. Espero continuarmos as parcerias.

Às meninas do Gabinete, Ana Lorena, Beatriz, Mariane, Imaculada, Sandra e Vívian. Obrigada por serem compreensivas comigo nesse tempo de mestrado. Vocês me acolheram por inteiro, ainda que eu estivesse dividida e cansada. Quando crescer, quero ser como vocês. E também aos meninos, Vinícius e João.

Ao CEFET-MG por ser, há mais de um ano, a minha casa fora de casa. Agradeço a todas as pessoas que, seja conversando nos corredores ou no horário do almoço, se dispuseram a trocar suas vivências comigo.

À minha mãe que, conhecendo Lafaiete como a palma da mão, foi crucial no estabelecimento de conexões com os moradores. À Denise, que por diversas vezes me estendeu a mão com muita generosidade e carinho. Ao meu pai e ao Giovane, por estarem sempre presentes.

À Rosana, Tati e Tarcísio, por me abrirem as primeiras portas.

Aos Arquitetos da Vila, por me convidarem a conhecer os moradores do Aglomerado da Serra e as atividades do escritório. E a esses moradores, pela abertura ao diálogo franco e valioso.

Àqueles que se dispuseram a ler este trabalho, especialmente, às professoras Marcela e Monique que, com observações certeiras e questionamentos instigantes, fizeram a pesquisa amadurecer e ganhar consistência.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig, pelo apoio à realização desta pesquisa.

Quanta gente, que privilégio eu tive!

Não te aflijas com a pétala que voa:  
também é ser, deixar de ser assim.

Cecília Meireles

## RESUMO

Com o objetivo de responder à pergunta “o que as narrativas dos moradores autoconstrutores revelam para o campo de conhecimento da arquitetura sobre o produzir o espaço”, realizamos esta pesquisa bibliográfica com o intuito de melhor e definir o sentido e as implicações dos conceitos usados em sua formulação, a saber, campo do conhecimento da arquitetura e autoconstrução. A partir deste repertório teórico e de um *corpus* formado por onze entrevistas não estruturadas realizadas com moradores autoconstrutores de bairros periféricos de Conselheiro Lafaiete/MG, é feita uma análise de conteúdo das narrativas dessas pessoas, com base em Bardin (2011). Por meio dessa análise, é possível construir reflexões teóricas em torno dos temas: *território, práticas construtivas, tempo e recursos financeiros, cultura e agentes, alteridade, autonomia*. Essas reflexões conformam uma leitura que, se por um lado nos permite avançar no entendimento da autoconstrução – fenômeno predominante na produção do espaço urbano brasileiro –, por outro lado, lança luz às maneiras como o campo de conhecimento da arquitetura filtra e hierarquiza saberes e, por conseguinte, permite-nos novas perspectivas acerca da inserção do arquiteto na produção do espaço urbano e da construção de seu campo de conhecimento.

Palavras-chave: campo de conhecimento da arquitetura; autoconstrução; narrativas.

## **ABSTRACT**

Aiming to answer the question “what do the narratives of self-builders reveal to the field of architectural knowledge about producing space?”, we did a bibliographical research in order to better define the meaning and implications of the concepts used in its formulation, namely field of architectural knowledge and self-construction. Based on this theoretical repertoire and a corpus of eleven open interviews with self-builders from peripheral neighborhoods in Brazilian town of Conselheiro Lafaiete, we then applied Bardin’s content analysis technique to those narratives. Through this process we formulated theoretical reflections around the topics: territory, constructive practices, time and income, culture and agents, otherness, self-determination. Those reflections composed a reading that allows us to advance the understanding of self-construction, a predominant phenomenon in the production of Brazilian urban space, as well as formulate an approach to the ways the field of architectural knowledge filters and hierarchizes information. Consequently, this allows us new perspectives on the insertion of the architect in the production of urban space and the formation of this field of knowledge.

Keywords: field of architectural knowledge; self-build; narratives.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Discursos <i>versus</i> problemáticas.....	13
Figura 2 - Campo da produção do espaço urbano.....	15
Figura 3 - Campo de conhecimento da arquitetura.....	22
Figura 4 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 1ª parte.....	26
Figura 5 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 2ª parte.....	27
Figura 6 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 3ª parte.....	29
Figura 7 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 4ª parte.....	34
Figura 8 - Cisões e dinâmicas no campo de conhecimento da arquitetura.....	35
Figura 9 - Síntese dos entendimentos presentes na bibliografia estudada.....	50
Figura 10 - Localização de Lafaiete na Rede Urbana do Entorno.....	54
Figura 11 - Evolução da população e formação da legislação urbanística municipal.....	58
Figura 12 - Bairro Sion.....	61
Figura 13 - Bairro São Judas.....	61
Figura 14 - Bairro Parque das Acácias .....	62
Figura 15 - Localização das entrevistas e indicação das áreas ocupadas pela população de baixa renda no município.....	63
Figura 16 - Localização das entrevistas.....	64
Figura 17 - Imagens de satélite capturadas em dezembro de 2004.....	65
Figura 18 - Bairro Lima Dias .....	67
Figura 19 - Bairro Progresso.....	72
Figura 20 - Corte esquemático transversal do núcleo inicial da moradia.....	73
Figura 21 - Corte esquemático longitudinal representando a escada vista de frente.....	75
Figura 22 - Bairro Morada do Sol.....	77
Figura 23 - Planta esquemática da casa atualmente.....	78
Quadro 1 - Legenda para as codificações utilizadas nas entrevistas.....	95
Figura 24 - Mapa do bairro, indicando os elementos em destaque na narrativa.....	106
Figura 25 - Campo de conhecimento da arquitetura: contaminações e fissuras.....	146

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: CAMPO DE CONHECIMENTO DA ARQUITETURA</b> .....	19
1.1 Definição e considerações iniciais .....	19
1.2 Projeto e Espaço.....	22
1.3 Cisões e dinâmicas no campo de conhecimento da arquitetura.....	25
1.4 Outras perspectivas .....	36
<b>CAPÍTULO 2: AUTOCONSTRUTORES</b> .....	40
2.1 Autoconstrução em loteamento periférico .....	50
2.2 Informações sobre o campo e o <i>corpus</i> .....	53
2.2.1 A expansão da cidade e formação do arcabouço normativo da política urbana lafaietense .....	56
2.2.2 Informações sobre a população.....	59
2.2.3 Os bairros e o <i>corpus</i> .....	60
2.3 Apresentando algumas narrativas.....	68
2.3.1 Seu Antônio e Dona Luiza .....	68
2.3.2 Jorge e Gabriela .....	72
2.3.3 Mariana e Fabrício.....	77
<b>CAPÍTULO 3: PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	81
3.1 Caracterização da pesquisa e premissas.....	81
3.2 Coleta e análise das narrativas .....	86
3.2.1 Linhas de análise.....	88
<b>CAPÍTULO 4: UMA LEITURA DA AUTOCONSTRUÇÃO PARA O CAMPO DE CONHECIMENTO DA ARQUITETURA</b> .....	94
4.1 Território .....	96
4.2 Práticas construtivas.....	107
4.3 Tempo e recursos financeiros .....	113

4.4 Cultura e agentes.....	117
4.5 Alteridade.....	124
4.6 Autonomia.....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148

## INTRODUÇÃO

O discurso é, conforme Gregolin (1995, p. 17), “um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade.” A partir dessa assertiva, no âmbito desta pesquisa, ele será o constructo usado para nos referirmos a grandes narrativas coletivas próprias de cada campo de conhecimento, frequentemente percebidas como autoevidentes ou naturalizadas naquele campo e por aquela cultura, subjazendo nas narrativas singulares e múltiplas. O discurso interfere no cotidiano e se reproduz nas narrativas dos indivíduos e grupos, mas sua produção faz parte de jogos de poder cuja escala (temporal-espacial) é mais ampla e mais indefinida do que a da narrativa do interlocutor, de forma que a pessoa que o reproduz não fala apenas por si, mas também pelas instituições que participaram de sua formação.

Essa definição nos auxilia a enunciar o ponto de partida desta pesquisa, formado em torno de reflexões que abordavam, de um lado, o que era vivenciado no cotidiano da prática do projeto e, de outro, o que era lido acerca da arquitetura. Observamos que o espaço construído é um produto coletivo de disputas intrincadas, e o arquiteto tem cada vez menos ação nessa produção, ainda que reivindique para si, em algum sentido, o atributo de *expert* em espaço construído.

As leituras realizadas após a graduação e no início do mestrado evidenciaram duas problemáticas acerca da prática da arquitetura. A primeira, observação a partir de Limonad (2021), Marques (2010) e Stevens (2003), identifica o foco do arquiteto à forma, ao produto acabado e descolado da realidade social das cidades. A segunda, ilustrada por Whitaker (2011), Segnini (2002; 2010) e Salvatori (2008), sinaliza as dificuldades pragmáticas que enfrentam os profissionais em um mercado reduzido e altamente competitivo, que lança o indivíduo em um conflito profissional:

Se, por um lado, o arquiteto é um profissional que vive de seu trabalho em uma sociedade de mercado, necessitando de demanda por seus serviços, por outro, revela-se um artista que pretende fazer do resultado desse trabalho uma representação de seu tempo (SEGNINI, 2010, p. 129).

Diante do entendimento de que os arquitetos se preocupam sobremaneira com a forma/o objeto – com o caráter estético de seu trabalho – e, com isso, se esquivam de temas sociais mais prementes, quando há tanto trabalho a ser feito, não seria preocupante que esse agente, inserido em uma dinâmica muito mais ampla que o

alcance de sua prática (a dinâmica da produção do espaço urbano) e interpelado por situações envolvendo precarização de suas condições de trabalho e aumento da competição, continue disputando para si a responsabilidade de um papel social central na produção desse espaço?

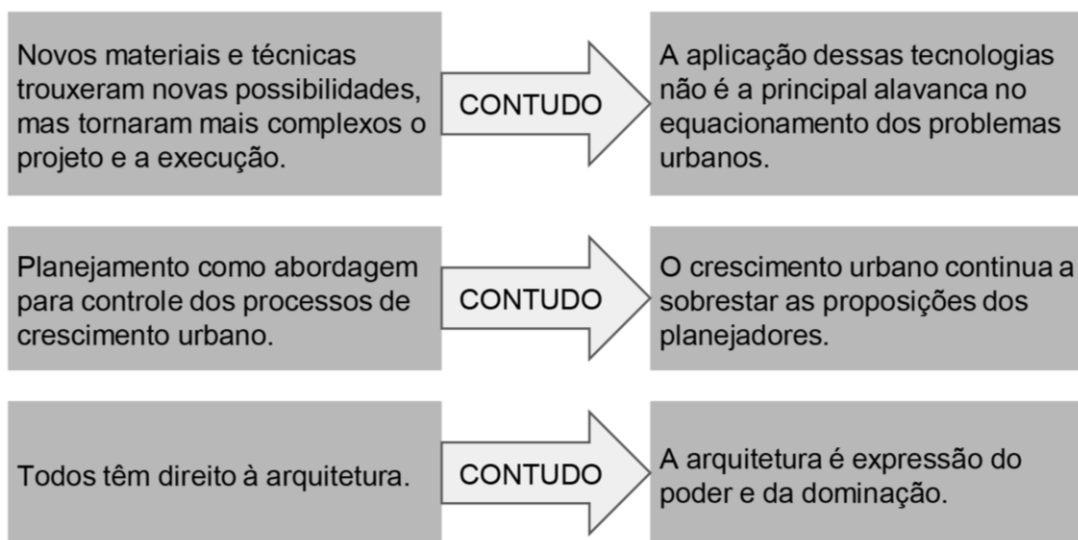
O incômodo expresso neste questionamento nos levou ao estudo da produção do espaço urbano, para compreender um pouco das múltiplas maneiras interrelacionadas pelas quais essa produção se dá. Este conceito, enunciado por Henri Lefebvre, foi trabalhado em disciplinas do mestrado e é tratado neste trabalho a partir da leitura de Carlos (2016). Não se resume a produzir o *habitat* humano em sua dimensão física. Abarca também a geração de conhecimentos, ideologias, relações sociais e produtivas nos diversos setores da economia. Compreende tanto a multiplicidade da vida cotidiana quanto as estruturas sociais que dão sentido a esse cotidiano e, além disso, implica não apenas o fazer, mas o se apropriar daquilo que é feito. Esse aspecto, na estrutura social capitalista, se realiza de modo contraditório (Carlos, 2016), uma vez que a produção é coletiva, mas a apropriação é privada.

Reunindo as duas problemáticas supramencionadas, acerca da prática da arquitetura e o estudo da produção do espaço urbano brasileiro, entendemos que há uma controvérsia a respeito da posição do arquiteto nessa produção. De um lado, há estrangulamentos advindos da conjunção dos seguintes fatores: (1) novos materiais e métodos construtivos não são a principal alavanca no equacionamento dos problemas urbanos, em especial a provisão habitacional (MARICATO, 2009). Isso porque, segundo Maricato (2009), a aplicação dessas tecnologias não é vinculada à compreensão e ao aprimoramento da organização das relações de trabalho. (2) Esta mesma produção continua a sobrestar as proposições dos planejadores, as quais são reiteradamente cooptadas pelos interesses dos representantes do capital (MARICATO, 2009); e (3) a arquitetura é expressão mesma do poder e da dominação (BICCA, 1984).

De outro lado, como contraponto aos três fatores identificados acima, há o discurso do arquiteto urbanista enquanto um gênio criador ou como um maestro do processo multiescalar de produção das cidades, que ainda predomina nos ateliês das universidades (MARQUES, 2010) e em mídias como o cinema (HIROKI, 2019). A este se coadunam outros mais, que justificam a necessidade da arquitetura com base em:

(1) aumento na complexidade dos projetos e da execução das obras com o advento, a partir do Renascimento, de novos materiais e técnicas (OLIVEIRA, 2016); (2) uma aplicação do planejamento, para controle dos processos de crescimento urbano, conforme critica Maricato (2009); e (3) uma ideia de que todos têm direito à arquitetura, a qual está implicada na proposta da Lei de Arquitetura e Engenharia Públicas (Lei Federal nº 11.888/2008), bem como no discurso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), como é possível observar pela campanha “Arquitetura e Urbanismo, um Direito de Todos”,<sup>1</sup> realizada em 2019.

Figura 1 - Discursos versus problemáticas.



Fonte: elaborado pela autora.

Essa incompatibilidade entre os discursos hegemônicos no campo de conhecimento da arquitetura e as questões presentes na dinâmica da produção do espaço urbano interfere na ontologia do nosso ofício e na construção epistemológica da arquitetura, as quais reverberam nas práticas dos arquitetos. Pode, dessa forma, cercear a inserção destes profissionais na disputa coletiva e nas definições acerca desse espaço. Essas questões, conforme ressalta Marques (2010, p. 24), “desabam em menos oportunidades de trabalho, restrição dos nossos campos de atuação, estetização, distâncias entre nós e as comunidades, dentre outras dificuldades.”

Na supramencionada disputa coletiva, diversos agentes têm algo a dizer sobre a produção do espaço: Estado, arquitetos, engenheiros, advogados, sociólogos,

<sup>1</sup> Disponível em <<https://www.caums.gov.br/arquitetura-e-urbanismo-um-direito-de-todos-e-o-tema-da-campanha-dia-do-arquiteto-e-urbanista/>> Acesso em abril de 2023.

geólogos, economistas, psicólogos, construtores, pedreiros, empresários, especuladores, moradores, etc. Parece que, a despeito das facilidades e variedades das formas de comunicação, resta um sentimento de que nos, arquitetos, entendemos cada vez menos, o qual endossa comentário similar feito pelo professor João Farias Rovati, em evento da Associação das Escolas e Faculdades de Arquitetura Públicas da América do Sul (Arquisur)<sup>2</sup> de que existiria um “sentimento de incomunicabilidade”.

A partir disso, nos perguntamos como se fazer entender na cacofonia e, assim, poder contribuir, poder trabalhar. Talvez, observando e escutando primeiro, a fim de compreender como a produção do espaço urbano acontece na prática, isto é, no cotidiano, no chão.

A motivação para o trabalho de escuta e observação reside, assim, na expectativa de que ele possa trazer novas perspectivas ao nosso campo de conhecimento. Perspectivas que não são forjadas a partir do repertório de discursos aos quais estamos acostumados, acomodados em nosso campo de conhecimento e que, por conta disso, podem gerar reflexões críticas. Esse mesmo entendimento ressoa em escritos de estudiosos do sociólogo francês Pierre Bourdieu: Thiry-Cherques (2006, p. 38) coloca que “Enquanto integrantes de um campo, inscritos no seu *habitus*, não podemos ver com clareza as suas determinações”, e Stevens (2003, p. 71) aponta: “Apenas as pessoas não inseridas em uma ordem social particular percebem que ela não é natural, porém apenas uma maneira particular de fazer as coisas”.

Pressupõe-se que atentar às perspectivas que não fazem parte da ordem social na qual se está inserido (também) é relevante. Não apenas para construir um entendimento sobre o outro, como também – e esta é a proposta da pesquisa – buscar entender como a perspectiva do outro pode ajudar a perceber o que estamos deixando passar da dinâmica de produção do espaço urbano na qual estamos inseridos, isto é, o que não sabemos sobre ela, no todo ou em partes.

Dessa forma, abordamos a arquitetura como subcampo da produção do espaço urbano, dada a existência de modos de produzir o espaço de vida externos (provavelmente, estranhos) à arquitetura, que tornam possível questionar o

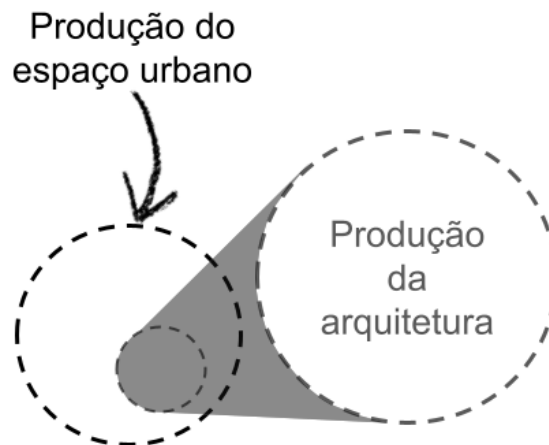
---

<sup>2</sup> Notas da autora, registradas durante o Primeiro Painel Temático Virtual do Arquisur, realizado em abril de 2021, via Youtube. Informações sobre o evento disponíveis em <<https://www.arq.unne.edu.ar/panel-arquisur-2021/#>>. Acesso em abril de 2023.

entendimento de que outros agentes, como autoconstrutores, operários da construção civil, entre outros, atribuem a ela o mesmo valor que os arquitetos (no sentido de ser o meio legítimo de provimento dos espaços públicos e privados da vida cotidiana).

Neste ponto, importa esclarecer que esta pesquisa toma de empréstimo a noção de *campo* de Pierre Bourdieu para falar da arquitetura enquanto uma *arena* de disputas entre diferentes *agentes*, inserida em uma arena maior, que é a produção do espaço urbano, como ilustra a Figura 2. Agentes, por sua vez, são indivíduos, coletividades, instituições ou mesmo forças (são entes) que agem nessa produção (os produtores), com vistas à consecução dos seus interesses, estejam estes relacionados à construção de sentidos ou de materialidades. Quaisquer ocorrências dessas duas palavras na pesquisa as apreende nesses termos.

Figura 2 - Campo da produção do espaço urbano



Elaborado pela autora.

Assim, é possível se desviar de uma postura que entende os quadros de valores e/ou os modos de vida da alteridade como coincidentes com os seus e, por isso, conhecidos, em direção a um entendimento de que os interesses que permeiam a produção do espaço urbano classificam e hierarquizam as práticas e os saberes pelos quais esse espaço é produzido – o que aponta para a possibilidade de não haver tal coincidência. A arquitetura pode ser abordada, nesse contexto, como um campo de conhecimento legitimado pelos interesses dominantes, associados à reprodução do capital, que alimenta e é alimentado na produção do espaço urbano (BICCA, 1984; STEVENS, 2003). A partir disso, entende-se, nesta pesquisa, que aos arquitetos é autorizado – pelos agentes que detém o poder econômico e político – falar do espaço



como um todo e, dessa forma, são feitos julgamentos acerca da adequabilidade e qualidade dos outros modos de se produzir o espaço urbano dos quais o arquiteto não toma parte ou toma parte em partes.

Todavia, o *ter algo a dizer sobre* o espaço pode ser uma via de mão dupla. Assim, afirmar, com a devida dose de vagueza, que arquitetura é uma coisa muito bonita, dizer que o arquiteto é quem constrói para pessoas ricas, escolhe a cor das paredes, assina o projeto de prefeitura, ou ainda, confundi-lo com outros profissionais (engenheiro, designer) – comentários que a autora ouviu em seu cotidiano de trabalho profissional, ou foram compartilhadas com ela por colegas de profissão – pode revelar mais do que as falas tomadas em sua superficialidade. Em conjunto, elas podem remeter às “sombras do profissional quase-artista, elitista ou supérfluo” (MORADO NASCIMENTO, 2017, p. 283), considerado um animador cultural servil aos interesses do capital (MAGNANI, 2002). E, com isso, essas falas remontam à ambiguidade anteriormente exposta. A partir disso, é possível aventar que há informações na produção do espaço urbano que o arquiteto não consegue decodificar, apesar de que a ele é atribuído o saber sobre o todo dessa produção e a responsabilidade de se inserir nela para, em maior ou menor escala, transformá-la.

Para avançar a partir dessa percepção, é preciso desconfiar da existência de um modo certo e um errado de produzir espaço urbano, e tomar o legal/regular e o ilegal/irregular como recursos discursivos na manutenção dos interesses das classes mais poderosas como os interesses da sociedade como um todo (BICCA, 1984). Isso leva ao reconhecimento da existência de outros saberes e, por conseguinte, à necessidade de perscrutá-los. Na busca por construir um entendimento sobre aquilo que desconhece o campo no qual a pesquisadora se insere, e na expectativa de encontrar possíveis respostas ao imbróglio no qual entende que o arquiteto se encontra, formulamos a pergunta: o que as narrativas dos moradores autoconstrutores revelam para o campo de conhecimento de arquitetura sobre o produzir o espaço?

Alguns esclarecimentos são necessários acerca da pergunta colocada. Primeiramente, uma vez notada a necessidade de perscrutar saberes outros, resta implicada a necessidade de encontrar maneiras pelas quais esse saber se dá a conhecer. Nesse sentido é feita a opção pelas narrativas, entendidas como modo de entrar em contato com a alteridade, como será melhor elucidado adiante.

Em segundo lugar, a pergunta traz um recorte que diz respeito à opção pelas narrativas dos *moradores autoconstrutores*. Isso porque eles são considerados agentes na produção do espaço urbano que não participam do campo da arquitetura. Eles constroem sua moradia e produzem parte significativa do espaço urbano sem o acesso à titulação (seja em termos de titulação técnica, seja em termos de propriedade) e sem depender dela. Assim, esse recorte surge do distanciamento entre subcampos coexistentes na produção do espaço – arquitetura e autoconstrução.

Para embasar a pesquisa em campo, desenvolvemos três quadros teóricos – campo de conhecimento da arquitetura, autoconstrutores e abordagem teórico- - metodológica – advindos da pergunta de pesquisa, e que alimentaram os capítulos seguintes. Assim, o **Capítulo 1** traz uma leitura de trabalhos inseridos no campo de conhecimento da arquitetura, entre os quais a crítica de Bicca (1984), a análise bourdieusiana de Stevens (2003) e os registros históricos e corporativos de Oliveira (2016). Também serão fontes de informações sobre o referido campo as pesquisas acadêmicas de Morado Nascimento (2005) e Segnini Jr. (2002, 2010).

Esse capítulo é para apresentar um entendimento sobre o campo de conhecimento cuja produção tem no arquiteto seu agente central, problematizando os discursos que conformam e predominam neste campo. Para tanto, desenvolvemos uma definição possível para a expressão “campo de conhecimento” e, na sequência, uma leitura da formação do mesmo. Dessa forma, não se trata de um estado da arte sobre a teoria, história e crítica da produção material da arquitetura, mas sim um entendimento acerca das maneiras pelas quais esse campo de conhecimento é formado, tentando contemplar os discursos hegemônicos, mas também alternativas a eles.

Por sua vez, o foco do tópico a respeito dos autoconstrutores (**Capítulo 2**) será uma abordagem conceitual da autoconstrução. O objetivo deste capítulo é construir um entendimento sobre o interlocutor da pesquisa, o agente que produz a autoconstrução. Antes de entrar em contato direto com ele, buscamos entender como o mesmo é inserido na teoria. Isso também abre caminho para que se possa compreender as diferenças entre o sentido que o próprio autoconstrutor atribui à sua prática (que é o que faz dele um autoconstrutor) e os sentidos que a teoria apresenta sobre essa prática.

Para tanto, é feita uma leitura histórica sobre a inserção da autoconstrução na produção do espaço urbano no Brasil, bem como sobre os estudos desenvolvidos dentro da temática, a qual desemboca no destrinchamento do conceito de autoconstrução. Por fim, apresenta o campo visitado e o *corpus* que fornecerá o material empírico para a reflexão crítica organizada na parte seguinte.

No **Capítulo 3**, costuramos os tecidos por meio da explanação sobre a abordagem metodológica para coleta e análise das narrativas, a qual se orientou pelas considerações do capítulo anterior. Recorremos, especialmente, a Bardin (2011), Magnani (2002, 2014) e Lima *et al* (2015), a fim de compreender possibilidades de construir reflexões críticas para o campo de conhecimento. Este capítulo detalha a caracterização da pesquisa, a construção do *corpus* e o processo de condução das entrevistas. Ademais, são enunciados as premissas orientadoras e os procedimentos utilizados na análise temática.

A leitura, releitura, destrinchamento e reorganização comparada de trechos das diversas narrativas transcritas permitiu identificar núcleos de sentido (temáticas centrais, palavras chaves) que foram organizados em linhas por meio das quais desenvolvemos reflexões críticas apresentadas no **Capítulo 4**, que traz análise temática, resultados e discussões.

Finalmente, a seção **Considerações Finais** fecha o trabalho, resgatando seus principais pontos, desafios e potenciais contribuições, bem como apontando possíveis investigações futuras.

## **CAPÍTULO 1: CAMPO DE CONHECIMENTO DA ARQUITETURA**

### 1.1 Definição e considerações iniciais

Este capítulo apresenta uma leitura sobre a construção teórica que é o “campo de conhecimento da arquitetura”, colocando em questão alguns discursos em atuação neste campo. Isto significa considerar a presença de forças internas e externas, filtrando e hierarquizando informações, saberes, valores e signos, na construção daquilo que é considerado o conjunto de conhecimentos próprio do arquiteto, o qual é transmitido pela sua formação acadêmica, reproduzido em sua prática profissional e reiterado pela mídia e pela informação técnica especializada que esse profissional consome e produz. Abarca, dessa forma, tanto um conhecimento abstrato e tecnológico quanto um conhecimento sensível e empírico (SOUSA *et al*, 2015).

Dessa forma, acreditamos que o campo de conhecimento pode ser compreendido como uma conjugação (i) do saber técnico e acadêmico, parte do qual é disciplinarizado e transmitido na formação profissional, e parte do qual permanece no âmbito da discussão teórico-crítica e propositiva da Universidade; (ii) do saber adquirido empiricamente no cotidiano da prática profissional, inclusive no contato com diversos outros agentes da produção do espaço urbano, nos erros e acertos, na intuição desenvolvida pela experiência; bem como (iii) dos códigos de conduta e outras normas advindas do Estado e de instituições representativas da categoria profissional, e (iv) de conhecimentos interdisciplinares.

Assim, Campo de Conhecimento é uma noção mais ampla que Disciplina, mas esta é o aspecto central naquele, uma vez que é o ponto de ligação entre a produção acadêmica e a prática (seja no serviço público, em escritórios, construtoras ou outras empresas privadas, ou mesmo nas universidades ou centros de ensino). O profissional que atua nesses diferentes contextos é formado através da disciplina, no ambiente acadêmico.

Morado Nascimento (2005b) traz a compreensão de que o campo de conhecimento é um sistema de crenças construído a partir de relações sociais – as quais são relações de poder – que precedem e fundamentam o pensamento e a ação individual, e subjazem neles. Esse entendimento aponta para uma disputa de interesses naquilo que conforma esse campo, sendo validado socialmente enquanto conhecimento e,

desta forma, altera percepções como *bom*, *bonito*, *regular*, *correto* ou mesmo as noções em direção às quais tais juízos de valor são direcionados, como o que é *cidade*, *habitação*, *cidadania*, *política*, etc. Apesar de o conhecimento ser uma construção coletiva, no caso da arquitetura, essa construção se faz pautada pelas opiniões e julgamentos dos arquitetos dominantes, que formam “o grupo daqueles que podem falar” (MORADO NASCIMENTO, 2005a, p. 130). É, dessa forma, marcado pela subjetividade e pela individualidade.

Mesmo um trabalho mais recente em teoria da arquitetura, como Montaner (2001, 2016), faz sua sua abordagem histórica pautada por obras de reconhecimento internacional e ideias dos arquitetos dominantes no campo. Na graduação, estuda-se as obras clássicas (edificações e escritos), consagradas nos livros de história da arte e da arquitetura, além dos modos de fazer e das produções mais relevantes, consideradas assim a partir de uma curadoria feita por arquitetos renomados e grandes escritórios, bem como revistas, como *Projeto*, *AU*, *Architectural Digest* (muitas das quais possuem *sites* próprios), plataformas digitais como *Archdaily*, entre outros veículos de comunicação especializados.

Esse repertório – isto é, o conjunto de informações filtradas e hierarquizadas – se alinha a algumas realidades sociais (europeizada, elitizada, etc) e, por conseguinte, se afasta de outras. E, a partir disso, orienta a formação profissional e alimenta o imaginário a respeito da profissão e de seus produtos.

Acrescentamos a isso que falar a mesma língua (não circunscrita ao idioma em si) é o que permite a apreensão de tal repertório pelo indivíduo, bem como o intercâmbio do conhecimento, a comunicação, o compartilhamento das regras que permeiam as pesquisas e o ensino acadêmicos, a conquista de espaço no mercado e o desenvolvimento das atividades profissionais. E isso, no caso da arquitetura, diz respeito ao domínio da norma culta da língua, do jargão profissional, de um vocabulário formal, e da capacidade de entender e formular o conceito de cada obra.

Por exemplo: é importante, para o campo de conhecimento, que o arquiteto compreenda uma série de termos e expressões. Alguns nem sempre são compreendidos – às vezes sequer são mencionados – fora deste meio, outros são apropriados pelo mercado imobiliário para vender seus produtos. Muitos deles podem

ser encontrados em uma pesquisa rápida na internet, por exemplo: estereóbatas e cornijas, cheios e vazios, pés-direitos duplos e áreas *gourmet*.

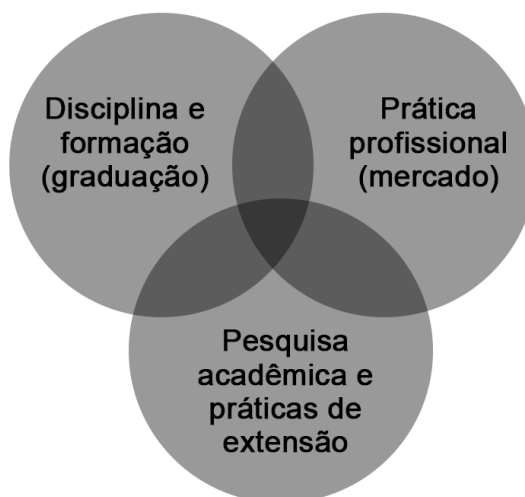
Dominar esse “idioma” diz respeito, também, às noções básicas compartilhadas sobre o que é permitido ou não, possui beleza ou não, etc, e que levam a entendimentos como, por exemplo, o de que “nossas periferias” são “feiíssimas, horrorosas” (OLIVEIRA, 2006, p. 69). Desse modo, as ideias e os valores dominantes conformam o campo de conhecimento, como lentes que filtram o que e como a massa de praticantes decodifica o mundo à sua volta e exerce sua prática, emulando a produção, material e de sentidos, do setor de elite (STEVENS, 2003).

“Falar a mesma língua” diz respeito também ao entendimento coletivo interno ao campo sobre quem é o arquiteto e o que ele faz. Na acepção de Bicca (1984), a arquitetura reclama para si a autoridade sobre o conhecimento acerca do espaço. Todavia, a prática desse profissional, nota-se, é intrinsecamente associada ao projeto. De acordo com Larson (*apud* STEVENS, 2003, p. 30), “os arquitetos existem apenas quando a execução da construção está separada de sua encomenda”.

Somando à discussão, Hillier e Leaman (1974) entendem que o *design* arquitetônico é realizado não pela produção de objetos e sim pela produção de representações de (possíveis) objetos. Adicionalmente, a partir de Rocha (2016, p. 104, grifo nosso), é possível inferir que uma “abordagem epistemológica da arquitetura” implica avaliar, em suma, o “corpo de conhecimento que funda as bases para a prática *do projeto*”. Assim, o campo de conhecimento da arquitetura orienta-se para o projeto, para as atividades de proposição espacializada.

Em síntese, campo de conhecimento, no âmbito desta pesquisa, diz respeito à inteligibilidade do mundo construída coletivamente por uma determinada classe de agentes a partir de sua formação educacional, produção acadêmica, experiência profissional e dos códigos de conduta e normas que segue, sendo que esses três aspectos são permeáveis à troca de saberes com outros campos e são costurados pelos discursos hegemônicos, que dão coesão e identidade ao campo.

Figura 3 - Campo de conhecimento da arquitetura



Fonte: elaborado pela autora.

Ademais, a produção dos arquitetos, antes que atendimento às necessidades cotidianas de habitar e equacionamento (ainda que com um alcance pequeno) das questões urbanas, é produção de sentidos sobre as maneiras de viver na cidade, uma vez que gira em torno do projeto, o qual é, sobremaneira, virtualidade, abstração orientada não apenas por condicionantes objetivos, como também por demandas simbólicas, e orientadora da produção material.

Tendo em vista a centralidade do projeto nesse campo, é relevante compreender que espaço é esse com que o projeto de arquitetura se relaciona.

## 1.2 Projeto e Espaço

Implícita ou explicitamente, nas diversas bibliografias estudadas para esta pesquisa, o trabalho do arquiteto é associado ao projeto e, com isso, entendemos que o campo de conhecimento da arquitetura é marcado por essa associação.

Ao simular um objeto prévio, um “pré-objeto”, funda-se o “projeto arquitetônico”, fruto da arte do desenho e da maquete, e que serve como instrumento de controle para a realização de toda a obra. Assim concebido, o projeto (desenho, maquete) controla e disciplina a produção prática. Nesse sentido, a disciplina arquitetônica começa aí, constituindo modos de controle e orientação do fazer e do ofício. (BRANDÃO, 2009, p. 29).

O projeto pode ser considerado, assim, uma simulação. Ele não é recurso ou matéria-prima, mas o resultado de um processo que transforma recursos, matérias-primas e outras condicionantes em informação para produzir a dimensão virtual de um espaço

carregado de intenções materiais e imateriais. Virtualidade esta que pode ter um destino construtivo ou se tornar especulação formal. O arquiteto, por sua vez, pode ser considerado o prestador de um serviço que toma a forma de informação espacial e/ou espacializada.

Dessa maneira, a produção do projeto está atrelada às escolhas e hierarquizações de variáveis em uma situação-problema, com as quais seja possível trabalhar. O objetivo é solucionar esse problema, atendendo às normas e às expectativas que conformam as possíveis soluções. Esse paradigma projetual preeminente no campo de conhecimento é baseado no Racionalismo, “influência dominante na formatação de grande parte das metodologias projetuais utilizadas até os dias atuais”, e que considera as situações-problema como “entidades estáveis, descritivas e passíveis de generalização” (ROCHA, 2016, p. 106-107). Com isso, o que se procura são estratégias para trazer a complexidade do espaço vivido, com sua grande variedade de atributos mutáveis e nem sempre conciliáveis, para um plano no qual se possa desenvolver um produto, uma proposição objetiva, conjunto de elementos coesos. Nesse sentido, o espaço com o qual o arquiteto trabalha, aplicando e desenvolvendo seus conhecimentos pode ser considerado uma abstração.

Contudo, trata-se de uma abstração controlada pelos interesses dominantes, uma vez que as escolhas e a hierarquização das variáveis que a compõem não são decisões autônomas, especialmente para a massa de praticantes da arquitetura, mas também para o setor de elite. Há, para além das legislações e normas técnicas, as expectativas dos investidores e os padrões consagrados pelo mercado. Sem mencionar a demanda pela produção de “instrumentos de gosto” (STEVENS, 2003, p. 9), que façam jus a uma história de monumentos e heróis, de “indivíduos e nomes” (MORADO NASCIMENTO, 2005a, p.124).

Sendo o espaço uma abstração controlada alhures, resta ao campo de conhecimento uma “crença no projeto como prospecção acabada da arquitetura”, recorrentemente encontrada “nos discursos e ações dos arquitetos e urbanistas contemporâneos desde os modernos”, conforme ressalta Marques (2010, p. 89). Crença que, ao “identificar a representação com o real, substituindo um pelo outro” (BICCA, 1984, p. 202), desloca a prática do arquiteto da produção do espaço urbano para a reprodução do imaginário urbano coletivo, nos termos em que Soja (2008) apresenta esse



constructo, isto é, como uma consciência centrada na cidade e que tende a reproduzir os gostos e modos de vida da elite (modos de vida organizados pelo consumo), forma mais sutil de regulação social e espacial com propósito de manter a ordem.

Se o espaço com que se trabalha é uma abstração, o território é tratado como tábula rasa (MARQUES, 2010), ignorando as preexistências. Os financiadores dos projetos são clientes e os moradores, usuários dos espaços. A atribuição destes papéis desconsidera a agência de financiadores e de moradores, em graus e maneiras diferentes, na produção do espaço, mas também na validação social do conhecimento do arquiteto.

Nesse contexto, quando um indivíduo procura uma informação do campo de conhecimento em tela, depara-se com um conjunto de discursos que nem sempre atendem às suas demandas. Processo no qual pode ocorrer aquilo que Stevens (2003, p. 44) identifica:

Uma profissão torna-se redundante caso ninguém possa dizer se um tratamento foi eficaz ou não. Esse é um dos problemas mais significativos que afetam a arquitetura. No interior do campo, os arquitetos muitas vezes discutem a qualidade de um edifício, se é um sucesso ou um desastre em termos estéticos. Mais ainda, suas opiniões sobre o sucesso do tratamento (o projeto de um edifício) muitas vezes, estão em desacordo com a opinião de outras pessoas. Os supostos peritos não conseguem concordar entre si, e o público, frequentemente, não concorda com os peritos. Em tal situação, não é surpreendente que os arquitetos projetem tão pouco do ambiente construído.

Considere que, no contexto brasileiro, 85% da provisão habitacional é levada a cabo sem assistência técnica,<sup>3</sup> e que “ainda que seja verdade que os edifícios se tornaram mais complexos, todas essas complexidades passaram do domínio da arquitetura para o domínio de outras ocupações” (STEVENS, 2003, p. 254). Podemos concluir, a partir dessas considerações, e em consonância com a fala de Jorge Oseki,<sup>4</sup> que “não existe arquitetura como produto necessário na cidade, a cidade é mesmo mais-valia pura. Nós, arquitetos, somos mediação dessa mais-valia, de sua extração”.

Não sendo um produto necessário, mas forma de extração da mais-valia da cidade, a arquitetura se configura mais como exceção do que como regra na produção do espaço urbano brasileiro, uma vez que este é predominantemente habitado por

---

<sup>3</sup> Percentual retirado da pesquisa encomendada pelo CAU/BR ao Instituto Datafolha, no ano de 2015. Disponível em <<https://caubr.gov.br/pesquisa2015/>> Acesso em ago. 2023.

<sup>4</sup> Informação verbal transcrita em OLIVEIRA, 2006, p. 79.

aqueles que não podem custear a sua participação nessa mais-valia. E, para aqueles que possuem “recursos médios”, é destinada uma “produção de massa”, com “função social explícita” (MORADO NASCIMENTO, 2017, p. 286), a qual não faz parte dos discursos dominantes no campo de conhecimento em estudo.

Na sequência, apresentamos uma leitura sobre os processos pelos quais o campo de conhecimento foi ganhando esses contornos por meio dos quais o arquiteto especializa-se em propor por meio do projeto, distanciando do cotidiano da produção do espaço, para traduzir e atender aos interesses dominantes e/ou as normativas vigentes, em uma prática que enfrenta dificuldades de afirmar sua autonomia ou seu papel social.

### 1.3 Cisões e dinâmicas no campo de conhecimento da arquitetura

Arquitetura não é o mesmo que construção; tampouco é, necessariamente, produção do *habitat*. Usa a construção para se materializar, mas não responde pela totalidade dos espaços de vida, uma vez que se afirma como expressão dos interesses dominantes:

Não existe, na história dos homens, exemplos nos quais as obras de magnificência tenham existido como resultado do trabalho coletivo para a realização do qual todos tivessem participado de forma igualitária. Somente as sociedades nas quais aqueles que planejam podem obrigar os outros a construir o planejado, dominando a produção e impondo a estes toda sorte de sacrifícios que o trabalho material porventura exija, foram capazes de criar tais monumentos. (BICCA, 1984, p. 71).

Dessa forma, tutelando os monumentos do passado, o discurso da arquitetura sobre sua história separa, desde os primórdios, o ordinário e o extraordinário. Não porque este foi que resistiu ao tempo, servindo como atestado de outras épocas. O ordinário também resistiu, de alguma maneira, uma vez que é estudado pela arqueologia. Todavia, conforme Benevolo (2001) assinala, “ao contrário dos grandes empreendimentos, são escassos os dados para avaliar as modificações da técnica de construção comum e relativa às moradias” até a época de formação do movimento moderno, sustentando-se que os métodos de construção dessas edificações permaneceram os mesmos da Idade Média à Moderna (BENEVOLO, 2001, p. 56).

A partir disso, é possível estabelecer uma primeira cisão neste campo de conhecimento, indicada no diagrama abaixo.

Figura 4 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 1ª parte



Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo deste ponto, pode-se estabelecer outro recorte, sobre o qual discorre o ensaio de Bicca (1984). De acordo com este autor, entre outros (SEGNINI, 2002; OLIVEIRA, 2016), o arquiteto que se conhece hoje surgiu no Renascimento, a partir de uma cisão entre o trabalho manual (canteiro) e o trabalho intelectual (prancheta), cujas justificativas, de acordo com esses autores, são circunscritas pelas necessidades técnicas geradas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo aumento da complexidade dos processos produtivos, tanto na escala do edifício quanto do urbano.

Brandão (2009) nos ajuda a entender como, no Renascimento, a arquitetura foi se afastando do conjunto dos ofícios mecânicos e se aproximando das atividades intelectuais por meio do processo de disciplinarização conformado pela conjugação de seis fatores, quais sejam:

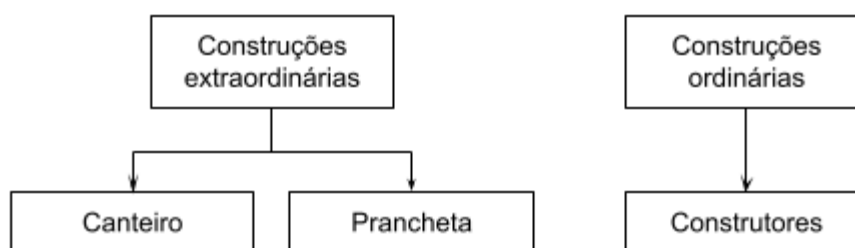
1. Por meio de uma interlocução com outros campos do saber, como a matemática, a retórica, a literatura, os estudos humanos, a gramática, a anatomia e demais artes, a arquitetura começa a trabalhar conceitos, procedimentos, técnicas e representações por meio dos quais ela adquire um conteúdo intelectual e se afasta da repetição de procedimentos transmitidos pela tradição dos mestres de ofício.
2. A arquitetura passa a ser “reconcebida como um produto do desenho” (BRANDÃO, 2009, p. 28), atividade eminentemente intelectual, e este, por sua vez, como instrumento de especulação, de afinidade com outras artes e de controle da obra.
3. Há uma preocupação, por parte de arquitetos como Alberti e Leonardo, os quais são estudados pelo autor, com a constituição de um *corpus* teórico e científico formado por “parâmetros, conceitos, limites, procedimentos reguladores e um repertório determinado, capaz de ser transmitido, aprendido objetivamente e

modificado” (BRANDÃO, 2009, p. 30), como uma linguagem. Assim, “a existência de algumas regras gerais garante a unidade da linguagem, a capacidade de adaptação a todas as circunstâncias e a transmissibilidade dos resultados” (BENEVOLO, 2001, p. 26).

4. Os arquitetos renascentistas passam a considerar seus atos projetuais e construtivos como inseridos em uma história e uma tradição, com as quais a teoria procura dialogar, aprendendo delas, mas sem copiá-las. Elege-se, para ocupar lugar privilegiado nessa história e tradição, a produção clássica greco-romana.
5. As cidades se desenvolvem e floresce uma cultura urbana não mais centrada no divino, e sim, no humano.
6. A invenção da imprensa e do papel facilitaram o desenvolvimento de especulações projetuais e teóricas, bem como o registro de projetos, que não mais precisavam ser rasurados para dar lugar a outros desenhos, como era feito nos pergaminhos, os quais eram suportes mais escassos.

Esse contexto ensejou a formação de um “*corpus* de saber transmissível e disciplinável” (BRANDÃO, 2009, p. 33) e, com ele, o campo de conhecimento da arquitetura começou a ser delineado, concentrando-se na “manipulação abstrata da forma” (ROSA, 2022, p. 17). Assim, a partir desse importante momento de transformação da História oficial da Arquitetura que foi a Renascença, na qual os nomes de grandes intelectuais (Brunelleschi, Michelangelo, Alberti, Leonardo, Palladio...) começam a orientar a narrativa, é possível marcar uma segunda cisão na leitura ora proposta.

Figura 5 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 2ª parte



Fonte: Elaborado pela autora.

No Renascimento, “Arte e Ciência transitavam num mesmo caminho que ainda não se bifurcara”. Essa separação “se firmará no século XVII, sobretudo francês”

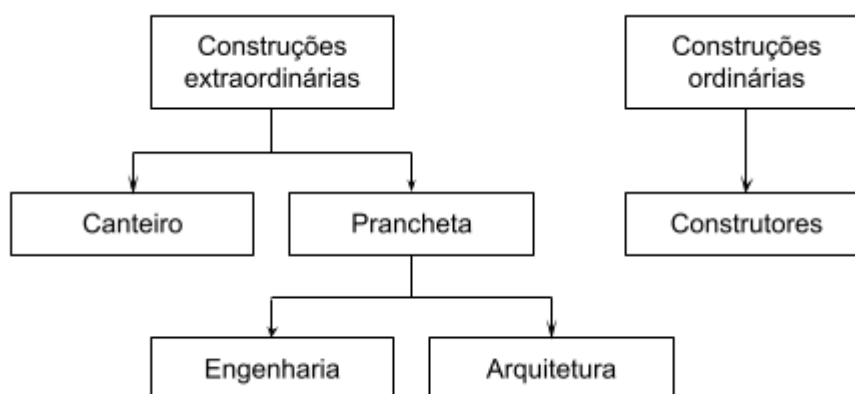
(BRANDÃO, 2009, p. 42). Benevolo (2001) nos ajuda a compreender o que acontece nesse contexto geo-histórico. Segundo esse autor, a França, na dianteira do progresso científico, lança as bases de uma organização didática que dissocia a arquitetura, “um fato de coordenação e de síntese” (BENEVOLO, 2001, p. 30), em seus elementos componentes: entre arte, da qual se encarregam os arquitetos, e técnica, produzida nos moldes da ciência, que fica a cargo dos engenheiros.

Assim, o desenvolvimento tecnológico e científico acelerado pela Revolução Industrial do século XVIII, fez com que se desenvolvesse a Engenharia moderna, a qual aplica conhecimentos científicos na solução de problemas de ordem técnica, no bojo da formação do modo de produção capitalista. Conforme Rosa (2022), os mesmos procedimentos de divisão, mensuração e ordenação, que os arquitetos já utilizavam, foram também empregados pelos engenheiros. Contudo, estes se dedicavam ao desenvolvimento do conhecimento sobre o processo, enquanto a preocupação daqueles era voltada aos objetos.

Conforme afirma Picon (1992), enquanto os tratados de arquitetura ainda procediam a uma análise qualitativa dos edifícios, ensaios de resistência dos materiais se multiplicavam e um saber construtivo quantitativo baseado nas leis da física se constituía. Enquanto a teoria da arquitetura propunha uma análise estática baseada em suas partes e proporções, a engenharia trabalhava com o dinamismo e os fluxos da produção. Enquanto a *convenance* arquitetônica se vinculava não apenas aos aspectos funcionais, mas também à sua correspondência com a expressão plástica, assumindo inclusive os traços de uma ética, a utilidade se destacava para os engenheiros como um valor independente, atrelado a necessidades primárias e à economia, o que desenraiza a composição arquitetônica, tornando-a um mero conjunto de signos. (ROSA, 2022, p. 21).

A especialização e a fragmentação do conhecimento científico e intelectual, a partir daí, começaram a tomar contornos mais definidos, com a Arquitetura ocupando-se, prioritariamente, dos problemas de ordem formal e estética. Assinala-se, com isso, mais um recorte:

Figura 6 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 3ª parte



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante frisar que naquele período, em função do desenvolvimento econômico, assistiu-se a grandes mudanças na paisagem urbana: surgiram novas tipologias, como estações de trens e fábricas, e a construção e demolição de edifícios passou a ser mais comum e mais rápida. Com isso, o valor do terreno deixa de estar incorporado ao do edifício. Somando a isto a influência das teorias liberais e a necessidade dos cofres públicos, o Estado começa a alienar suas terras e a área urbana passa, em grande parte, às mãos de particulares. O organismo urbano se modifica e, com ele, as relações de trabalho do arquiteto (BENEVOLO, 2001). Antes patrocinados por mecenas da nobreza ou do clero, eles passam a prestar serviços, também, à burguesia.

A Modernidade trouxe, dessa forma, a “prática fragmentada do conhecimento da Arquitetura e Engenharia, em torno do mesmo objeto – a edificação” (MORADO NASCIMENTO, 2005a, p. 32), mudanças nas relações de trabalho do arquiteto e uma nova maneira de encarar o solo urbano.

Abrimos parênteses para comentar que essa maneira de pensar e fazer o espaço construído amplia o distanciamento entre trabalho intelectual e manual e chega aos nossos dias, resultando naquilo que Lawson (2011, p. 27) comenta: “parece que há um projetista ou designer formado na universidade para projetar cada artigo que compramos, consumimos ou habitamos”. Ainda, na produção da arquitetura, parece que há um profissional para projetar aspectos diferentes de um mesmo artigo, de forma que ao trabalho do arquiteto – e àquilo que ele aprende na faculdade – vêm somar o trabalho de projetistas de estruturas, sistemas hidráulicos, elétricos, esquadrias, automação, entre outros.

Então, para Benevolo (2001, p. 62), os arquitetos “se refugiam em um mundo de formas abstratas”, enquanto os engenheiros cuidam de fazer progredir a técnica das construções. Desse conhecimento desenvolvido pelos engenheiros, vai se alimentar o movimento moderno, o qual, devido à cisão do campo de conhecimento entre arquitetura e engenharia, precisou se empenhar para romper os hábitos de construção vinculados à mera reprodução de estilos formais passados (BENEVOLO, 2001). Isso para que, de alguma maneira, fosse possível reconciliar a técnica, a estética e a funcionalidade do ambiente construído, resgatando informações do processo de produção dos edifícios e da cidade para o campo de conhecimento da arquitetura. Mas, antes de abordar a cisão contemporânea ao modernismo, vamos trazer a discussão para o contexto brasileiro.

No Brasil, a constituição do campo de conhecimento também está em relacionamento direto com o Estado e com as mudanças de paradigma político, “que, no caso brasileiro, passou da República ao Estado Nacional Estadista nos anos 1930 e, deste, ao Estado Mínimo nos anos 1990” (SALVATORI, 2008, p. 53). Relacionamento esse que trouxe consigo a profissionalização, justificada por uma utilidade social do controle da prática:

a profissão se torna fundamental para que a sociedade se convença de que os serviços profissionais oferecem riscos e, por isso, devem ser prestados e controlados por um grupo especializado com formação universitária, o que atribui ao grupo prestígio e autoridade. (PACHECO, 2018, p. 40).

Assim, é preciso esclarecer que, apesar de a História da Arquitetura a entender como um ofício existente desde a antiguidade – anterior ao surgimento da Engenharia –, no contexto brasileiro, a arquitetura enquanto prática profissional nasceu da engenharia, conforme depreendemos de Segnini (2010) e Oliveira (2016). Foi, além disso, uma profissão não regulamentada até a década de 1930, de modo que qualquer indivíduo considerado apto, seja pela experiência de trabalho ou diplomação, era titulado como arquiteto: não havia restrições formais à prática.

Conforme Oliveira (2016, p. 101), a partir de meados do século XIX no Brasil, deu-se início a um processo de valorização do título profissional para o ingresso na carreira de arquiteto e, com isso, esse agente foi, aos poucos, abdicando da função de empreiteiro para se dedicar à atividade de projeto e, *eventualmente*, de direção da obra. Assim,

Se, no que respeita à definição da profissão de arquiteto, a Era Moderna consagrou o princípio da separação entre o trabalho no canteiro e o do atelier de desenho, o século XIX consagrou o princípio de que deveria ser a formação acadêmica, comprovada por diploma ou título oficial, o único meio de acesso à prática profissional. (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

De acordo com Pacheco (2018), o período republicano marcou o início da oferta do curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, a qual passou a receber, com isso, estudantes provindos de famílias de profissionais liberais e de altos funcionários, o que denota a formação de um campo de conhecimento alimentado por uma elite intelectual cuja vinculação ao Estado, abordada extensamente na bibliografia (BENEVOLO, 2001; SEGNINI, 2002; SALVATORI, 2008; PACHECO, 2018), resulta na formação de um repertório de grandes nomes e grandes obras.

A existência de condições favoráveis entre 1930 e 1960 levou o Estado a servir-se da arquitetura moderna para “expressar a nova imagem do país, que passava da sociedade agroexportadora para a urbano-industrial” (SALVATORI, 2008, p.54), ressaltando os valores da democracia, desenvolvimento e cultura nacional. Vale dizer que essa cultura também se alimentou do vernáculo, da arquitetura colonial realizada pelo povo. Nesse contexto socioeconômico e cultural, foram projetadas pelos modernistas diversas obras emblemáticas, que tiveram Brasília como sua epítome, e levaram a uma exaltação do discurso sobre a importância social da arquitetura (SALVATORI, 2008), ao reconhecimento da produção brasileira a nível internacional (BENEVOLO, 2001) e à consolidação do processo de profissionalização. Assim, a regulamentação profissional é um ponto chave no processo de separação gerada pela especialização, uma vez que ela cria um sistema de controle de acesso ao campo de conhecimento.

Em consonância com Lawson (2011, p. 33), que analisa o caso da Grã-Bretanha, compreendemos que “o profissionalismo [enquanto processo de formalização da profissão de arquiteto] não dizia respeito aos projetos nem ao processo de projeto, mas à busca de controle e elevação social, e isso pode ser encontrado tanto nas profissões baseadas em projetos quanto nas outras”. Para Oliveira (2016, p. 172), a diplomação foi se tornando requisito para distinguir os “verdadeiros arquitetos”, e “a renovação do ensino arquitetônico foi o que mais contribuiu para a formação da identidade profissional do arquiteto” (OLIVEIRA, 2016, p. 175). Dessa forma, é



possível que, no processo de profissionalização, ainda que implicitamente, o interesse corporativo “pese” mais do que o desenvolvimento do trabalho intelectual ou a necessidade social de se formalizar as profissões com o fulcro de melhor controlar a qualidade dos serviços prestados.

Ademais, a atuação de figuras importantes da arquitetura nacional, como Lúcio Costa e Niemeyer, no atendimento das demandas estatais, criou o ensejo para a consolidação dos valores e princípios modernistas. Em consonância com Pela (2020), o arquiteto modernista também assume a responsabilidade de resolver o problema da habitação e, com isso, se propõe a “controlar a cidade pelo seu saber disciplinar” (PELA, 2020, p. 56).

O período moderno, a despeito da proposição de novos princípios formais e estéticos para a arquitetura e também para o urbanismo, no entendimento desta pesquisa, não representou uma nova cisão no campo de conhecimento, e sim, uma consolidação da separação entre arquitetura e engenharia, pela formação do repertório nacional e dos princípios que deveriam reger a produção arquitetônica e a disciplina arquitetura, bem como pela regulamentação da profissão, propiciada pela sua associação com o poder estatal. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento do Regime Militar permitiram a continuidade dessa demanda por arquitetos, tanto na administração pública quanto na implantação de vultosos projetos de infraestrutura (SALVATORI, 2008).

Nos anos 1990, o Estado deixa de promover diretamente obras grandiosas, bem como de investir no bem-estar social, alterando o cenário. Os direitos sociais (como educação, cultura e moradia) são, a partir de então, abordados como serviços a serem oferecidos pelo mercado (CHAUÍ, 1999). Assim, junto à redemocratização e neoliberalização em curso, houve a formação de um amplo mercado da educação a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que permitiu a criação de Centros de Ensino Superior dedicados exclusivamente ao ensino, portanto, sem pesquisa e extensão.

Isso ensejou a ampliação da quantidade de cursos e de sua abrangência territorial, passando a ser ofertados, também, em cidade de pequeno e médio porte, e subindo de quatro escolas de Arquitetura no país em 1933 a cento e oitenta e quatro em 2008 (SALVATORI, 2008). Atualmente, existem 831 cursos de graduação em Arquitetura e

Urbanismo ativos no cadastro do Ministério da Educação.<sup>5</sup> Nesse contexto, o mercado imobiliário torna-se o maior promotor da arquitetura. Assim, conforme Salvatori (2008, p. 56),

A massificação da formação, a aceitação das ideias neoliberais e a transformação do mercado da construção em mais uma *commodity* – em que a rápida remuneração é mais importante que a qualidade arquitetônica –, intensificaram a competição e a dissolução dos vínculos corporativos entre os profissionais.

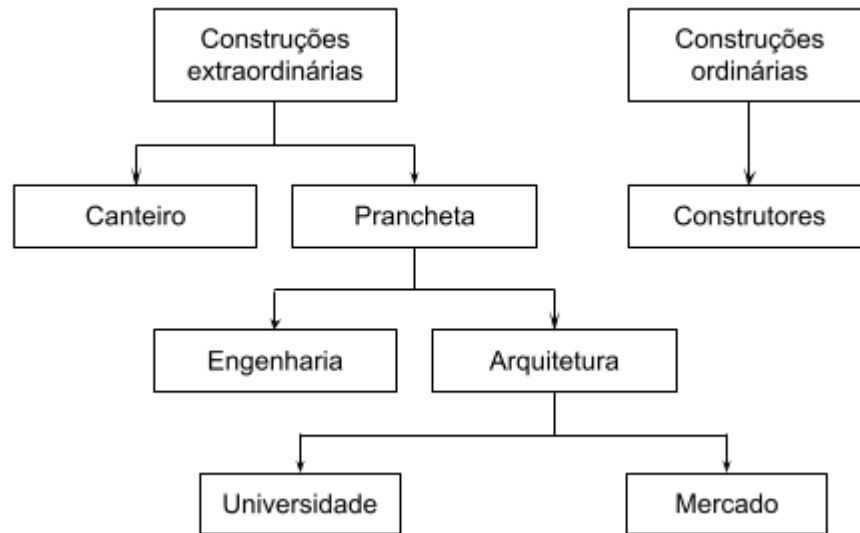
Permanecem, dos períodos anteriores, a separação entre trabalho manual e intelectual e a divisão deste entre a arquitetura e a engenharia, com aquela voltando-se para o estudo das formas e da distribuição das atividades no espaço. Contudo, esses processos mais recentes apontam para transformações na Universidade e para uma expansão do mercado capitalista – expansão não apenas das atividades econômicas em si, ou da quantidade de arquitetos disponíveis no mercado, mas no sentido de imposição da lógica capitalista a outras esferas da vida. Isso, por sua vez, configura uma nova cisão no campo de conhecimento entre a teoria desenvolvida por aquela instituição e a prática promovida neste sistema de organização econômica. Vejamos a Figura 7 abaixo.

Há um embate entre essas duas instâncias, uma vez que a Universidade, ainda que seja o bojo de formação de novos conhecimentos e críticas aos sistemas estabelecidos para a produção material e de sentidos, tem a incumbência de formar profissionais para a prática. Esta, uma vez profissionalizada e regulamentada, é absorvida pelas vias também regulamentadas pelo Estado, isto é, as empresas do mercado “formal”, os centros de ensino superior – que são, eles próprios, empresas – e as universidades.

---

<sup>5</sup> Dado retirado do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em <<https://emec.mec.gov.br/>> Acesso em setembro de 2023.

Figura 7 - Cisões no campo de conhecimento da arquitetura - 4ª parte



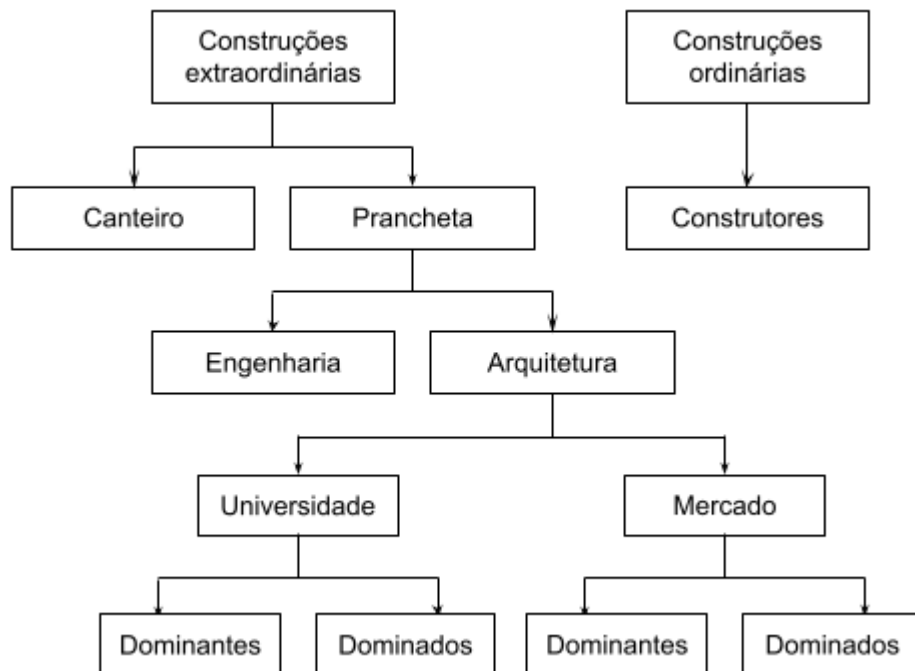
Fonte: Elaborado pela autora.

Oliveira (2016, p. 13) afirma que “a regulamentação, a prática e a formação profissionais” precisam estar em “equilíbrio estrito” para que existam condições para o exercício da arquitetura como “profissão independente”. Contudo, entre a formação e a prática, há um desequilíbrio fundado na subversão da qualidade em quantidade (CHAUÍ, 1999), isto é, na preparação de um número cada vez maior de profissionais (SEGNINI, 2002; SALVATORI, 2008) para atuar em um mercado caracterizado pela restrição, uma vez que é voltado ao atendimento de uma pequena parcela da produção do espaço urbano. Desequilíbrio que a regulamentação não é capaz de contrabalancear, uma vez que ela surge no âmbito do Estado neoliberal, estrutura que não coloca entraves à reprodução do capital pela mais-valia e à formação de um exército de reserva (OLIVEIRA, 2006). Assim, não é possível à arquitetura tornar-se uma profissão independente, nem ao campo de conhecimento ser autônomo em face do jogo de interesses que existem por trás do discurso sobre o papel social da profissão com a qual está diretamente relacionada.

Nesse contexto de dominância da lógica do mercado capitalista, apontamos, na Figura 8, uma nova cisão para melhor caracterizar a conformação atual do campo de conhecimento, com auxílio de Stevens (2003). Esse autor divide o grupo profissional em duas partes: uma delas é o setor de elite, de tamanho reduzido, com práticas de impacto concentrado e reproduzido pela relação mestre-pupilo. A segunda trata-se da massa de praticantes, de impacto pulverizado, reproduzido pelo sistema de ensino

universitário. Ainda que autorizada a acessar o mercado de credenciais (diplomas, especializações, registros de responsabilidade técnica, etc), essa massa de praticantes não possui capital social ou político suficiente para competir pelas oportunidades que propiciam maiores retornos de capital, aquelas que permitem ao arquiteto assumir o perfil albertiano. Isto é, se apresentar como um “profissional culto e de sólida base teórica que, ao reunir elementos da formação artística a conhecimentos técnicos, deveria ser o responsável pela ideia criadora do espaço edificado ou urbano, mas não teria, necessariamente, envolvimento direto com a execução da obra” (OLIVEIRA, 2016, p. 177). Dessa forma, é possível dividir o campo de conhecimento entre dominantes e dominados.

Figura 8 - Cisões e dinâmicas no campo de conhecimento da arquitetura



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa cisão é tal que, conforme Morado Nascimento (2005a), o discurso que permeia a arena de disputas em torno da produção da arquitetura evita chamar de “arquiteto” os projetistas atuantes no setor de massa, colocando-os no campo da construção (dos espaços ordinários), ainda que sua formação acadêmica tenha sido similar. Dessa forma, profissionais formados para projetar para determinado contexto da produção do espaço urbano (aquele dos espaços extraordinários), acabam projetando em outro contexto (dos espaços ordinários, no qual se insere, também, a produção

autoconstruída), o que aponta para uma dificuldade em apresentar respostas aos desafios encontrados em contextos nos quais o conjunto de conhecimentos do arquiteto não consegue alcançar, uma vez que os conteúdos que alimentam sua formação ainda não respondem às demandas dos agentes desses contextos.

Em tal conjuntura, de que falam Stevens (2003) e Morado Nascimento (2005a), a obtenção do diploma e do registro profissional são condições necessárias, mas não suficientes, para que alguém seja considerado Arquiteto. O diplomado e licenciado torna-se reconhecido como Arquiteto pela sua prática, a qual é, por sua vez, oportunizada pela rede de relacionamentos que o profissional possui, bem como pelo desenvolvimento das leis urbanísticas e normas técnicas, que criam espaços de atuação ao demandar a presença do responsável técnico.

Chegando, com essas cisões, à dinâmica atualmente em voga no campo de conhecimento da arquitetura, observamos que essa *formação homogênea para um grupo profissional que atende a contextos muito diversos* parece ser uma característica estruturante do campo de conhecimento da arquitetura, ligada a uma tentativa de se preservar seu lugar na divisão social do trabalho. Nesse sentido, ainda que existam, no campo de conhecimento, críticas à produção do espaço aos moldes do capitalismo neoliberal, essas críticas não fazem parte da Disciplina que orienta a formação dos profissionais, uma vez que não condizem com a posição simbólica que o arquiteto possui nessa produção – a qual está localizada entre aqueles que decidem, de acordo com Bicca (1984).

Por fim, cabe observar que uma cisão não substitui a anterior. A emergência de mudanças altera a dinâmica do campo de conhecimento, mas não suplantam a conjuntura antiga, e sim, acrescentam a ela novas condicionantes. Dessa forma, é possível observar a permanência de algumas características no campo, como a ligação da arquitetura com os poderes dominantes em cada época e também com a atividade intelectual em torno do espaço.

#### 1.4 Outras perspectivas

Tratamos sobre o processo de formação do corpo disciplinar que orienta a formação profissional do arquiteto e também sobre a prática da arquitetura, as quais fazem parte do campo de conhecimento. Mas também devem ser consideradas nesse campo, as

discussões teóricas ainda não disciplinarizadas – e que, assim, não fazem parte, obrigatoriamente, do percurso formativo do profissional – que podem ser consideradas como outras perspectivas, ferramentas, outros discursos para os arquitetos pensarem epistemologicamente sua prática, sua inserção no mercado e a contribuição que podem dar para a sociedade, atuando no ambiente construído.

A partir das cisões apontadas na seção anterior, ganham destaque no campo de conhecimento da arquitetura as grandes intervenções urbanas e edifícios icônicos, que permitem o desenvolvimento de novas técnicas, a aplicação de novos materiais e um processo de projeto que, de fato, controla a produção. Arantes (2010), estudando produtos paradigmáticos dessa arquitetura espetacularizada, como as intervenções em Bilbao, na Espanha, observa que, se por um lado, esses empreendimentos podem ser responsáveis pela aplicação de novos materiais e técnicas avançadas, por outro lado, são “agentes de uma inovação restrita, que não quer se democratizar, pois o segredo de sua rentabilidade é a manutenção do monopólio, isto é, da exceção” (ARANTES, 2010, p. 88).

Nesta seção serão mencionadas algumas contrapropostas a essa arquitetura que não se democratiza, isto é, trabalhos acadêmicos lidos para esta pesquisa, e que trazem propostas para uma inserção mais crítica do conhecimento e da prática do arquiteto na produção do espaço urbano.

Desde a década de 1970, arquitetos estudam possibilidades da inserção do usuário no processo decisório e projetual (MONTANER, 2001), voltando sua atenção para a arquitetura sem arquitetos e/ou propondo outras maneiras de trabalhar com as múltiplas realidades sociais. Entre eles, Montaner destaca os estudos de John F. Turner, Nicolaas John Habraken e Christopher Alexander. Com seu trabalho de doutoramento, Marques (2010), acrescenta a esses exemplos as propostas dos Situacionistas, do Team X, de Giancarlo de Carlo, Bernard Rudofsky, Hassan Fathy, Lina Bo Bardi, Sérgio Ferro, entre outros.

Atualizando e contextualizando essas críticas e contrapropostas à conformação hegemônica no campo de conhecimento da arquitetura, o PRAXIS-EA/UFMG<sup>6</sup> conduz

---

<sup>6</sup> Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS-EA/UFMG) é um grupo de pesquisa do CNPq sediado na Escola de Arquitetura da UFMG e coordenado pela orientadora deste trabalho, Prof.<sup>a</sup> Denise Morado Nascimento. A produção do grupo está disponível em <<https://praxis.arq.ufmg.br/>>.

pesquisa e extensão que entendem “a restrição ao conhecimento especializado e codificado dos arquitetos e construtores como parte integrante da injustiça social expressa na expansão urbana brasileira” (SOARES, 2012, p. 24). Alerta-se, com isso, para a necessidade de o profissional buscar uma não imposição do seu conhecimento intelectualizado e certificado, buscando aprender e dialogar com diferentes realidades, as quais fazem parte da produção do mesmo espaço urbano.

Entre as propostas desenvolvidas pelo supramencionado grupo de pesquisa, interessam especialmente a leitura do lugar e as linhas de análise da autoconstrução. A primeira foi um dos conteúdos trabalhados na disciplina junto à qual a autora realizou seu estágio docência, intitulada “Intervenções Urbanas a partir da Leitura do Lugar”. Essa abordagem propõe a incorporação das narrativas dos moradores nos processos de compreensão do território e de proposição espacial, como alternativa ao “modelo de análise problema-diagnóstico-solução, condicionado a números, normas, tratados, regras e legislações, contudo, ineficazes diante da complexidade das dinâmicas urbanas” (MORADO NASCIMENTO *et al*, 2022, p. 139).

A leitura do lugar é importante para esta pesquisa porque o amplo trabalho de ir e vir entre a investigação no campo e o estudo teórico desenvolvido pelo PRAXIS-EA/UFMG, movimento no qual um momento fornece críticas para o amadurecimento do outro, abre o precedente teórico-metodológico para o uso de narrativas, de falas do cotidiano, no estudo acadêmico do espaço urbano, como é o intuito desta pesquisa.

Adicionalmente, as linhas de análise propostas por Tibo *et al* (2018) – também pesquisadoras do grupo –, para o estudo da autoconstrução, permitem ampliar a compreensão dos processos múltiplos que são enquadrados sob esse conceito. Elas serão melhor discutidas no capítulo seguinte e orientarão a análise de conteúdo desenvolvida nesta pesquisa, cujos resultados estão no Capítulo 4.

Cabe dizer que estes são apenas alguns exemplos de pesquisas sobre as quais a mestrandia tomou conhecimento, e servem para ilustrar esses movimentos que visam questionar e apresentar alternativas às maneiras como o campo de conhecimento produz e filtra os saberes que o compõem. Elas abrem caminho para a proposta de diálogo desenvolvida nesta pesquisa, que se inicia por meio da metodologia exposta

no Capítulo 3. Certamente, outros trabalhos consistentes e relevantes poderiam ser mencionados aqui.

Por fim, retomamos Montaner (2001) porque ele ressalta a perda de importância dessas proposições “dentro da cultura arquitetônica dominante e dentro do monopolista mundo editorial”. Isso se dá, segundo o autor, por razões diversas, entre as quais:

Desde um ponto de vista econômico, pela inviabilidade das alternativas contrárias às diretrizes produtivas dominantes. Desde um ponto de vista arquitetônico, pelo fato de que a participação dos usuários é muito mais um desejo sociológico que uma definitiva variável formal, metodológica e disciplinar. (MONTANER, 2001, p. 137).

Pode-se considerar que isso, ao menos parcialmente, se deve a que, entre os arquitetos, “o controle do capital político e o entendimento do funcionamento do capitalismo permanecem na esfera da retórica e não da ação”, conforme aponta Morado Nascimento (2005a, p. 169). Assim, por dificuldade de inserir-se na esfera de influência política, o arquiteto enfatiza seu papel social enquanto intelectual e se distancia de uma função catalisadora e participativa do profissional que estaria preparado para “negociar um consenso ou assumir a liderança” (LAWSON, 2011, p. 219). Por conta disso, concordamos com Rocha (2016), que afirma: “A arquitetura atual caminha a passos lentos na aquisição de potencial sistêmico que lhe permita incorporar, em suas estruturas, uma dimensão congruente e recursiva na sua interação com o contexto” (ROCHA, 2016, p. 111)

Encerramos, dessa forma, o presente capítulo, reiterando que é necessário que a referida cultura arquitetônica dominante seja escrutinada, para que as outras perspectivas, como as mencionadas nesta seção, já bastante desenvolvidas a nível teórico, possam encontrar oportunidades para continuar a criar, consolidar e ampliar aquilo que o grupo PRAXIS-EA/UFMG chama de fissuras no modo de produção dominante no espaço urbano, isto é, “os espaços que se abrem entre as formas tradicionais de exercício e atuação, como rasgos e rachaduras, que negam e questionam o sistema tradicional e que propõem novas discussões e criações” (LINHARES, 2018, p. 58).



## CAPÍTULO 2: AUTOCONSTRUTORES

Nos primórdios da ocupação do Brasil, a participação de profissionais especialistas na provisão de construções ordinárias “era uma exceção” (OLIVEIRA, 2016, p. 53), uma vez que apenas as edificações mais nobres recebiam o aporte de engenheiros e arquitetos, sendo produzidas a partir de uma hierarquia de processos e saberes. Parte dos produtos dessa prática não profissionalizada são, hoje, compreendidos como arquitetura vernacular, como pontuado no capítulo anterior. Contudo, conforme argumenta Balthazar (2012, p. 34),

Considerar tão somente a atividade do morador de construir a própria casa como prática da autoconstrução seria muito abrangente, uma vez que abarcaria todas as habitações produzidas desde a época da colonização, para não citar as construções anteriores a esse período, realizadas pelos índios.

Com esse entendimento, a autora citada propõe que a provisão habitacional via autoconstrução não seja definida apenas por ser construída pelo seu morador, mas em função de se inserir num contexto específico – o capitalismo e a sociedade da economia de mercado.

Em tal contexto, a propriedade privada do solo é elemento estruturador do espaço urbano e fator gerador de renda no mercado imobiliário, uma vez que “distingue vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos” (SINGER, 1982, p. 27). À medida que a cidade se desenvolve sob a lógica desse mercado, ela deixa de ter lugar para os pobres, haja vista que a participação na mesma se dá mediante a capacidade de consumo individual das atividades urbanas desenvolvidas em espaços de “arquiteturas da exceção” (ARANTES, 2010). Esse processo, de acordo com Arantes (2010, p. 89), faz parte de uma “derrota política ampla das classes trabalhadoras desde o final dos anos 1970”, período de redemocratização do Estado brasileiro, que vai tomando contornos neoliberais.

Dessa forma, as disputas pela terra e pelo acesso a serviços urbanos cada vez mais diferenciados pelo consumo atribuem diferentes sentidos às diferentes formas da provisão da moradia, por meio do discurso daqueles que estabelecem ou influenciam as regras da organização social do espaço: o Estado, o mercado (construtoras,

incorporadoras, financiadores, proprietários de terra, etc), e os interesses corporativos das profissões relacionadas (arquitetos, engenheiros, advogados, etc).

Paralelo a esse processo de segregação pelo consumo do espaço, o não acompanhamento por profissional, o construir por conta própria passa a ser tomado como “ilegal” ou “pré-moderno” (MARICATO, 2009, p. 42). Isso tem relação não somente com a tectônica e a estética (assim, com a qualidade do ambiente construído), mas também com as tensões sociais que se desenvolvem no contexto do capitalismo neoliberal, em torno da provisão de moradia e de outros elementos que se ligam a ela para compor o acesso dos moradores à vida urbana: transporte, acessibilidade das vias e dos edifícios públicos a pessoas de diferentes condições físicas e mentais, acesso a água, eletricidade, tratamento de esgoto e coleta de lixo, acesso a escolas, centros de saúde, espaços de lazer, etc.

Assim, entendemos que não é o fato de o morador executar pessoalmente a obra que imputa a alcunha de *ilegalidade* ou de *atraso* à autoconstrução. Esse procedimento foi, inclusive, incentivado pelo Estado, através dos mutirões da época do regime militar (OLIVEIRA, 2006; FERREIRA, 2020). A ilegalidade é atribuída à ausência de licença para construção, concedida mediante a aprovação, pelas prefeituras municipais, de um projeto a ser executado em loteamento ou bairro regular (BALTHAZAR, 2012).

Nesse contexto, em conformidade com Morado Nascimento (2019), as categorias que usamos para nos referirmos às moradias das classes trabalhadoras mais pobres (favelas, vilas, ocupações urbanas, cortiços, aldeias, quilombos, mocambos, assentamentos precários, habitação social, etc) são definidas por regras, modelos, normas e programas que orientam as escolhas políticas do Estado. E acabam por refletir, também, naquilo pelo que os moradores desses lugares são vistos na sociedade: marginalizados, invasores, cidadãos de segunda categoria. É uma abordagem pela ótica da ausência, que trata esses lugares e essas pessoas por aquilo que eles não têm: o aval e o suporte do Estado.

O efeito do arcabouço normativo de leis urbanísticas e imobiliárias, somadas às políticas públicas que consolidam essas diferenças, é um movimento contínuo de fazer e refazer o espaço urbano enquanto suporte físico que não o transforma enquanto meio social. Como explica Uriarte (2014, p. 121): “a ação da Prefeitura, do poder, do Estado é uma ação que não para nunca. Ordenam o uso do solo, que se

‘desordena’ e passa a ser ordenado de novo, num vai-e-vem infinito”. Em um certo sentido, as coisas se dão dessa forma porque persiste um “planejamento urbano que tem a pretensão de controlar as cidades pela regulamentação legal” (MARICATO, 2009, p.38) e que desconsidera que “a mera existência de recomendações e leis tem sido insuficiente no processo de negociação entre associações de moradores, movimentos sociais, proprietários de terra e agentes públicos, essencialmente no que se refere ao acesso da terra urbana” (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 6).

A partir dessas considerações, sobressai o entendimento de que a autoconstrução – sobremaneira, a autoconstrução da moradia – é produto da desigualdade social, a qual estrutura o espaço urbano e é consolidada e ampliada na produção desse espaço. Ainda que Maricato (1982) e Oliveira (2006) mencionem o mutirão e a autoconstrução como práticas comuns no meio rural, esses autores e os outros citados no capítulo entendem que o que engendra de fato o processo de autoconstrução no espaço urbano é o sistema de exclusão presente neste, e não uma herança rural transplantada para o meio urbano por migrantes do campo. A autoconstrução é compreendida pelos constrangimentos advindos da ordem capitalista que estrutura o espaço urbano e não como uma maneira pela qual as pessoas sabem produzir seu *habitat*.

Para ampliar essa discussão, Soares (2012) nos apresenta uma maneira de organizar as abordagens por meio das quais a autoconstrução é estudada pelo campo de conhecimento da arquitetura:

tais enfoques apresentados sobre a autoconstrução se balizam em uma sequência argumentativa: (1) que a relaciona com a superexploração do proletário e a diminuição dos custos da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2006; FERRO, 2006 e MARICATO, 1982), (2) que compreende o seu papel político social (MARICATO 1982, 2000 e 2001; KOWARICK, 2009); (3) finalmente, que explicita características e valores dos seus procedimentos produtivos (MARICATO, 1982 e KOWARICK, 2009). (SOARES, 2012, p. 39)

Podemos destacar um entendimento sobre o processo autoconstrutivo que, de alguma forma, está presente nos três grupos de abordagem: a população urbana com capacidade de consumo insuficiente, face à dificuldade do Estado em equacionar a questão da habitação, precisa prover sua própria moradia em um processo de produção que se estrutura, de acordo com Maricato (1982), através de uma

[...] articulação rígida de todos os elementos que se compõem na determinação do produto, a casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade financeira de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas. (MARICATO, 1982, p. 91).

Dessa forma, inseridos nesse processo de concentração de capital, que “exclui as massas crescentes do mercado oficial” (FERRO, 2006, p. 233), os trabalhadores proveem sua moradia enquanto “resposta possível” (MORADO NASCIMENTO, 2011) em face dos constrangimentos que enfrentam no meio urbano. Assim,

Nesse cenário, existe uma significativa fatia da construção habitacional que é representada por usuários que tomam suas decisões relativas à moradia de maneira isolada, sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja técnico, jurídico, social bem como ambiental, histórico, econômico e cultural). Essa fatia, nomeada autoconstrução, é entendida como provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada. (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 2).

Em Oliveira (2006), essa produção foi considerada tanto como “vitrine da virtude”, quando surge da dinâmica da própria comunidade e de sua força criativa, quanto como “vício” dessa virtude. Com esta expressão, Oliveira (2006) se refere à generalização do mutirão como política pública, implicando que as pessoas teriam tempo livre (e, assim, que estariam desempregadas ou usariam seus momentos de descanso como sobretrabalho) e que conseguiriam um alto grau de coesão comunitária, nem que, para isso, fosse necessário algum tipo de coerção, com vistas a que um indivíduo apoie o outro nas melhorias de suas condições de vida.

Seja vitrine ou vício da virtude (OLIVEIRA, 2006), a autoconstrução é consolidada no meio urbano e não pode ser considerada prática insurgente ou imprevista. Para além das análises críticas que a entendem de uma ou outra forma, a autoconstrução é a realidade predominante. Conforme lembra Santos (2016, p. 48), “a informalidade não é a exceção e sim a linguagem central do processo de urbanização”, ao que Linhares (2018, p. 24) acrescenta que “a maior parte da cidade, formalmente reconhecida ou não, não está regulada pelo Estado e nem passou nas mãos de técnicos da área da construção civil”.

Neste ponto, importa esclarecer que reconhecer a autoconstrução enquanto a resposta possível para a necessidade de moradia e de apropriação do espaço não implica desconsiderar os efeitos que ela provoca no espaço urbano, enquanto uma prática que contribui no abaixamento do custo de reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, ao eliminar o componente “habitação” da composição do salário mínimo (OLIVEIRA, 2006), e que esvazia o conflito em torno da provisão da habitação, trazendo consequências predatórias para a cidade e o meio ambiente (MARICATO, 2009).

Quando a moradia não é um custo para os detentores do capital, e sim do trabalhador (OLIVEIRA, 2006), e quando esse grupo majoritário da população faz parte do exército de reserva do capital, estando desempregado ou trabalhando informalmente (FERRO, 2006), um agente – neste caso, o autoconstrutor – assume a responsabilidade de outro (o Estado) em prover direitos sociais. Isso arrefece a pressão da luta organizada na esfera política pela redistribuição da riqueza, impossibilita que os códigos urbanísticos sejam seguidos e que o provimento da infraestrutura (saneamento básico, eletricidade, calçamento e outros serviços públicos) anteceda a ocupação (MARICATO, 2009). Dessa forma, onera-se a organização sustentável do espaço urbano tanto quanto os moradores, cuja força de trabalho é superexplorada ao construir sua habitação nas horas vagas.

Todavia, a autoconstrução enquanto “resposta possível” (MORADO NASCIMENTO, 2011) pode nos ajudar a formular um entendimento mais amplo, o qual concilia a falta de alternativas diante da exclusão com os modos de fazer e a leitura de mundo das pessoas que constroem. Mais amplo também porque abre espaço para abarcar as aproximações entre a produção dos moradores e o conhecimento codificado. Entendemos que essa aproximação adquire relevância em face de duas questões.

A primeira diz respeito às pesquisas e às experiências de assistência técnica de interesse social (ATHIS) e de assessoria técnica. Estes dois termos não são coincidentes: a assessoria técnica, temática investigada em pesquisas do PRAXIS-EA/UFMG, apoia-se em sua diferença em relação à assistência, uma vez que esta “remete ao assistencialismo, aos assistidos, distante da possibilidade da troca de saberes envolvidos na ‘assessoria’” (LINHARES, 2018, 67). A segunda questão é relativa às discussões sobre a função social da propriedade, uma vez que esse

conceito é adotado como argumento político de movimentos sociais a partir da promulgação do Estatuto da Cidade.

Reconhecer a autoconstrução enquanto uma resposta possível implica, assim, a possibilidade de mudar a abordagem, para considerar que, das práticas que chamamos autoconstrução, também podemos extrair informações válidas e relevantes para o campo de conhecimento da arquitetura, bem como para reconhecer que construir ilegalmente é também lutar por um direito social reconhecido legalmente – nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Tomando a frente do processo de produção do seu espaço de vida, o autoconstrutor engendra práticas e saberes os quais não são, necessariamente, considerados por ele como práticas ilegais ou pré-modernas. Nesse sentido, os moradores construtores não se reconhecem como autoconstrutores. Com isso, estão distantes de “todo o aparato de significado que objetiva o conceito” (TIBO, 2022, p. 188) e, por conseguinte, “não foram um grupo homogêneo e coeso” (TIBO *et al*, 2018, p. 3). Eles promovem a própria moradia e estabelecem seu lugar na cidade a partir daquilo que entendem como possível dentro das alternativas que a cidade lhes apresenta, perante os diferentes interesses em disputa na produção do espaço urbano.

O papel do Estado e o paternalismo com que, historicamente, as políticas públicas de provisão habitacional são tratadas no Brasil (FERREIRA, 2020) não querem dizer que o autoconstrutor seja assujeitado, isto é, um ente passivo, nesse processo de produção. Resolver a necessidade de moradia por sua própria conta representa, ao mesmo tempo, escolha e falta de alternativa, autonomia para decidir sobre seu próprio espaço, e falta de espaço na cidade formal para quem não tem condições de pagar por isso.

Dessa forma, produzir o espaço autoconstruído é produzir trabalho e construir sentidos, como resultado e como orientador da ação humana cotidiana e, com isso, faz parte da cultura. Ao considerar a autoconstrução como elemento cultural, entendemos que construir o próprio espaço não é apenas erguer um objeto físico para necessidades de subsistência. Esse processo – que conforma boa parte de nossas cidades, tanto temporal quanto espacialmente e, concomitantemente, conforma boa parte do espaço-tempo dos indivíduos que o engendram – produz também sentido, modos de saber-fazer, de ver, de julgar, de medir, de sentir etc.

Quando constrói, o autoconstrutor produz a si mesmo enquanto agente social, para além de alguém que meramente produz um abrigo. As práticas da autoconstrução também produzem a cidade e, no processo de lutas e engajamento político, os moradores reconhecem-se sujeitos de direitos: passam a buscar seu lugar nessa cidade, um endereço dá acesso a serviços públicos como água encanada, rede elétrica, matrícula em escola para os filhos, atendimento em postos de saúde. Assim, a autoconstrução não se encerra nas atividades de produção do objeto físico e, para os fins desta pesquisa, não pode ser considerada como isolada de seu contexto social mais amplo.

Além disso, e considerando esse contexto social, a autoconstrução se dá no plano do ordinário, como indicado no diagrama do capítulo anterior. Ou seja, ela é processo e produto cotidiano. Daí a escolha que esta pesquisa faz por estudar narrativas: fazemos, com isso, opção implícita pelo cotidiano, pelo plano do ordinário, do múltiplo, em que, antes do produto autoconstruído, há o agente cuja presença ativa no espaço urbano faz com que o tomemos por autoconstrutor.

Olhar para a autoconstrução por meio dessa perspectiva leva o pesquisador a se deparar com grande diversidade de práticas, contextos e motivações, que tornam esse constructo “elástico e genérico” conforme identificam Tibo *et al* (2018, p. 2). A partir desse entendimento, advindo da experiência empírica das autoras, especialmente em atividades de extensão universitária, são propostas linhas para análise dos diversos processos de autoconstrução, as quais permitem compreender de modo mais aprofundado e estruturado a amplitude do fenômeno. São sete as linhas:

1. *Renda e recursos financeiros*: diz respeito ao montante financeiro disponível para a autoconstrução ao longo do tempo, o qual altera a possibilidade de escolhas e a efetividade das decisões.
2. *Território*: compreende a análise das diferenças entre os territórios – sobretudo no que diz respeito à posse da terra –, as quais permitem distinguir diferenças entre as práticas.
3. *Tempo*: é uma resposta orgânica às necessidades dos moradores e à indeterminação sobre o futuro.

4. *Agentes*: considera que os diferentes processos da autoconstrução resultam da interação de diferentes agentes: o próprio autoconstrutor, familiares e amigos, pedreiros e outros profissionais, Estado, etc.
5. *Cultura*: compreende a análise das relações socioespaciais que incentivam ou possibilitam determinada prática construtiva.
6. *Práticas construtivas*: diz respeito ao domínio de técnicas de construção e à maneira de organizar a produção e articular recursos.
7. *Autonomia*: aborda a possibilidade de decidir não apenas sobre o fazer, mas também sobre o morar, em face das regras e limites socialmente impostos.

Tibo *et al* (2018) esclarecem que cada uma dessas sete linhas de análise possui diferentes variações internas (maior autonomia/menor autonomia, por exemplo). Além disso, consideram que há diversas práticas de autoconstrução possíveis, considerando a combinação entre (i) as variações internas de cada linha de análise e (ii) das linhas entre si. Quando assumimos que a autoconstrução “não está presente apenas em territórios habitados pela população de baixa renda” (TIBO *et al*, 2018, p. 9), por exemplo, podemos entender que estamos trabalhando com a possibilidade de variação da renda e o cruzamento desta linha de análise com a linha *território*. Além desta observação, fazemos outras mais nos parágrafos seguintes, a partir da proposta de decomposição do conceito em estudo por meio da proposta teórica em tela.

As práticas da autoconstrução são desenvolvidas a partir de uma rede de relações na qual o morador autoconstrutor obtém os recursos de que precisa, inclusive os saberes que norteiam as práticas e circulam entre elas. Assim, há outros *agentes* com participação direta nas práticas de autoconstrução, entre os quais o depósito de materiais de construção, alguma mão-de-obra com conhecimento técnico, como pedreiros e serventes, bem como amigos e familiares, associações comunitárias e movimentos sociais, etc.

Resta esclarecer, todavia, que a identificação dos agentes não pretende engessar o entendimento do papel de um indivíduo na dinâmica, uma vez que o mesmo indivíduo pode exercer diferentes papéis. Por exemplo: um morador que constrói para sua família e seus amigos pode, a partir dessa experiência e de oportunidades de trabalho, começar a construir para os outros, vindo a ocupar outro lugar nessa rede de relações – o do servente ou o do pedreiro.



Com Almeida *et al* (2008), acrescentamos que essa rede de relações pode gerar laços de vizinhança mais ou menos fortes, em função do compartilhamento de algum aspecto como a terra natal, a crença religiosa ou o estilo de vida. Esses laços marcam os processos de territorialização, isto é, fazem parte da definição de territórios (HAESBAERT, 2021). Podem, inclusive, influenciar a presença e a ação de instituições sociais (o governo, a polícia, as organizações civis e religiosas) nas áreas autoconstruídas, quando desponta um poder local que (assim como o Estado) se utiliza da violência física e/ou simbólica para impor suas regras.

Outro aspecto a partir do qual as linhas de análise permitem ampliar o entendimento da autoconstrução diz respeito à participação de profissionais habilitados junto aos processos de construção da moradia pelas populações dos territórios acima citados. A princípio, entende-se que as práticas da autoconstrução se dão apartadas do conhecimento codificado (MARICATO, 1982; MORADO NASCIMENTO, 2011; BALTHAZAR, 2012). Em outras palavras, arquitetos urbanistas e engenheiros não são agentes presentes nesses processos.

Isso tem relação com o custo para contratação do profissional, mas também pode estar vinculada a “padrões sociais historicamente estabelecidos, de forma que estes resultem, por exemplo, na ausência de auxílio técnico por este não fazer parte do contexto cultural e social dos moradores” (LINHARES, 2018, p. 28). Assim, não se trata apenas da ausência “física” do arquiteto nesse contexto, mas do distanciamento do conhecimento profissional em relação à produção, ao saber e ao universo de sentidos que o autoconstrutor habita.

Todavia, é importante posicionar o técnico planejador como “um agente crítico das situações vivenciadas na cidade”, para além de um “fiscal da situação de regularidade” (LINHARES, 2018, p. 34) ou de um agente com um conhecimento superior a respeito da produção do espaço, em relação àqueles que vivenciam esse espaço.

Nesse sentido, o entendimento adotado nesta pesquisa é o de que, apesar de pouco comum, a atuação dos profissionais especialistas junto à construção empreendida pelos próprios moradores pode diferenciar a prática autoconstrutora, por meio do intercâmbio de metodologias e a possibilidade de manutenção do poder de decisão nas mãos do morador (LINHARES, 2018). Contudo, essas práticas continuam sendo compreendidas como uma das possibilidades pelas quais a autoconstrução se

realiza, tendo em vista que subsiste, nesses processos, a “característica básica da autoconstrução”, que é a de “ser edificada sob a gerência direta de seu proprietário e morador” (BONDUKI, 1994 *apud* BALTHAZAR, 2012, p. 35).

Cabe, adicionalmente, abordar o trabalho de Pela (2020). Assim como Tibo *et al* (2018), essa autora também desenvolve uma pesquisa que vai e volta entre a teoria e a prática em projetos de arquitetura para ocupações, desenvolvidos em atividades de extensão universitária. Ela estuda histórias de vida de autoconstrutores baianos que conheceu em 2006, no âmbito desses projetos, e reencontrou em 2014, durante o doutorado. É interessante notar que Pela (2020) também decompõe a autoconstrução em núcleos temáticos – os quais ela chama de linhas de força, e que, no trabalho dela, são três: econômicas, solo e saberes. A pesquisadora entende a autoconstrução como obra aberta, isto é, inacabada e repleta de potencialidades, o que sinaliza que a mesma também analisa a autoconstrução sob a ótica do tempo. Além disso, considera que as linhas de força variam em intensidade (leve, média e forte), e assinala que elas se atravessam mutuamente.

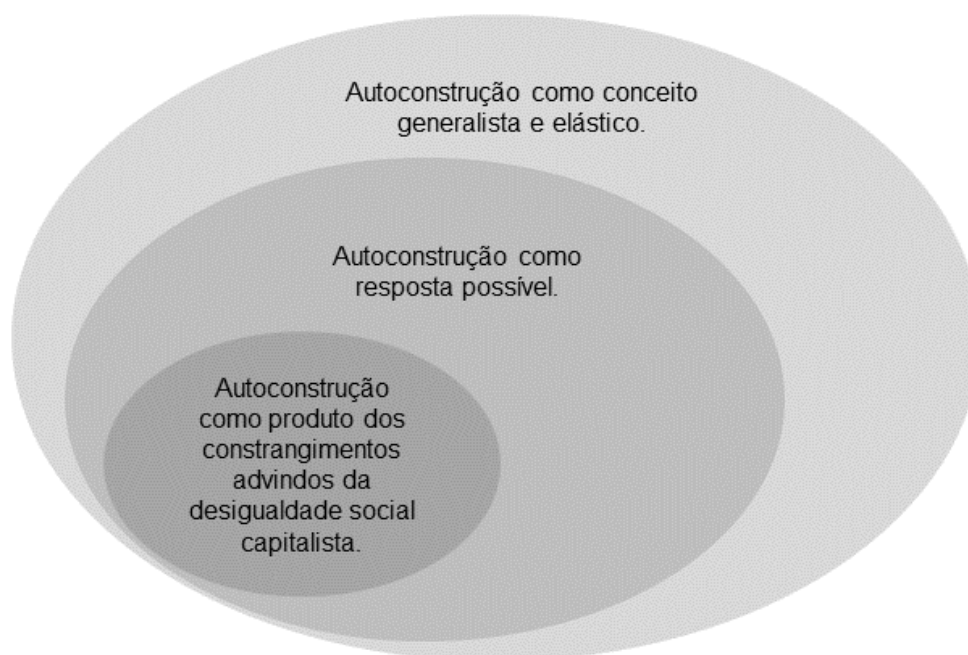
A partir dessa estrutura interpretativa, ela destrincha as informações sobre as moradias que visitou e as reorganiza, compondo, dessa forma, uma leitura sobre a autoconstrução nas ocupações. Um dos destaques dessa leitura é o exame do conceito de precariedade, que é “explodido”, revelando que na autoconstrução – obra aberta – a precariedade não é atributo necessário, além de ser um atributo que varia no tempo (melhoria ou degradação), no espaço (um cômodo em relação ao outro) e de acordo com o referencial que é adotado, seja pelo próprio morador, seja por outros agentes.

Assim, com base nos trabalhos de Tibo *et al* (2018) e de Pela (2020), deixamos de lado a lógica binária para melhor entender a autoconstrução. Ela não é uma coisa ou outra. É uma coisa e outra: solução e problema, alternativa e falta de opção, cultura e produto colateral da economia. Mais que qualidade ou precariedade, ela é potência e, como potência, pode ser lida de diversas maneiras. Nesse sentido, vemo-la “num *intermezzo*, onde ela é isso e aquilo. Cara e coroa. Problema e solução são dois lados da mesma moeda.” (PELA, 2020, p. 84).

Ademais, resgatando o estudo bibliográfico desenvolvido para a construção desse capítulo, é possível identificar três abordagens da autoconstrução que se sucedem –

não significa que a subsequente anula a anterior, mas que a amplia – conforme indicado no diagrama da figura abaixo.

Figura 9 - Síntese dos entendimentos presentes na bibliografia estudada.



Fonte: elaborado pela autora.

Em resumo, entendemos a autoconstrução como um conjunto diverso de práticas por meio das quais os moradores proveem eles mesmos suas condições de vida no espaço urbano, e que são taxadas de irregulares ou ilegais pelo discurso do Estado e pelo mercado, os quais buscam argumentos nos campos de conhecimento relacionados – entre os quais o que nos interessa na pesquisa, o da arquitetura – para subsidiar seus interesses.

Passemos, então, a afunilar um pouco mais a autoconstrução de que estamos tratando nesta pesquisa.

## 2.1 Autoconstrução em loteamento periférico

Durante o mestrado, visitamos o Aglomerado da Serra, considerada a maior favela de Belo Horizonte/MG, e a ocupação Canaã, em Nova Lima/MG, com o grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, além de moradores de bairros periféricos em Conselheiro Lafaiete/MG. Entre ocupação, favela e loteamento periférico, notamos diferenças importantes, de modo que, se vamos tratar de narrativas surgidas em

contextos pertencentes a este último tipo, é preciso caracterizá-la, para não incorrer em generalizações. No contato que se dá “a olho nu”, isto é, indo lá e vendo, uma característica da paisagem se destaca: a favela e a ocupação visitadas são territórios apertados, espremidos. Seja porque as ruas e suas calçadas são estreitas – frequentemente, becos –, seja porque o terreno é muito acidentado ou os lotes são densamente ocupados, sem afastamentos entre as casas. Pela (2020) faz essa mesma observação em relação às ocupações que visitou em Salvador/BA: lotes muito pequenos (alguns não chegam a vinte metros quadrados) e, inevitavelmente, ocupados ao máximo.

A partir do estudo bibliográfico, acrescentamos às observações no campo que, além da rede de relações, sobre a qual se falou anteriormente, a situação de posse da terra é um fator central na composição das diferentes formas de autoconstrução, sendo também importante o argumento político (coletivo ou individual) utilizado nos processos de territorialização (TIBO *et al*, 2018).

Esses fatores permitem, assim, diferenciar os três territórios nos quais a autoconstrução é a prática predominante de provimento da moradia, conforme Morado Nascimento (2011, 2016): as favelas, as ocupações urbanas e os loteamentos periféricos, “três universos urbanos de moradores de baixa renda” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 20). O trabalho de campo desta pesquisa se desenvolve em lugares que pertencem ao último tipo, razão pela qual é dada especial atenção a ela, que pode ser diferenciada das demais pelo seguinte:

A autoconstrução em loteamentos periféricos, regulares ou não, também diferencia-se da autoconstrução em favelas (movimento espontâneo) ou em ocupações organizadas (movimento organizado), sob três aspectos. Primeiro, em razão da maior segurança na posse da terra (ainda que irregular), fazendo com que os investimentos na moradia sejam diluídos ao longo do tempo. Segundo, por ser a opção consciente das famílias, entendida como ágil contraponto ao assistencialismo do Estado, às inseguranças do aluguel e às normativas financeiras do mercado, além de instrumento de pressão social na conquista de outros direitos, como serviços urbanos, educação, transporte, etc. Terceiro, a autoconstrução realiza-se como ação individual, familiar, pois trata-se de construção de moradias em áreas sem laços sociais estabelecidos a priori, mas que serão construídos ao longo do tempo. (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 8).

Os loteamentos periféricos podem ser entendidos como áreas do perímetro urbano distantes do centro da cidade, onde são ofertados “lotes carentes de serviços

urbanos”, que são “os únicos que uma boa parcela dos trabalhadores é capaz de adquirir com seus poucos níveis de remuneração” (KOWARICK, 2009, p. 165).

Ainda, em conformidade com Balthazar (2012, p. 29), o parcelamento é feito com algum ou vários aspectos de irregularidade: há um traçado viário “minimamente planejado”, ainda que em desacordo com os códigos urbanísticos, e a implementação da infraestrutura básica do loteamento avança na medida em que o poder público é pressionado pela população que, aos poucos, vai se instalando ali, produzindo sua habitação sobretudo por meio da autoconstrução. Há, também, a irregularidade no registro das propriedades. Assim, é possível considerar que se trata de uma forma de produção do espaço urbano situada entre os extremos da ilegalidade (os loteamentos clandestinos e as invasões) e o da completa legalidade – que, talvez possamos aventar, exista só na lei.

Dessa maneira, observa-se nesse território diferentes arranjos de legalidade-ilegalidade, chamadas aqui de hibridizações. Há algum nível de regularização na posse do lote e pode haver, além disso, regularidade no registro da edificação: algumas, sobretudo mais recentes, são aprovadas pelos órgãos públicos, seja como projeto para nova construção, seja como regularização. À medida que esses bairros vão sendo consolidados, novas edificações podem se implantar sob um novo contexto, sendo cobrados delas, por exemplo, a regularidade da obra para a construção, o que não era cobrado daqueles moradores que se estabeleceram no início da ocupação.

Dessa forma, quando se fala de bairro periférico autoconstruído, trata-se não somente de uma periferia física, mas de uma periferia legal, no sentido de que, nesses lugares, a lei colocada em prática no centro, a infraestrutura e os projetos de qualificação urbana chegam depois e gradativamente, uma vez que a fiscalização é menos frequente e há menor pressão imobiliária. Significa, também, ser um território de fronteira, que apresenta uma imbricação entre características de bairros formalmente constituídos (ruas e lotes, calçamentos, etc) e, ao mesmo tempo, também guardam semelhanças com outros territórios não regularizados da cidade, como a implantação da infraestrutura de forma paulatina e posterior à ocupação.

As especificidades do território escolhido para a pesquisa no campo, bem como as características gerais das narrativas que compõem o *corpus* serão tratadas na

sequência. Isso porque este capítulo se encerrará com a narrativa da pesquisadora sobre três entrevistas realizadas. Consideramos relevante trazer essas entrevistas em maiores detalhes porque elas permitem compreender melhor o meio e o material a partir dos quais as reflexões críticas do Capítulo 4 foram desenvolvidas.

Em vias de encerrar esta explanação teórica, é importante reiterar o entendimento de que *autoconstrução* não é apenas o processo ilegal pelo qual os pobres urbanos providenciam sua habitação. Trata-se de um constructo utilizado pela cidade “legal” – do Estado e do conhecimento codificado – para designar processos que são múltiplos, em função dos elementos que os caracterizam. Processos não são enquadráveis em categorias estanques, e que conformam boa parte do espaço urbano brasileiro.

## 2.2 Informações sobre o campo e o *corpus*

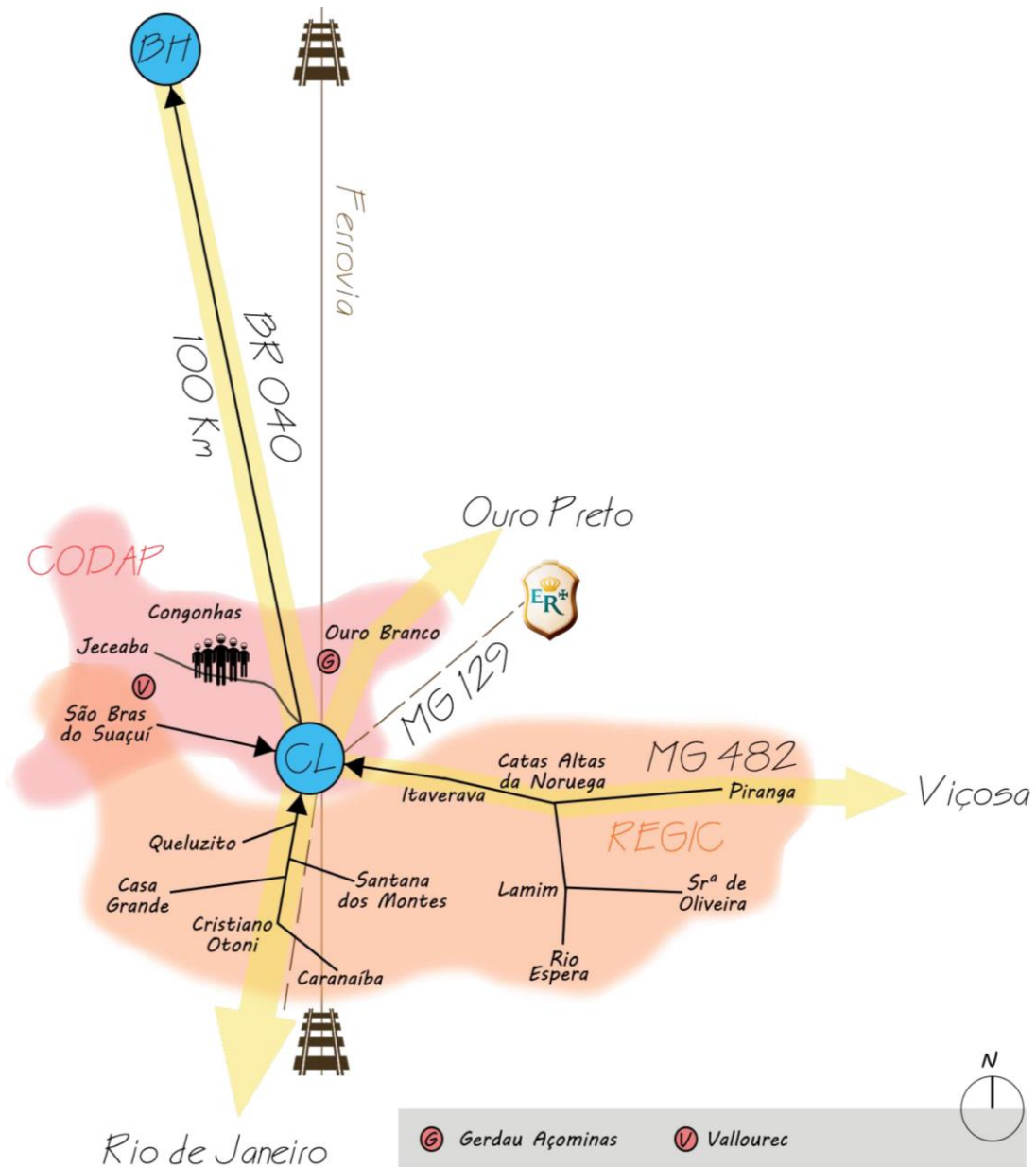
A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, localizada a aproximadamente cem quilômetros de Belo Horizonte, seguindo a direção sul na rodovia BR 040, conforme indicado no diagrama abaixo.

Inserida na rede urbana da capital mineira, a cidade deste estudo é considerada um centro sub-regional B, de acordo com o estudo “Região de Influência das Cidades” – REGIC (IBGE, 2007), mesmo nível hierárquico de cidades como São João Del Rei e Viçosa. Isso significa que, em um sistema de localidades centrais, a cidade polariza algumas menores em seu entorno. Esse fenômeno ocorre porque mantém relação de controle e comando de funções de gestão pública e empresarial, bem como por oferecer serviços de saúde, educação, bancos e comércio buscados pelas populações destas outras cidades e é, por sua vez e pelas mesmas razões, polarizada pela capital do estado, considerada metrópole na hierarquia estipulada pelo estudo do IBGE. Dentro da rede urbana na qual Lafaiete está integrada, de acordo com o REGIC, aparecem as cidades ligadas a ela pelas linhas pretas na Figura 10 abaixo.

Outra importante regionalização da qual o município faz parte é o Alto Paraopeba, incluindo também Congonhas, Ouro Branco, Jeceaba, São Brás, dentre outras. As cidades desta área possuem em comum um grande potencial de exploração mineral. Lafaiete tem uma das maiores jazidas de manganês do estado, atualmente explorada pela Companhia Vale do Rio Doce. Deste modo, a região recebeu, em poucos anos, afluxo significativo de população, demandando mais infraestrutura e serviços públicos.

Tendo em vista esse crescimento, foi criado o Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP.

Figura 10 - Localização de Lafaiete na Rede Urbana do Entorno



Fonte: CUNHA, 2018, p. 30

A cidade tem sua base econômica na atividade comercial desde o início de sua ocupação, o que é atribuído à sua localização no entroncamento de rodovias (BR-040, MG-129 e MG-482). Devido à implantação de empresas de mineração e de siderurgia nos municípios vizinhos, e ao fato de ser Lafaiete a cidade mais bem equipada em infraestrutura na microrregião, ela se consolidou como pólo comercial e de serviços, exercendo um papel de suporte a esse desenvolvimento, e atraindo migrantes,

sobretudo a nível microrregional, o que fez sua população aumentar em 60% entre 1980 e 2010, ultrapassando 110 mil habitantes ao fim desse período (PEREIRA, 2019).

Tendo em vista sua condição intermediária na rede urbana mineira, sua posição geográfica em relação a importantes eixos de circulação, o tamanho de sua população (cerca de 130 mil habitantes atualmente), e o papel de polarização de cidades menores no entorno, Lafaiete também é classificada como uma cidade média (AMORIM, 2007; PEREIRA, 2019).

O local foi escolhido por ser a cidade natal da pesquisadora e, nesse sentido, ela teve facilidade de acesso à população lafaietense que construía por conta própria, em função de sua rede de contatos. Outro aspecto que coloca Lafaiete como *locus* de interesse para a pesquisa é o histórico de sua política urbana, sobre a qual se discorre adiante.

A opção por uma cidade, em detrimento de colher narrativas em cidades diversas, é porque isso proporciona algumas características comuns entre os entrevistados, uma vez que eles estão inseridos em uma mesma estrutura de planejamento e gestão urbanos e as características macro das atividades econômicas na cidade (se a economia está aquecida, quais são as atividades econômicas predominantes, qual o papel regional daquele lugar, etc) influenciam, de alguma maneira, a todos.

### 2.2.1 A expansão da cidade e formação do arcabouço normativo da política urbana lafaietense

Nos anos 1980, a implantação da siderúrgica Açominas "desencadeou o estabelecimento de novas empresas na região" (PEREIRA, 2019, p. 87), o que se associa, em escala macro, à reestruturação produtiva neoliberal que veio junto à redemocratização e, em escala local, ao crescimento verticalizado da população. Contudo, em meados da década seguinte, 1990, o cenário de prosperidade econômica foi substancialmente alterado:

Houve uma sequência de demissões nas indústrias e mineradoras da região, causadas por diversos fatores, sendo um deles que vários países estavam produzindo minério mais barato do que as indústrias da região. Aliado a isso, o município sofreu uma alta no preço dos aluguéis, devido à demanda por moradia de trabalhadores que vieram de outras cidades para Conselheiro Lafaiete. (PEREIRA, 2019, p. 88).



Tais fatores, conforme a autora em referência observa em seu trabalho, gerou um movimento centrífugo da população trabalhadora que não poderia mais arcar com o custo de vida na região central de Lafaiete, gerando uma expansão periférica da mancha urbana do município.

No final da década de 2000, é que a economia municipal voltou a aumentar o ritmo, com o crescimento dos empregos nas indústrias e mineradoras da região e, por conseguinte, um aquecimento do mercado imobiliário o qual, contudo, não se orientou para o atendimento da maior demanda de habitações no município, que eram aquelas consideradas “de interesse social” (PEREIRA, 2019, p. 96).

Pereira (2019) observa, ainda, que esse aumento populacional e a subsequente migração das áreas centrais não foi seguido pela atualização da legislação urbanística atual. O Código de Obras vigente é de 1957, época em que a população municipal era significativamente inferior à atual.

Além desta normativa, outro regramento anterior ao período aqui mencionado (1980 a 2010) é aquele relativo aos loteamentos – Lei Federal nº 6.766/1979.<sup>7</sup> Contudo, observa-se que esta não era aplicada na cidade. De acordo com as entrevistas realizadas por Pereira (2019) com gestores e ex-gestores municipais, não era cobrado dos loteadores uma infraestrutura mínima para os loteamentos, “bastava entregar o loteamento com esgoto e cascalho, em troca do oferecimento de lotes para o município” (PEREIRA, 2019, p. 94). Essa determinação não estava conforme àquilo que a referida lei determinava como infraestrutura básica em seu art. 2º, parágrafo 5º, a saber: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

Por sua vez, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), de acordo com Silva (2019, p. 28), apesar de prevista na primeira versão do Plano Diretor, que é de 1999, foi implementada apenas em 2011. Essa LUOS, que ainda está vigente, traz o zoneamento a partir de logradouros e disposto por meio de quadro com a listagem

---

<sup>7</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm)>. Acesso em setembro de 2023.

das ruas, e não em um mapa, o que dificulta a visualização espacializada e integrada daquilo que se propõe como planejamento para a área urbana do município.

Outro aspecto ao qual cabe destaque é a indefinição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), cujo conceito aparece no texto da LUOS vigente, mas que não foram mapeadas na cidade. Ou seja, na prática, ainda não existem áreas na cidade onde os parâmetros construtivos são alterados em função da predominância de moradias da população com menores recursos financeiros.

A autora também aponta que o Plano Diretor vigente, que é de 2010, apresenta um pequeno percentual de dispositivos autoaplicáveis, isto é, que poderiam ser aplicados sem depender de posteriores regulamentações, as quais não foram efetivadas. Cabe mencionar que essa lei passa, atualmente, por processo de revisão. O estudo preliminar foi realizado pela Fundação João Pinheiro e um anteprojeto foi apresentado ao município, do qual faz parte um mapa contendo o zoneamento municipal. Os arquivos resultantes do diagnóstico realizado e da proposta apresentada foram disponibilizados pela prefeitura municipal em seu sítio eletrônico e é possível notar que, nessa proposta, as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS do município já se encontram mapeadas.<sup>8</sup>

Considerando, concomitantemente, o ritmo de crescimento de Lafaiete e o processo de formação do arcabouço normativo descrito acima, foi elaborada a figura abaixo.

Organizando as informações dessa forma, e tendo em vista a função de cada lei na política urbana dos municípios, compreende-se que as administrações municipais que se sucederam nessas décadas em Lafaiete, foram pautadas na análise e autorização, caso a caso, dos loteamentos e das edificações que a iniciativa privada pretendia implantar.

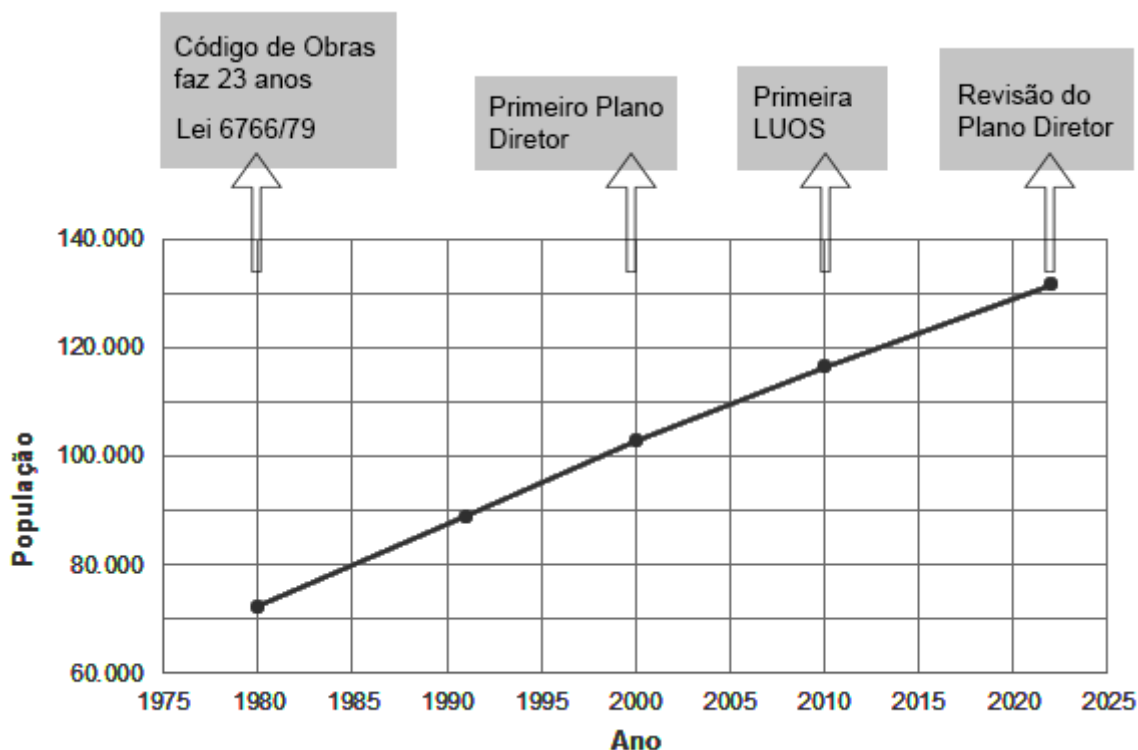
Acrescentamos, também, que a gestão urbana ainda se apoia em um ordenamento legal que não corresponde à realidade do espaço urbano municipal, a qual engloba (i) o crescimento populacional, com conseqüente espraiamento da mancha urbana através da ação de um mercado imobiliário aquecido (PINTO e FERNANDES, 2019), e (ii) “imóveis com uso consolidado de ocupação em glebas fundiárias que não

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/prefeitura-realiza-revisao-do-plano-diretor-municipal/>>. Acesso em maio de 2023.

permitem aplicar padrões urbanísticos da legislação vigente no tocante ao parcelamento do solo urbano”, conforme explica o Diretor Municipal de Habitação, em entrevista concedida em 2022 para o jornal local Correio da Cidade.<sup>9</sup>

Figura 11 - Evolução da população e formação da legislação urbanística municipal



Fonte: elaborado pela autora.

Além disso, a gestão municipal precisa lidar com o papel que a cidade desempenha a nível microrregional: Lafaiete é um polo de comércio e serviços, procurado por trabalhadores e estudantes da região para moradia e utilização de serviços privados e públicos e, concomitantemente, lida com uma arrecadação de impostos consideravelmente inferior em relação às cidades vizinhas, se colocado em questão o porte da mesma (PEREIRA, 2019). Em suma, as grandes empresas estão nos territórios vizinhos; os moradores, em Lafaiete.

Dessa forma, a política urbana no município foi formada mais por atividades de gestão daquilo que, em conformidade com as atividades econômicas, já estava acontecendo na cidade, e menos de atividades voltadas para um planejamento integrado da expansão urbana. Isso indica uma postura passiva do poder público frente à ocupação

<sup>9</sup> Disponível em <<https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/26728-lafaiete-tem-mais-de-8-mil-imoveis-em-situacao-irregular>>. Acesso em agosto de 2023.

do solo – tanto aquela empreendida pelo mercado imobiliário “regular”, “formalizado”, quanto a ocupação promovida pela população não inserida nesse mercado e que promovia sua moradia por vias não monetizadas.

### 2.2.2 Informações sobre a população

Importa-nos trazer dados relacionados à renda da população da cidade em estudo, uma vez que a produção da moradia está diretamente relacionada à condição financeira da família. Antes, é necessário esclarecer que, dentre os dados coletados pelo IBGE para o Censo de 2010 e que foram organizados por setores censitários<sup>10</sup> não se encontram aqueles relativos à situação econômica dos habitantes. Dessa forma, não foi possível realizar uma análise comparativa entre o centro principal e as áreas periféricas da zona urbana a partir de estatísticas de renda. Ademais, pontuamos que os dados coletados em 2022 ainda não se encontram totalmente consolidados. Todavia, aqueles levantados já trazem informações relevantes para a análise da população lafaietense.

A pesquisa anual *Informações Municipais Básicas* (MUNIC) do IBGE, disponível no portal IBGE Cidades,<sup>11</sup> apontou que, em 2010, cerca de um terço da população rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Além disso, em 2021, 19,6% da população estava ocupada. Esse percentual inclui pessoas acima dos 14 anos que, na data de resposta ao questionário do Censo, estavam empregados no setor público ou privado, com e sem carteira assinada. Isso indica que a cidade se posiciona acima da média estadual e nacional.

Porém, quando comparado à população economicamente ativa, que era estimada em 70% em 2022<sup>12</sup> – conceito que inclui pessoas ocupadas e desocupadas entre 15 e 65 anos –, é possível notar que parte considerável da população com idade para trabalhar se encontra desocupada. Isso influencia diretamente o rendimento nominal mensal *per capita* supramencionado.

---

<sup>10</sup> Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em agosto de 2023.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/panorama>>. Acesso em agosto de 2023.

<sup>12</sup> Dados retirados da pirâmide etária disponível no *site* indicado na nota de rodapé anterior.

### 2.2.3 Os bairros e o *corpus*

Dentre os territórios identificados por Morado Nascimento (2011) – favelas, ocupações urbanas e loteamentos periféricos – escolhemos trabalhar com esse último tipo, uma vez que casos das demais são escassos em Lafaiete. Loteamentos periféricos, por sua vez, estão presentes por toda a borda da cidade, tendo em vista o processo de formação urbana e as características da população abordados acima.

Uma observação importante referente ao entendimento sobre o loteamento periférico é que, na presente pesquisa, estamos tratando de uma cidade média. Assim, é preciso colocar as coisas em perspectiva, tendo em vista a escala da mancha urbana: o que é considerado “longe do centro” em uma cidade de porte mediano pode ser considerado “perto do centro” (que, nesse caso, seria o centro principal, ou hipercentro) em uma metrópole como Belo Horizonte.

Procuramos distribuir as entrevistas na área periférica da cidade, em bairros conhecidos pela autora, cujas características físicas indicavam tratar-se de áreas habitadas pela população de renda baixa (em uma comparação entre renda baixa, média e alta), haja vista que não foram encontrados dados oficiais sobre a renda das famílias, discriminados por bairro.

As características levadas em conta foram tamanho dos lotes e das casas, presença e tipo de acabamento das construções, presença e tipos de automóveis nas garagens, aspecto dos estabelecimentos comerciais de bairro, presença e condição dos passeios, presença e qualidade da pavimentação, de sinalização viária, ausência de espaços públicos planejados de lazer e de arborização, traçado irregular e largura das ruas, bem como a variação da dimensão da calha ao longo da mesma rua.

As figuras acima ilustram esses aspectos. Apesar de serem imagens capturadas pelo *Google Street View* em 2013, ao percorrer os bairros hoje, notamos que algumas casas foram ampliadas, outras, pintadas, uma cerca deu lugar a um muro mas, de modo geral, a paisagem permanece a mesma (inclusive no que diz respeito ao calçamento da rua na primeira imagem).

Figura 12 - Bairro Sion



Fonte: Google Street View

Figura 13 - Bairro São Judas



Fonte: Google Street View



Figura 14 - Bairro Parque das Acácias



Fonte: Google Street View

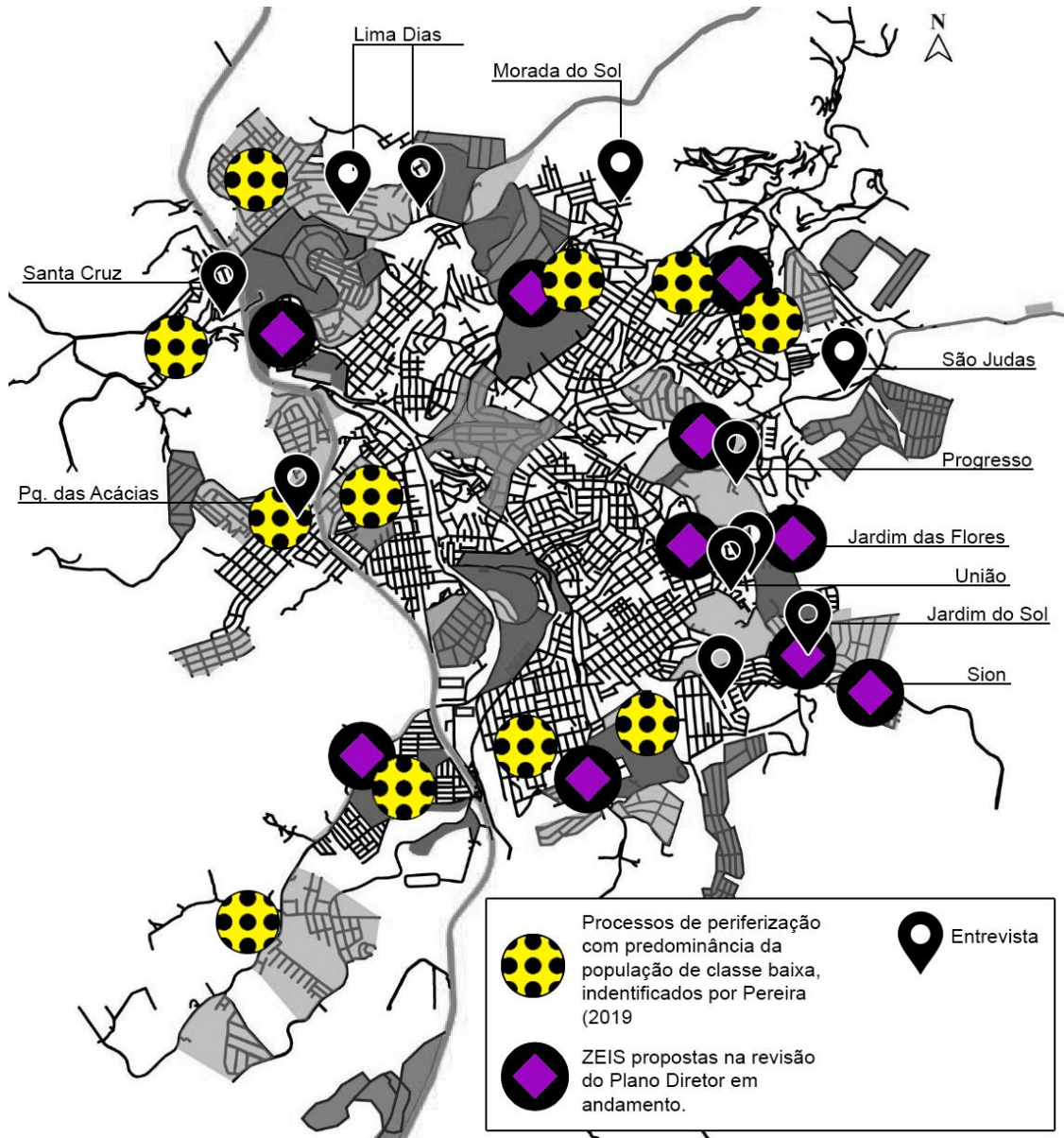
Adicionalmente, valeu-se do mapeamento realizado por Pereira (2019), no qual ela indica com pontos os bairros na cidade onde ocorreram e ocorrem processos diversos relacionados à segregação urbana em Lafaiete. Entre esses processos, está a periferização que resulta em áreas predominantemente de baixa renda. Aproveitando o mapa e a linguagem desenvolvidos pela autora para mapeamento dos referidos processos, foram indicadas, também, as ZEIS do zoneamento proposto junto à revisão do Plano Diretor acima mencionada. O resultado do cruzamento dessas informações está demonstrado na Figura 15 a seguir.

Cabe esclarecer que a linguagem adotada para mapeamento dos processos direciona o olhar da pessoa que lê os mapas para a região onde esses processos ocorrem. Não se trata de um mapeamento preciso da área onde o fenômeno da periferização ocorre, ou quais são as quadras do terreno da cidade demarcadas como ZEIS.

Somando a essa informação, acrescentamos que, durante a pesquisa realizada para seu trabalho de conclusão do curso da graduação (CUNHA, 2018), a pesquisadora buscou informações, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a respeito das áreas de vulnerabilidade social existentes em Conselheiro Lafaiete e foi informada de que elas correspondiam aos bairros atendidos por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), conforme listagem que a referida Secretaria forneceu. Por meio dessa relação de lugares atendidos, foi possível observar que

todos os bairros visitados durante esta pesquisa são cobertos pelo referido sistema assistencial.

Figura 15 - Localização das entrevistas e indicação das áreas ocupadas pela população de baixa renda no município.



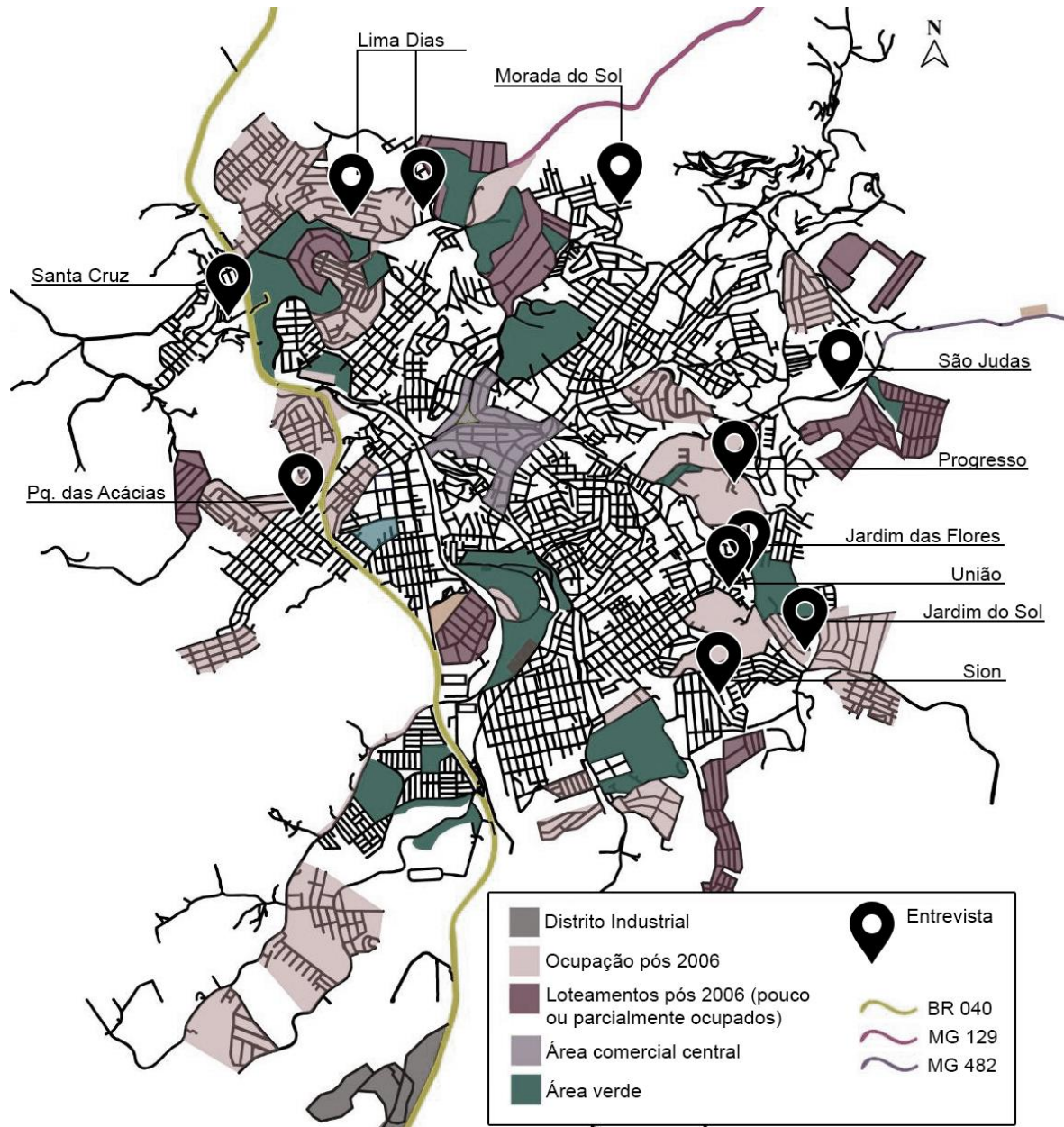
Fonte: retirado de Pereira (2019, p. 111) e adaptado pela autora.

A proposição inicial foi percorrer o perímetro da mancha urbana, distribuindo as entrevistas nessas áreas, e estava prevista a coleta de treze narrativas. Tendo em vista, sobretudo, o prazo para a execução da pesquisa, mas também que nem todas as pessoas convidadas aceitaram participar, não foi possível cobrir o referido



perímetro. Ao final do período de coleta da fala dos moradores e transcrição dos respectivos áudios, que ocorreu entre abril e junho de 2023, foram realizadas onze conversas, indicadas nas Figuras 15 e 16.

Figura 16 - Localização das entrevistas



Fonte: retirado de Pereira (2019, p. 98) e adaptado pela autora.

Pereira (2019) também realiza um levantamento da ocupação urbana ocorrida até meados dos anos 2000. Inserindo as entrevistas nesse mapa, conforme a Figura 16, acima, é possível notar que a maioria dos moradores estão em loteamentos instalados antes desse período, sinalizando se tratar de áreas que fazem parte da dinâmica

urbana de expansão periférica ocorrida nos anos 1990, e explicada na primeira seção deste capítulo.

Cabe esclarecer, em relação à Figura 16, que os lugares selecionados para entrevista nos bairros Progresso, Jardim do Sol e Lima Dias já possuíam arruamento e casas antes de 2006, como indicam as imagens de satélite do Google Earth capturadas em 2004, o que pode indicar que eles também fizeram parte da expansão periférica ocorrida nos anos 1990, conforme demonstrado na Figura 17.

Figura 17 - Imagens de satélite capturadas em dezembro de 2004.



Fonte: elaborado pela autora a partir do Google Earth.

Nesses dez bairros percorridos, foram entrevistados seis mulheres e cinco homens. Todavia, importa destacar a existência de um terceiro interlocutor em seis das onze entrevistas realizadas, cujo grau de interferência variava conforme as características da personalidade do indivíduo (algumas pessoas são mais expansivas, outras mais contidas, especialmente com estranhos como a pesquisadora). Esse terceiro interlocutor era sempre o cônjuge.

Oito das onze entrevistas foram realizadas em casas nas quais reside uma família nuclear. Uma foi realizada na residência de um casal de idosos (que, portanto, também já foi residência de uma família nuclear); a outra, com um casal de jovens e mais uma, na casa de uma mulher que morava sozinha (os filhos já haviam se mudado).

Observou-se, também, que alguns entrevistados ou seus pais – que tiveram influência no processo construtivo e/ou no saber-fazer – tinham origem rural. Isso poderia nos levar a investigar uma possível influência dessa origem rural no construir enquanto atividade de subsistência, a partir das considerações de Maricato (1982) e Oliveira (2006) a respeito de uma correlação entre o mutirão enquanto herança – enquanto cultura, portanto – do meio rural trazida para o meio urbano quando dos processos inter relacionados de industrialização e migração que conformaram o espaço urbano brasileiro, processos presentes também em Lafaiete, conforme Pereira (2019).

Contudo, aqueles mesmos autores não identificam uma influência direta da produção da moradia no campo em relação à autoconstrução urbana. Além disso, há que se considerar, em consonância com Balthazar (2012, p. 39), que “a prática da construção civil ainda não se configurava como uma tradição entre os trabalhadores urbanos, o que tornava o empreendimento da casa própria uma tarefa árdua e incerta”. Dessa forma, decidimos não trazer esse aspecto para a discussão – porque ele demandaria uma investigação mais direcionada –, mas consideramos importante pontuá-lo.

A experiência da maioria dos moradores com os quais a pesquisadora conversou, em relação à construção da própria casa, não envolve contato direto com o conhecimento codificado. Contudo, três entrevistados trabalharam ou trabalham como pedreiros e, por conta disso, tiveram algum tipo de contato com o esse conhecimento no canteiro de obras, sobretudo na figura do responsável técnico (geralmente, engenheiro) que visitava as obras. Esse contato restringiu-se, pelo que foi relatado nas falas, à leitura das plantas baixas em obra para execução das instruções contidas nas mesmas e ao recebimento de instruções, intermediadas pelo mestre de obras ou pedreiro mais experiente.

Além dessas situações, uma das casas visitadas possuía o projeto desenvolvido por um engenheiro. Contudo, o morador havia participado diretamente na construção, mesmo não sendo pedreiro, além de que a família também já construiu uma outra casa sem projeto e acompanhamento profissional. Foi possível notar, pela leitura da transcrição dessas quatro entrevistas, que elas possuíam relevantes traços em comum com as demais, relacionados à disponibilidade de recursos, ao tempo da autoconstrução e à valorização da casa própria e do saber-fazer, por exemplo. Além disso, essas entrevistas foram relevantes para observarmos que o contato direto com



o conhecimento codificado não transformou a prática desses moradores, conforme será melhor elaborado no capítulo de análises.

Por conta desses fatores, a pesquisadora decidiu manter essas entrevistas no conjunto das narrativas. Consideramos, assim, que a diversidade de situações que o *corpus* abarcou termina por ser reflexo da diversidade de situações que acontecem na produção do espaço urbano, em que as práticas são múltiplas e, também, híbridas, atravessadas umas pelas outras.

### 2.3 Apresentando algumas narrativas

O objetivo de trazer para esta parte do trabalho o registro de algumas narrativas é dar mais densidade à conceituação teórica que procuramos desenvolver neste capítulo. Nesta seção não serão analisadas as narrativas. O intuito é levar o leitor a ter uma visão mais *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) das histórias e do contexto com os quais a pesquisadora entrou em contato.

Os nomes dos moradores e algumas referências espaciais foram alteradas, para manter o anonimato dos mesmos. Além disso, optamos por abordar três das onze entrevistas realizadas, selecionando-as por sorteio, para que, tendo cumprido seu papel, esta seção não ficasse demasiado extensa.

#### 2.3.1 Seu Antônio e Dona Luiza

Figura 18 - Bairro Lima Dias



Fonte: Google Street View

A primeira entrevista desenrolou-se em uma conversa de cerca de uma hora, para a qual o casal recebeu a pesquisadora na sala de casa.

Pelo que ouviram os moradores, o loteamento onde moram começou à época da implantação da Açominas, grande empresa siderúrgica localizada entre as cidades de Ouro Branco e Congonhas, vizinhas de Conselheiro Lafaiete. Trata-se de um bairro que se estabeleceu em um loteamento cuja implantação foi aprovada pela prefeitura e registrada em cartório, mas cujos serviços urbanos foram implantados paulatinamente, após o início da ocupação, que se deu de maneira informal e, atualmente, passa por processo de regularização.<sup>13</sup>

Seu Antônio e Dona Luiza residem há vinte e cinco anos na casa em que receberam a pesquisadora. Eles contaram que obtiveram o terreno por meio de doação dos patrões dela e começaram a construção com ajuda do pai e dos irmãos dele – um deles, pedreiro, que foi remunerado pelo serviço. Seu Antônio afirma: “entre família, a gente acaba se ajeitando”.

O entrevistado também descreve o processo construtivo: “A terraplanagem foi feita tudo manualmente. Não foi necessária máquina não, foi tudo manualmente, braçal mesmo, o serviço. [...] Aí depois foi seguir as medidas de acordo com o desenho”, e complementa: “Isso aí [o *desenho*] foi entre eu e meu irmão. Não foi projeto não”. Ele fala também sobre como contou com a experiência do irmão para “bolar o desenho”, definir a quantidade de ferragem e as etapas da obra.

O lote do casal segue a declividade da rua e, tirando proveito dessa inclinação, a construção possui dois andares. Na primeira etapa foi construído o segundo pavimento, deixando apenas “colunas” no pavimento de baixo. A decisão de construir primeiramente o andar superior se deu em razão de eles acreditarem ser esta a solução mais segura: “No início, eu fiquei meio cismado de morar nesse lugar aqui, porque tinham muitas pessoas que não se entendiam bem. [...] esse lugar tinha muita pessoa humilde e muita gente desonesta, então tinha muito roubo”.

---

<sup>13</sup> Informações do portal de notícias *online* Lafaiete Agora, disponíveis em <<https://lafaieteagora.com.br/2022/08/17/bairro-lima-dias-ii-em-lafaiete-passa-por-regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em agosto de 2023.

Depois dessa primeira etapa, “bem futuramente”, eles começaram a construir os cômodos do andar de baixo, para dar mais conforto à família, com três filhos adultos, cujos quartos e banheiro estão hoje no pavimento superior, ficando os pais no pavimento inferior, onde há dois quartos, cozinha, sala e banheiro. Na terceira etapa, mais recente, um cômodo foi construído aos fundos do lote para abrigar o fogão a lenha e a casa recebeu melhorias, como piso cerâmico.

Todavia, a experiência de Seu Antônio com a construção civil não se resume à construção da casa, já que ele também realizou serviços de obra, tendo trabalhado, por exemplo, na construção da unidade da rede de supermercados BH que se instalou no bairro, às margens da rodovia. Hoje é empregado no setor de transportes. Ao contar sobre a sua experiência como pedreiro, ele traz para a conversa pontos importantes a respeito dessa produção, que é a hierarquia presente no canteiro e a inserção do projeto no processo:

Então, o pedreiro conversa mais com outro pedreiro experiente, o encarregado, e o mestre de obra. Daí, pra gente, já não envolve tanto [*o contato com o engenheiro*] porque o mestre de obra já conversou com o pedreiro, né. No caso, o mestre de obra vai conversar com o engenheiro, né, aí eles já passam a informação um para o outro, pra passar para o pedreiro, para os ajudantes né. Muito diretamente, não tem esse [*contato*]... dificilmente. Conversar, às vezes acaba conversando, né, mas de repente é uma coisa tão rápida que a gente não chega nem, assim, a memorizar o que foi dito naquele momento. Que, no mais, quem vai passar pra gente é o subordinado dele, o que tá coordenando o serviço, ou o mestre de obra ou o encarregado da equipe, né. A questão de projeto, geralmente, quem faz é... o engenheiro também é mais projeto, né? O engenheiro de produção, ele faz projeto também, mas tem um projetista de estrutura, né. Tem o projetista de estrutura. Se o engenheiro aprova ou não, aí é com ele, né.

Ao longo da conversa, o casal comentou sobre as transformações sociais e de infraestrutura pelas quais o bairro passou e, mais recentemente, também vêm passando. Eles mencionaram a precariedade do fornecimento de água e luz e destacaram a ausência de calçamento, que dificultava o deslocamento na rua em época de chuvas (barro) e de seca (poeira) e a inexistência de linha de transporte público para atendimento dos moradores, que tinham de se deslocar aos bairros vizinhos para ter acesso a esse e outros serviços públicos, como escola. Outro aspecto que trouxeram à fala foi a mudança no comportamento das pessoas. Eles mencionaram que haviam discussões frequentes na vizinhança, mas que isso foi modificando porque “outras pessoas pegam o esquema de quem está convivendo

bem”. Ademais, segundo eles, quando se mudaram para lá, havia abastecimento de água e eletricidade, mas precários.

Os moradores também disseram que há cerca de seis anos o bairro experimentou desenvolvimento significativo, pela abertura de loteamentos de alto padrão nas redondezas, instalação de uma rede de supermercados e de um galpão de uma empresa local no bairro. Isso, de acordo com eles, possui relação com o fácil acesso que o bairro possui às rodovias. De fato, o bairro é articulado de leste a oeste por uma via de ligação entre duas rodovias – a BR-040 e a Estrada Real (MG-192) – que seguem o sentido norte-sul.

A narrativa de Antônio permite tecer, também, considerações importantes sobre o processo de regularização fundiária a partir da perspectiva dos moradores. Tal processo é regido pelo Edital de notificação para regularização fundiária urbana de interesse social nº 03/2022, da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete<sup>14</sup> que traz, como seu anexo, o mapeamento da área coberta pela política pública municipal com a identificação dos lotes.

Antônio conta que o levantamento da área foi realizado com drones e, posteriormente, a Prefeitura, em parceria com o Ministério Público, reuniu-se com a população do bairro,<sup>15</sup> para explicar o processo de regularização dos lotes e das edificações. Ele opina que, tendo em vista o desenvolvimento no entorno, se toda a população do bairro se organizasse e regularizasse seus terrenos, “isso aqui ia ficar um bairro muito bom, de primeira linha quase” e que “desenvolia muito mais e até o próprio dono do terreno pode exigir mais também”. Ele também menciona o argumento da segurança da posse:

Aí, de acordo com esse plano de regularização de imóveis que a Prefeitura está fazendo (a Prefeitura com o Ministério Público, né), agora acho que o governo está exigindo mais, de quem é dono de uma propriedade, regularizar. Dizem que até para a segurança do próprio dono, né. Porque, de repente, como que fica depois na ausência desta pessoa, vamos supor, do pai... como é que o filho vai fazer sem ter um registro daquele lugar?

---

<sup>14</sup> Disponível em <<https://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em agosto de 2023.

<sup>15</sup> A reunião foi noticiada pelo site <<https://lafaieteagora.com.br/2022/08/17/bairro-lima-dias-ii-em-lafaiete-passa-por-regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em agosto de 2023.

Por fim, um ponto que a pesquisadora considerou instigante nessa conversa foi a curiosidade do morador a respeito do arquiteto. Em mais de um momento durante o encontro, ele manifesta curiosidade sobre o que esse profissional faz, e tenta descrever o que entende como sendo a função do arquiteto em relação ao espaço construído. De início, ele associa o trabalho do arquiteto a detalhes da construção (cor de paredes, mosaicos, escolha de revestimentos, etc) e, ao longo do diálogo, interpela a pesquisadora: “agora eu que pergunto um pouquinho [*risos*]: no caso, o arquiteto, ele tem... assim... ideias de melhorias para a construção?”.

A pesquisadora entendeu que o ensejo aberto por essa pergunta precisava ser aproveitado e, recordando as pesquisas do PRAXIS-EA/UFMG a respeito da comunicação horizontal, que permite a efetiva troca de saberes, e o do uso de uma linguagem adequada, procurou responder a pergunta a partir das próprias vivências, uma vez que isso era o que foi solicitado aos entrevistadores, que resultou nas seguintes reflexões por parte de Seu Antônio, as quais, apesar de ainda não desvinculada ao trabalho com interiores, traz uma visão que aponta para a questão social, para além do ornamento, do detalhe:

É porque, nesse caso, tem dois detalhes: tem pessoas de classe mais simples e pessoas com classe muito alta. Então o tipo de padrão de vida é diferente. Mas dá para fazer um projeto de arquitetura para uma família mais simples e para uma família de classe mais alta, né. E fica bom, só que é questão de padrão de vida né.

Eu creio que a arquitetura, ela ajuda muito até na questão de, assim, o mal do momento, que eles dizem é... o estresse e a depressão, né. E a arquitetura, mudando o ambiente, melhora a harmonia do lugar. Porque, às vezes, ficou um lugar muito sério, sem... sem detalhes. Quando você passa por um lugar assim, digamos bem preparado, bem adaptado, a pessoa vai até querer ficar ali, já vem com pessoas ali.

### 2.3.2 Jorge e Gabriela



Figura 19 - Bairro Progresso



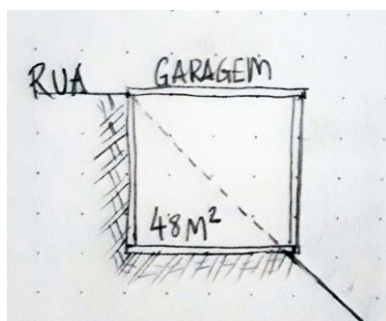
Fonte: Google Street View

O casal vive com os três filhos na casa que começou com quarenta e oito metros quadrados levantados por Jorge e seus irmãos nos idos de 1997. Não havia reboco ou piso quando eles se mudaram. Nasceram dois filhos e o núcleo inicial da casa recebeu acabamento.

Então, Jorge conseguiu seu atual emprego, a vida financeira da família teve uma melhora e conseguiram investir mais dinheiro na construção. Com isso, aos quarenta e oito, aos poucos, somaram-se mais trinta. Jorge explica, com uma maneira peculiar de narrar os acontecimentos: “uns menino que tava jogando bola me ajudou a bater aquela lajinha ali [*nos trinta metros quadrados acrescidos*]. Aí emendou pra lá. Aí ficou só uns toco de parede [...] Aí depois eu dei mais uma firmada [*financeira*], subi os resto das paredes.” Descrevendo o processo de construção da sua casa – em uma narrativa meio desenfreada e acompanhada de muitos gestos –, Jorge vai nos detalhes construtivos: fala da espessura e do espaçamento das ferragens que escolheu, da medida dos cômodos, de onde veio o dinheiro de cada etapa (acerto do PIS, um trabalho esporádico extra, etc), e da sequência dos serviços que ele foi, paulatinamente, executando. Ao perceber essas características da fala do morador, a pesquisadora o perguntou como ele aprendeu a construir. Ele: “trabalhando na rua”. Assim, ao acompanhar os irmãos nos serviços de pedreiro, o entrevistado aprendeu o ofício.

Mas antes que esse aprendizado fosse consolidado, uma ação marcou profundamente a conformação da casa, localizada em um forte declive em relação à rua: o corte do terreno. O núcleo inicial da moradia foi construído abaixo do nível da rua. Na tentativa de criar uma área plana de dimensões suficientes para comportar os primeiros cômodos, Jorge – ainda com pouca experiência – retirou terra além da conta, deixando a casa com um pé direito demasiado alto, cerca de quatro metros, e dificultando o acesso ao piso superior, onde hoje é a garagem, e à rua.

Figura 20 - Corte esquemático transversal do núcleo inicial da moradia.



Fonte: elaborada pela autora.

Ele explica: “ia dar laje igual que deu aquela ali. E às vezes saía até mais caro. Eu fui e afundei o ‘trem’. Aí ele [*irmão-pedreiro*] falou... falou comigo: ó, não sei não... vai ter que arrumar um jeito, porque a rua tá muito longe. Aí eu falei assim: ah, pilar e tijolo... vai subindo”, e subiram as paredes com “tijolo de dez dobrado” por conta da altura que elas atingiriam. Gabriela acrescenta que o gasto da obra foi muito grande por causa do desnível do terreno: “se você for ver, o que gastou nessa casa, se fosse num terreno plano, nós tinha terminado a casa toda, já tinha feito, pelo tanto que gastou.”

Jorge trabalhava na obra em seus horários de folga: “inclusive, nos domingo, eles ia almoçar lá na casa da minha sogra, aí eu não ia não. Ficava aqui trabalhando.” E a continuidade da obra aconteceu com todos dentro de casa, como Gabriela recorda:

Quando ele rebocou aqui, rebocou com os menino pequeno dentro de casa. Tinha andaime, né, porque é muito alto. Menino mexia em massa... ih, era um tumulto a casa. Andando em cima e nós andando embaixo dos andaime, e ele rebocando. É, foi muita dificuldade. Agora que a gente tá começando a mexer de novo, vamos ver...

Ao núcleo inicial, o casal acrescentou mais um quarto, que passou a ser o deles após o nascimento da filha, bem como uma lavanderia. Recentemente, eles retomaram as

obras para transformar a lavanderia em uma nova cozinha, construir um banheiro no nível da garagem, a fim de fazer um espaço para receber os amigos (diante da belíssima vista que eles têm nos fundos de casa), e também a nova lavanderia. Gabriela quer, adicionalmente, ampliar o quarto da filha, reformar o banheiro atual, construir outro banheiro junto ao seu quarto, transformando-o em suíte. E planeja rebaixar o pé direito, instalando um forro, e pintar as paredes, bastante castigadas pela umidade, da mesma maneira que a laje. O casal atribui essas patologias às chuvas que ainda castigam a casa, tendo em vista a ausência de telhado para cobrir o pavimento que está ao nível da rua:

**Gabriela:** ... mexe aqui, mexe ali, não chega no ponto onde eu quero. E com chuva também, penei, porque acabou com as parede mesmo, né?

**Pesquisadora:** A chuva ainda prejudica muito aqui?

**G:** Prejudicou muito! Muito.

**P:** E por que que você acha que a chuva tem essa...

**Jorge:** Chuva? Aaaah... a laje vai indo, vai indo, vai indo, ela fica assim mesmo. Não tem essa laje que não fica.

**G:** Né, eu tive muitas amigas também que tiveram problema na chuva... goteira, pingação...

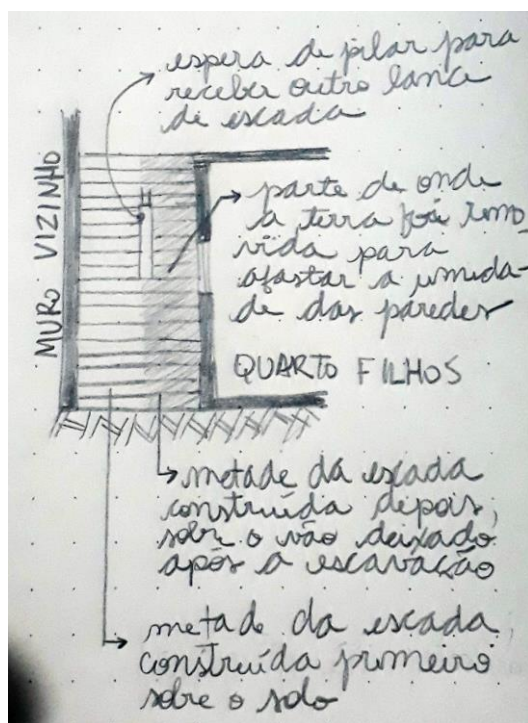
[...]

**G:** Então, enquanto não cobrir, não adianta de nada aqui embaixo. Se continua chovendo, estraga toda a parede.

**J:** Chove e não bate sol. Aí... vai indo, vai indo, começa a prejudicar... é bom cobrir, assim...

Em relação às paredes da sala/cozinha, local em que estávamos conversando, eles não identificaram que a umidade do solo poderia ser um problema. Mas, nas paredes que estão em contato direto com a terra, que eram as dos quartos dos filhos e da filha, essa causa foi diagnosticada. A solução para o quarto dos filhos foi cavar a terra para afastá-la da parede e, sobre o buraco formado, ampliar a escada, conforme a figura abaixo. A solução para o quarto da filha, por sua vez, foi revestir a parede dos fundos com placas de PVC usadas em forros – uma medida paliativa. Conforme Gabriela: “Eu vi no apartamento de uma amiga minha, o PVC ajuda, ele ajuda a isolar. Só que ele tá bem mofado, o quarto dela, porque a gente tá precisando dar uma outra pintada, né. Dá mais uma arejada... porque esse negócio da água lá em cima empoçando, aí atrapalhou”. Notamos, assim, que as patologias advindas da umidade não foram previstas, e foram identificadas apenas quando de sua ocorrência. Além disso, as soluções foram buscadas na experiência presente no contexto em que vivem.

Figura 21 - Corte esquemático longitudinal representando a escada vista de frente.



Fonte: elaborado pela autora.

Jorge também dá detalhes sobre a estrutura da casa, que foi sendo ampliada e reforçada de acordo com a ampliação da moradia e a sobrecarga que ela teria. Tudo dimensionado a partir do tijolo – de maneira mais ou menos precisa, tendo em vista a variação dimensional das peças utilizadas – e com base na vivência de obra do morador:

**P:** E tamanho de pilar, tamanho de cinta, como é que o senhor calcula?

**J:** Ah... não. É pelo tijolo, ué. Pelo tijolo. Geralmente um... um pilar aí padrão aí, ele é... se for um tijolo de quinze assim, igual tá aqui [*aponta para uma parede*], aí, geralmente... é vinte.

**P:** Quinze por vinte.

**J:** É. O tijolo aqui [*aponta para outra parede*], ele é uns vinte também. Então, que acontece... a gente fala tijolo de vinte, né. Ele é o tijolo de dez mas, deitado, ele é o tijolo de vinte. O quinze: ele é quinze. Mas, se por ele deitado, é o de vinte. Mas geralmente ele dá dezessete e meio, dezoito... antes que dava vinte, hoje não dá mais. Então, que que acontece, se você vai por um pilar nessa parede de vinte aí, igual tem um aqui, geralmente, aqui é... uns vinte. Vinte por... vinte. Só que ele é vinte por vinte feito, né? Feito. Antes, cê vai deixar uma base de... dois centímetro e meio, três centímetro de cá, de concreto [*Jorge está falando a respeito da capa de concreto que cobre a armadura*]. [...] Aí, o tijolo de quinze, ele é treze e meio. Eles fala quinze, mas não é quinze: ele é treze e meio. Aí, que que acontece, o cara, como que vai pôr a ferragem nele... ele vai pôr uma ferragem de onze. Onze centímetro. Onze, dez e meio... por quê? O pilar tem pouco... de concreto, né? E a cinta é a mesma coisa. Se cê for trabalhar com uma cinta, ela é vinte, então, você vai pôr ela de quinze também. É ué.

Jorge segue explicando que o planejamento foi todo feito “de cabeça”, seguindo uma estimativa (também feita “de cabeça”) do que seria possível construir com o dinheiro disponível. Ao visitar o lote pela primeira vez, o morador foi imaginando onde estariam os cômodos e qual seria a articulação deles em função do posicionamento das janelas e portas. Ao que Gabriela comentou: “tudo que faz, não planeja nada não. Fala: ah, vamos quebrar aquela parede? Vamos fazer isso...?”.

A pesquisadora perguntou se os entrevistados gostam de morar na casa. Gabriela disse que adora o lugar, mas a casa não. Isso porque, segundo ela, não é a casa que sonhou. E que está cansada de mexer com a obra a tanto tempo (afirmação que ela repete algumas vezes ao longo de nossa conversa): uma vida inteira na poeira.

**G:** Eu sonhei uma casa assim... uma casa que fosse em um lugar plano, com varandas... sabe, essas com varandão? Os quartos maiores... uma coisa planejada. Eu sonhei com uma coisa planejada. Uma coisa que cê sonha, põe no papel: ah, eu quero assim, assim, assim. Entendeu? Porque essa casa aqui não foi o que eu planejei. Nunca foi do jeito que eu quis. Foi uma coisa assim: ah, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo... entendeu? Aí veio surgindo umas ideias.

Jorge contra-argumenta a partir da fala da esposa, dizendo das dificuldades geradas pelo alto custo de uma obra e detalhando tudo que poderia fazer, se tivesse o dinheiro. A descrição dele gira em torno dos acabamentos (forro, piso novo, pintura), bem como do mobiliário e dos eletrodomésticos que colocaria na casa – e não da solução dos problemas apontados (iluminação, ventilação e umidade).

Em vias de encerrar a entrevista, Gabriela levou a pesquisadora para o piso superior (o pavimento no nível da rua). Mostrou o espaço, a vista, disse que ali fariam a lavanderia, um cômodo para as ferramentas do marido, e uma área para receber os amigos. O banheiro daquele pavimento já estava quase pronto, e a estrutura para receber o telhado metálico indicava que executar esse serviço seria o próximo passo. Explicou, então, seus planos: “aqui eu pretendo ainda mudar as ideia dele [*do marido*]. Fazer... né, pra alugar, futuramente. Porque aqui tem base, né. Pode construir aqui, aqui tem base pra mais duas casas.” Ao mesmo tempo que comenta sobre construir mais, diz ser importante dar um tempo para “descansar de obra”, no que começa a falar de seus planos para viajar e conversa segue, naturalmente, outro rumo.

### 2.3.3 Mariana e Fabrício

Figura 22 - Bairro Morada do Sol



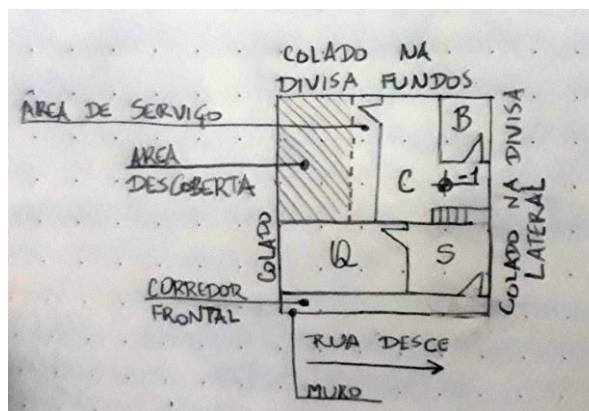
Fonte: Google Street View

Fabrício conta para a pesquisadora a história de uma obra que começou há dezesseis anos. Começou com o meio-lote doado pela patroa de Mariana, onde já existia um núcleo inicial, hoje cozinha e banheiro da casa. A eles, foram “emendados” – palavra usada pelo morador – um quarto e uma sala, mais próximos da rua e no nível dela, altura que era superior ao da cozinha em cerca de um metro. A casa foi feita, assim, em dois tempos e em dois níveis: ao fundo do meio-lote, cozinha, banheiro, área de serviço e uma área descoberta. Lindeiros à rua, o quarto e a sala, que se elevavam em cerca de um metro em relação aos cômodos do fundo.

Começou com o dinheiro do acerto trabalhista que Fabrício recebeu, e com o trabalho do casal e dos irmãos – um de cada lado – no tempo que “sobrava”: “e todo final de semana a gente vinha para cá. Aí, todo final de semana a gente fazia um pouco, levantava uma parede, começava por um cômodo”. A obra dos dois cômodos, por conta disso, durou cerca de seis meses. O irmão de Mariana era pedreiro e era a disponibilidade dele que ditava o ritmo da obra: “eu [Fabrício] estava disponível, mas eu não tinha conhecimento de pedreiro. Era só o irmão dela, mas como o irmão dela tinha trabalho fora... era a disponibilidade do horário dele que eu acompanhava.”



Figura 23 - Planta esquemática da casa atualmente



Fonte: elaborado pela autora.

Para sair de um aluguel que já durava dez anos, colocaram piso na casa e logo se mudaram, antes do fim da obra. Só então foi feita a pintura, instalada a água e a energia. Fabrício relatou que “quando chovia, era uma dificuldade danada porque a água empochava lá na laje”. Foi, então, feito o telhado de zinco cobrindo a casa e gerando um segundo piso acessado por uma escada de metal improvisada, que espera sua substituta de concreto. Foi construído também o muro na frente da casa.

Fabrício conta um pouco sobre o cunhado dele: “eu perguntei pra ele como que ele aprendeu a função. Ele falou que ele era auxiliar, então, assim, ele aprendeu vendo pedreiro fazendo. E ele teve a curiosidade de perguntar as medida de uma massa do concreto, de massa de reboco, pra assentar um tijolo...alinhamento da parede...”. Foi esse irmão-pedreiro quem planejou a casa – incluindo a parte elétrica e hidráulica. (Fabrício disse que aprendeu um pouco da parte hidráulica, mas preferiu não arriscar na parte elétrica.). De acordo com esse planejamento, não haveria espaço para a garagem – o que não significava que, caso eles adquirissem futuramente um carro, isso não pudesse ser arranjado, conforme o morador explica: “fiz o quarto maior e aqui, a sala, menor. Então, a ideia dele [pedreiro]... ele falou assim: se futuramente, caso cê queira um carro, por ser meio lote, aqui não deu espaço pra garagem. Aí, no caso, teria que tá desmanchando a parede ali do quarto, pra tá fazendo uma garagem”.

Mudando um pouco o assunto, a pesquisadora pergunta o que seria, no entendimento deles, uma casa “boa”. Mariana responde: “uns dois quarto (quarto com banheiro), sala, cozinha, né, uma área para os... cachorro”. O marido dela afirma que casa boa

deve ter conforto e espaço onde colocar mobiliários e outros bens que propiciarão esse conforto. Ele aproveita esse comentário para, então, falar dos planos para a casa: rebocar, desmanchar o núcleo inicial, refazer a cozinha e o banheiro, construir mais um quarto e outro banheiro (que a esposa quer), quem sabe a garagem... afinal, “tem mais terreno pra trás, ainda tem espaço pra levantar mais cômodo” – pelo que entendemos que cobrir a área que proporciona ventilação e iluminação para os ambientes não lindeiros à rua não era considerada pelos moradores como uma solução problemática.

A pesquisadora perguntou então o porquê de refazer os cômodos, e Fabrício explicou que eles foram percebendo que a cozinha é pequena e suas passagens são muito estreitas:

A gente veio morar cá, já tava pronto esses dois cômodo aqui, aí pra nós... ah, tava de bom tamanho, entendeu? Com o passar do tempo, a gente foi vendo... ah, compra um móvel, vamos dizer, uma mesa com cadeira nova, o espaço ali, que o rapaz tinha deixado [*antigo morador do núcleo inicial da moradia*], já era reduzido... ah, cê comprou uma máquina de lavar roupa, pra passar com a geladeira ali... por ser estreito... entendeu?

Como um efeito dominó, uma melhoria demanda outra, ao mudar o referencial desses moradores sobre o que é adequado para se viver.

Sobre o que mais lhes agradava na casa, Fabrício diz: “agrada tudo, né. Assim, cê sair do aluguel e cê estar no seu conforto, na sua casa, no que é seu... entendeu?”. Ao ser questionado sobre qual conselho daria a respeito de construir, o morador disse: “a pessoa tem que fazer a casa do jeito que agrada ela, que ela goste... aí no caso, ela vai ver a planta, vai ver... se vai contratar o engenheiro. Um pedreiro que tenha conhecimento, que tenha fundamento”. Isso para evitar arrependimentos e mudanças futuras, e observando, segundo ele, a condição financeira, que é diferente para cada pessoa.

Por fim, o diálogo desembocou no bairro. O que eles mais valorizavam naquele lugar era a tranquilidade. Da tranquilidade do silêncio, os moradores emendaram a fala sobre a tranquilidade da segurança. Antes do muro, “ninguém entrava aqui. Ninguém. Porque quem passava na rua, via se tinha alguém aqui dentro”. Fizeram o muro, a vizinha mudou, veio um ladrão (primeiro na casa da vizinha, onde não encontrou nada, passando então, à casa dos entrevistados). Depois do ladrão, vieram as grades nas



janelas da cozinha (os outros cômodos já tinham), a concertina e os cachorros – recomendação de um conhecido cuja esposa era policial: “ó Fabrício, ladrão gosta é de coisa fácil. Se você tem a cerca, se você tem a concertina e seu vizinho não tem, ele vai pular onde? Ele vai pro lado de lá. Que é coisa fácil’. Aí, eu coloquei aí, entendeu?”.

Fabrício falou, novamente, sobre sua satisfação em ter a casa própria e seu sentimento de pertencimento ao lar, algo que não acontecia na moradia alugada, na qual problemas simples de reforma ou manutenção tornavam-se burocráticos, porque tinham de ser encaminhados ao proprietário, além de que o banheiro era fora da casa. Ele relatou uma melhora de vida depois da mudança e disse que pretende fazer um passeio do lado de fora da casa, porém a rua não está calçada. Segundo ele, o calçamento foi iniciado antes das eleições municipais mas, com a mudança de prefeito, a obra foi descontinuada: “eles parece que esqueceu, sabe? Quer dizer, a cidade inteira tá... entregue”.

### **CAPÍTULO 3: PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Com vistas à obtenção de informações empíricas que pudessem gerar respostas para a pergunta de pesquisa, percorremos bairros localizados nos limites da zona urbana da cidade de Conselheiro Lafaiete/MG – enquadrados, neste trabalho, na categoria de “loteamentos periféricos”, a qual foi definida no capítulo anterior. Ali, conversamos com onze moradores que, articulando os recursos possíveis e necessários, construíram eles próprios as suas casas e se dispuseram a contar essa história. Este capítulo caracteriza a pesquisa e explica as metodologias adotadas na coleta e na análise de dados.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa e premissas**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as narrativas de moradores que constroem, modificam ou ampliam as próprias casas sem a participação de arquitetos e urbanistas – conjunto do qual fazem parte as narrativas descritas no capítulo anterior. E como objetivo, construir uma leitura a partir da autoconstrução que possa ser acrescentada ao conjunto de conhecimentos da arquitetura.

Nesse sentido, a questão levantada será abordada qualitativamente, uma vez que o caminho para o estudo do objeto de pesquisa (qual seja: os processos empreendidos por autoconstrutores e verbalizados em suas narrativas) será estabelecido por métodos que permitam a compreensão dos sentidos que os narradores atribuem à sua maneira de apropriação do espaço para moradia.

Essa abordagem permite ao pesquisador não se prender a métodos rígidos e a técnicas de amostragem representativas de uma população – o que é interessante para essa pesquisa uma vez que não há um grupo, uma comunidade de autoconstrutores: conforme abordado no Capítulo 2, os construtores não se reconhecem como autoconstrutores. Além disso, as práticas de autoconstrução são das mais diversas, o que leva a diferentes perfis de pessoas que edificam sua moradia.

Os objetivos da metodologia se alinham mais ao caráter exploratório, porque buscam compreender os processos empreendidos pelos autoconstrutores em sua apropriação do espaço. Assim, a intenção não é descrever esses processos ou mesmo explicá-

los, mas sim, realizar uma leitura que possibilite desenvolver discussões e/ou hipóteses para o campo de conhecimento da arquitetura.

Ademais, cabe colocar que são três as premissas que orientam essa proposta teórico metodológica, esclarecidas a seguir.

### **Primeira premissa**

Informações, métodos, processos, princípios, valores, sentidos, crenças, etc, que alimentam e são alimentados por discursos que fazem sentido para arquitetos urbanistas, ou são tidos como evidentes, podem receber novas leituras por meio de olhares e saberes externos ao campo de conhecimento no qual estamos inseridos.

Novas leituras sobre o quê? Sobre as maneiras de agenciar necessidades e projetar valores *de* e *no* espaço, apropriando-se dele. Nesse sentido, esta pesquisa aborda a autoconstrução e, ao fazer isso, aborda a arquitetura também. Isto é, ao desvelar o que nos é estranho, também estamos revelando a nós mesmos (THIRY CHERQUES, 2006; STEVENS, 2003; WAGNER, 2017).

Freire (1987, p. 81) explica isso com um jogo de palavras: “na verdade, não há eu que se constitua sem um não-eu. Por sua vez, o não-eu constituinte do eu se constitui na constituição do eu constituído.” Assim, arquitetura e autoconstrução podem ser compreendidas como duas faces da mesma moeda, isto é, dois conjuntos de processos múltiplos que constroem informações e sentidos os quais coexistem e podem estar em disputa na produção do espaço urbano. Com isso, seria possível avançar “para além do olhar ‘competente’ que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo”. (MAGNANI, 2002, p. 5).

### **Segunda premissa**

Narrativas são uma maneira de acessar *olhares e saberes externos à ordem na qual estamos inseridos*, a partir do pressuposto de que “a visão de mundo do povo se manifesta nas várias formas de sua ação” (FREIRE, 1987, p. 102) e as narrativas são, nesse sentido, maneiras de verbalizar, de trazer a ação para o plano do saber e da experiência adquirida.

Para Bruner (1991), narrativas (histórias, desculpas, mitos, razões para fazer e não fazer, etc) são a principal maneira de organizar nossa experiência e nossa memória dos acontecimentos humanos. Elas são versões da realidade que não precisam passar pelo crivo da verificação empírica ou da precisão lógica – nesse sentido, elas não precisam ser disciplinadas. Apesar disso, elas nos auxiliam a compreender “o domínio rico e confuso da interação humana” (BRUNER, 1991, p. 4). Ademais, conforme Benjamin (1985, p. 205),

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

A partir de Bruner (1991) e Benjamin (1985), narrativas podem ser consideradas como resultados do esforço de dar alguma inteligibilidade aos acontecimentos. “O acontecimento é aquilo que se passou, enquanto o sentido da experiência se encontra naquilo que é narrável de um acontecimento, o que nos passou, nos (co)moveu” (LIMA *et al*, 2015, p.29). Dessa forma, narrativas revelam não somente o que acontece aos personagens, mas também sobre a maneira como o narrador reage ao que acontece, como constrói sua realidade. Afinal, se a memória é seletiva e a perspectiva de alguém é um recorte de um todo maior, a narrativa também é seletiva. (LIMA *et al*, 2015)

À vista disso, mais que relatar o que se passou de modo fidedigno, como se procura fazer em um relatório, busca relatar o que *nos* passou, qual o sentido que a experiência oportunizada pelos acontecimentos teve para o narrador. Assim, produzidas dentro de uma cultura, as narrativas têm a função de dotar de sentido o universo – concomitantemente social e físico – no qual o narrador se insere. Nesse sentido, o narrar não é neutro ou isento, uma vez que existem diferentes jogos e conflitos de interesse na produção do espaço urbano que refletem na construção de sentidos.

Nesse ponto do texto, é preciso abrir parênteses para desembaraçar o sentido de narrativa, abordado nos parágrafos anteriores e outros relacionados à produção de textos, a saber, o relato e o testemunho, esclarecendo os sentidos desses constructos.

Na narração, o compromisso daquele que enuncia é com a criação, enquanto, no relato, o intuito é registrar fatos. Consideramos que narração e relato se misturam no

processo comunicativo. Entretanto, como se pressupõe que “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (LIMA *et al*, 2015, p.29), adotamos o termo narrativa, com o qual se vai em busca de falas inseridas no plano de vida, nas experiências cotidianas que o narrador considera relevantes para a discussão, entendendo que o relato está aí incluído, mas com a devida consideração acerca da objetividade relativa das falas, tanto do pesquisador quanto do pesquisado, e mesmo da situação comunicativa como um todo.

Assim como o relato, o testemunho é uma fala que se pressupõe sem interpretação. Quem testemunha (1) declara sua ciência dos fatos, o que é suficiente para comprovar a veracidade ou existência de algo, ou (2) narra um fato com o intuito de convencer sobre a razoabilidade ou veracidade de algo. A narrativa, por sua vez, como dito acima, pressupõe a interpretação e trata de acontecimentos particulares que, ainda que possam alimentar reflexões abstratas extensíveis a outras situações, não são, em si mesmas, comprovação de uma verdade.

Observamos que o conceito de discurso, outro que precisa ser desembaraçado da narrativa, já foi tratado na Introdução, quando se expôs que seria feita uma leitura do campo de conhecimento da arquitetura a partir da identificação dos discursos que operam no mesmo e dos constrangimentos e incoerências gerados nessas operações, nesses processos. Reiteramos que os discursos são como que grandes narrativas coletivas, formadas num tempo-espço mais longo e lento que o das narrativas individuais, e que perpassam essas narrativas como se as costurasse, revelando aquilo que do social reside no entendimento de mundo daquele que narra.

### **Terceira Premissa**

Construir uma leitura possível da autoconstrução, que acaba se desenvolvendo concomitantemente a uma leitura da arquitetura, implica atribuir estatuto epistemológico às narrativas do outro, bem como à narrativa construída pelo pesquisador. Nesse sentido, a pesquisa possui um caráter interpretativista, baseando-se na horizontalidade de saberes em detrimento de sua hierarquização.

Isso significa que a efetiva leitura da alteridade é via de mão dupla, um diálogo. Ou seja, ao mesmo tempo que formamos um entendimento dos outros e isso, de alguma forma, alimenta a leitura que fazemos de nós mesmos, os outros formam um

entendimento de nós e isso, de alguma forma, alimenta a leitura que fazem deles mesmos.

Significa também, trazendo a discussão para o campo mais amplo em que a pesquisa se insere (a produção do espaço urbano), assumir que existe “multiplicidade de conhecimentos construtivos” (SOARES, 2012, p. 46), os quais igualmente operam transformações no espaço, conformes à cultura daqueles que os desenvolvem.

Isso não implica dizer que o diálogo não violento implica a ausência de ruídos e discordâncias. Quer dizer, justamente, o contrário: esses ruídos e discordâncias são propiciados pela horizontalidade.

Nesse sentido, tomar a autoconstrução como algo irregular, ilegal, de baixa qualidade, feito por uma população com parcas condições financeiras e sem estudo deveria ser considerado insuficiente para o campo de conhecimento da arquitetura, tendo em vista, entre outras coisas, as amarras e incoerências com os quais esse campo se vê às voltas, as quais foram trabalhadas no Capítulo 1.

### **Argumentamos...**

Com base nas premissas, e sintetizando o que está nos capítulos anteriores, argumentamos que há algo na cultura e nas práticas daqueles que chamamos autoconstrutores, a ser absorvido pelo campo de conhecimento da arquitetura. E que esse algo tem relevância para o campo de conhecimento, tendo em vista os constrangimentos que o conformam hoje.

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.” (FREIRE, 1987, p. 66).

A partir disso, o objetivo da pesquisa é descobrir “núcleos de sentido” (BARDIN, 2011) nas narrativas dos autoconstrutores a respeito do espaço, das maneiras de agenciar necessidades e atribuir sentidos, apropriando-se desse espaço, que é físico e social, por meio do trabalho e da linguagem. E, a partir desses núcleos, formular reflexões críticas que se juntem a outras contrapropostas ao discurso hegemônico sobre a autoconstrução e, também, sobre o campo de conhecimento da arquitetura, as quais foram apresentadas nos Capítulos 1 e 2.

Para alcançar esse objetivo, adotamos, como método de coleta de informações, a entrevista, e como método para análise dessas informações, a análise de conteúdo.

### 3.2 Coleta e análise das narrativas

Conforme Santos (2013, p. 25-26), “na pesquisa interpretativista, há forte tendência em se trabalhar com entrevistas não estruturadas” porque elas favorecem a “emergência de narrativas”. Assim, com base nas primeiras leituras sobre os métodos de entrevista e seus pressupostos, definimos que a coleta de narrativas seria feita por meio de entrevistas abertas, que partiram da solicitação inicial “conte-nos sua história de vida neste lugar (bairro, comunidade) e na sua casa”. Essas conversas foram realizadas nas casas dos participantes, porque o ambiente também é fator que auxilia na memória e na facilidade de expressão dos interlocutores.

O objetivo que norteou a pesquisadora em seu diálogo com os moradores foi o de que a narrativa trouxesse informações sobre as maneiras de agenciar necessidades e atribuir sentidos, apropriando-se do espaço (físico e social) por meio do trabalho e da linguagem.

Se as ideias são tributárias das suas condições de produção (BOURDIEU *apud* THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28), é possível o entendimento de que essas narrativas coletadas, múltiplas, singulares e contextuais, podem revelar algo sobre a conjuntura das suas condições de produção – o contexto da autoconstrução e mesmo, de modo mais amplo, da produção do espaço urbano.

Seguindo adiante com esse pensamento, se “uma história contada, ao ser extraída pelo ouvinte do contexto narrado, pode ser recontextualizada em outras situações ou experiências, produzindo novas compreensões entre os contadores e os ouvintes” (LIMA *et al*, 2015, p. 22), é possível apropriar-se das narrativas dos autoconstrutores, para construir uma leitura que traga novas informações para o campo de conhecimento da arquitetura, suscitando reflexões críticas que organizam dados fragmentados e informações dispersas.

O significado a ser extraído (a construção de sentidos) é dinâmico porque é “construído na interação entre as pessoas: narrador, ouvinte, pesquisador/analista e leitor. O significado é fluido e contextual (não fixo, não universal)” (SANTOS, 2013, p.

32). Ainda assim – e porque inserido em um trabalho de pesquisa – precisa ser articulado ao quadro teórico construído, para que possa contribuir com o objetivo de colher informações a respeito do espaço, das maneiras de agenciar necessidades e atribuir sentidos, apropriando-se desse espaço, que é físico e social. Maneiras as quais possam suscitar questionamentos, críticas e saberes para o campo de conhecimento da arquitetura.

Tendo em vista esses alinhamentos, feita a coleta dos dados por meio das entrevistas e a transcrição das mesmas, foi empregada a análise temática do *corpus* empírico formado pelas narrativas. Conforme Bardin (2011, p. 131), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Assim, a escolha da análise temática se dá porque ela é um dos métodos que possibilita construir sentidos para o campo da arquitetura, a partir de uma manifestação de linguagem – neste caso, a narrativa dos autoconstrutores – por meio da inferência, ou seja, por meio de um “tipo de interpretação controlada” (BARDIN, 2011, p.163), controle que se dá a partir do entendimento dos componentes da comunicação: emissor, receptor, mensagem, código, significação e suporte material.

A análise será predominantemente indutiva, com linhas de análise construídas a partir do entrelaçamento entre o referencial teórico e o material reunido por meio da pesquisa no campo. Esclarecemos que adotamos o termo “linhas de análise” (TIBO et al, 2018) em detrimento de “categoria”, indicando a flexibilidade desses “índices” usados para organizar a análise e seu entrelaçamento uns nos outros. Ademais, importa ressaltar que será utilizada uma abordagem de análise de dados qualitativos, a qual não se baseia, necessariamente, na frequência da aparição de um determinado índice (tema) nas narrativas, e sim, na presença desse tema, nos elementos aos quais ela está associada e à maneira como ela aparece na fala do entrevistado (BARDIN, 2011).

Assim, a definição das linhas para análise se deu a partir das repetidas leituras feitas sobre cada uma das narrativas coletadas. Por meio dessas leituras, foi possível identificar pontos em comum entre as coisas que os diferentes moradores contavam.



Os trechos de fala referentes a esses pontos foram reunidos sob temas maiores, baseados nas linhas de análise apresentadas por TIBO *et al* (2018), com o intuito de entender o que eles significavam dentro da teoria estudada, para o campo de conhecimento da arquitetura.

Percebemos que, no material estudado – reflexo da vivência daqueles moradores lafaietenses –, algumas linhas de análise estavam diretamente relacionadas às outras e que, agrupando-as, era possível aprofundar o sentido daquilo que foi narrado. Por conta disso, e em referência ao trabalho de TIBO *et al* (2018), a linha *recursos financeiros* aparece junto a *tempo*; e *agentes* junto a *cultura*. Pontuamos que outras combinações poderiam ser possíveis, a partir do repertório e da experiência da pessoa que analisa o material.

Ademais, consideramos necessária a nomeação de outro tema – alteridade – sob o qual analisar o papel dos arquitetos e dos engenheiros no processo de produção do espaço, uma vez que, havendo o ensejo para a pesquisadora perguntar e/ou a curiosidade por parte dos moradores, esse assunto também apareceu na fala dos entrevistados.

Trabalhamos, então, com seis linhas de análise: território, práticas construtivas, tempo e recursos financeiros, cultura e agentes, alteridade, autonomia. A partir delas, organizamos os dados – trechos de fala – que a pesquisa permitiu levantar e, na sequência, desenvolvemos reflexões críticas voltadas para o campo de conhecimento da arquitetura. Assim, os temas que estruturam a reflexão crítica do capítulo seguinte emergiram das próprias narrativas, a partir daquilo que era comum entre elas e do o que foi possível de ser identificado a partir do repertório teórico construído para esta pesquisa. Discorreremos a seguir sobre os sentidos que as linhas de análise contém no âmbito deste trabalho.

### 3.2.1 Linhas de análise

#### **Território**

Diz respeito a um conjunto de trechos das narrativas que trazem informações sobre o território, tratado conforme o trabalho de Haesbaert (2021). O autor identifica três leituras possíveis para *território*: como categoria normativa, categoria de prática ou de

análise. Elas partilham uma noção de pertença e uma noção de ameaça. A primeira noção tem a ver com a apropriação do espaço (um grupo de pessoas pertence a um território) e, também, com a expressão do poder (o território pertence a...). A segunda, ameaça (ou a consciência a respeito dela), é que leva à necessidade de definir um território, de demarcar limites e fronteiras, de manifestar um domínio em face da necessidade de assegurar as condições de subsistência daquele grupo humano e, mais do que isso (nas lógicas capitalista, imperialista e em outras mais) de demonstrar, de forma pacífica ou violenta, um poder superior, que é o sentido mesmo da soberania.

Enquanto categoria normativa, “território” se refere à expressão espacial da soberania de uma instituição social (sobremaneira, o Estado), a qual possui prerrogativa de ditar as regras para a sociedade que vive naquele espaço, inclusive aquelas referentes ao ordenamento do espaço urbano. A primeira leitura traz à luz o território que está “no papel”: mapas, leis, zoneamentos e outros códigos urbanísticos.

Como categoria de prática, território é usado para se referir ao espaço apropriado e, com ele, ao conjunto das condições materiais e simbólicas que permitem a existência de um determinado grupo. A noção de pertença, nesse caso, é via de mão dupla: pertença do espaço aos grupos humanos e destes ao espaço. Logo, o território é expressão mesma da cultura, que será melhor abordada na categoria que leva esse nome. Além disso, ele pode ser considerado como produto dos processos de territorialização, porém, um produto inacabado, tendo em vista que tais processos são contínuos. Essa característica processual aponta para a imbricação entre território e tempo.

Assim, o território da prática é como uma paisagem dos processos de territorialização, os quais pressupõem tanto uma base física quanto uma base social, isto é, um grupo de pessoas que se estabelece em determinada área, fazendo dali seu lugar de vida e se manifesta espacialmente enquanto grupo naquele espaço, perante outras manifestações de poder que queiram estabelecer seu domínio ali.

Por fim, na terceira leitura proposta por Haesbaert (2021) – qual seja, categoria de análise –, o território é usado como forma de organizar (espacialmente) os estudos e as pesquisas, de acordo com critérios definidos a partir do que é típico de cada campo de conhecimento. Por exemplo, nas ciências naturais, ele é tido como “espaço de

reprodução e fonte de recursos para a sobrevivência”, nas ciências políticas e no direito, como “espaço de soberania” (HAESBAERT, 2021, p. 135).

No caso das ciências sociais, a dimensão analítica do território põe em evidência as demais, estuda-as, entende suas relações e suas consequências, isto é, os processos que engendram e confrontam o território das normas e dos mapas oficiais e o território vivido. Esta é uma perspectiva de quem faz um esforço de se colocar, ainda que parcialmente, como observador, e não inteiramente como co-participante dos fenômenos sociais, e que trabalha com a “imbricação entre territórios político-econômicos, basicamente funcionais, e as territorialidades culturais, simbólico-identitárias” (HAESBAERT, 2021, p. 149).

Dessa forma, o ato de estudar o território torna-o categoria analítica. Nesse ínterim, as reflexões críticas feitas a partir do território normativo conforme apreendido pelos moradores e do território vivido por eles formam um entendimento do mesmo que pode ser apropriado pelo campo de conhecimento da arquitetura para melhor compreender o espaço urbano sobre o qual trabalha.

### **Práticas construtivas**

Reúne informações sobre o modo de fazer dos interlocutores entrevistados, no que diz respeito ao processo construtivo propriamente dito, o qual faz parte do processo de apropriação do espaço, mas não diz respeito a todo ele. Traz informações sobre materiais e sistemas adotados, sobre técnicas e sobre como são validados e tornam-se as escolhas padrão.

### **Tempo e recursos financeiros**

Tempo, para efeitos desta pesquisa, é a mudança e o ritmo dessa mudança (que implica, também, uma duração, uma permanência), ainda que a mudança seja o retorno a uma condição já experienciada. O tempo se processa no espaço, o espaço se processa no tempo e os recursos financeiros podem alterar ritmos, durações, sequências, repetições, simultaneidades que surgem do amálgama dessas duas dimensões. Assim, fala-se em tempo lento ou rápido, curto ou longo, cíclico ou linear, etc.

Por meio deste tema, procuramos reunir trechos para análise, os quais permitam compreender qual a ordem e o ritmo dos acontecimentos relatados pelos autoconstrutores. Busca-se alguma compreensão a respeito de como as pessoas organizam as suas decisões e seus recursos: o que vem primeiro, o que vem depois e o que vem junto (simultâneo), o que pode ser considerado desperdício de tempo ou de dinheiro e onde eles devem ser investidos. Pode nos ajudar a entender sobre a urgência ou a ausência dela, sobre a consciência a respeito da passagem do tempo e habilidade do interlocutor para se adaptar às mudanças ou mesmo antecipá-las.

### **Cultura e agentes**

No âmbito da presente pesquisa, entendemos *cultura* como um sistema de artefatos (objetos, conceitos, regras, técnicas, linguagens, símbolos, valores etc.), socialmente construídos e em constante transformação (TIBO *et al*, 2018), que servem para dotar de sentido, para um determinado grupo, as suas práticas de produção do espaço. As motivações, explicações e justificativas, presentes nas narrativas dos moradores autoconstrutores informam sobre os modos de fazer deles e estão relacionados à cultura.

Esta linha de análise reúne os sentidos que os autoconstrutores atribuem aos processos que empreendem e os elementos que orientam a produção desse sentido. Assim, serão elencados e analisados a partir desse tema, os trechos de fala nos quais é possível identificar algo a respeito da construção do saber do autoconstrutor, bem como opiniões, justificativas e explicações a respeito do processo de apropriação do espaço, que informam sobre o porquê se faz algo de determinada maneira, no tocante à apropriação do espaço.

No que diz respeito aos agentes trazidos à fala, a família ocupa papel de destaque e foi possível notar que as relações construídas no interior da mesma vão orientar não apenas as decisões sobre o onde e o como construir, mas também as opiniões, as justificativas e as explicações presentes nas narrativas. O pedreiro também exerce influência considerável no saber-fazer da autoconstrução. Por isso é que essas duas linhas de análise propostas por Tibo *et al* (2018) são, nesta pesquisa, consideradas em sua correlação.

### **Alteridade**

Com esse tema, almejamos trazer algumas considerações para uma questão suscitada durante o seminário PRAXIS10+, promovido pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG, na sessão do dia 18/04/2023, cuja temática foi “Construir Saberes”.<sup>16</sup> Na ocasião, Marina Sanders Paolinelli, que participou do evento como ouvinte, perguntou:

Nesse exercício de tentar desconstruir narrativas dominantes, vocês também se deparam com outras definições da “cidade formal” por parte dos moradores dos territórios autoconstruídos? Ou seja, se a ideia de autoconstrução e precariedade foi de certa maneira definida pelo “lado de cá” (do arquiteto, da cidade formal), como eles, do “lado de lá” nos definem como profissionais e como definem essa cidade que os exclui e como essas fronteiras/porosidades são descritas por eles.

Tal inquietação – como eles entendem a nós – foi o que motivou a pesquisadora a iniciar os estudos de pós-graduação e, após o amadurecimento e os recortes realizados no processo de pesquisa, propõe-se discutir, sob essa temática, o distanciamento entre a autoconstrução e a arquitetura a partir da experiência do morador, considerando que isso já foi abordado nos capítulos anteriores a partir da bibliografia. Aqui, o distanciamento não é tratado pelo simples desconhecimento dos profissionais por parte do morador, mas pelo distanciamento entre os sentidos construídos em um e em outro subcampo da produção do espaço urbano.

Esse tema, que não faz parte das linhas de análise mencionadas no capítulo anterior, abarca os trechos que informam acerca do que os autoconstrutores compreendem sobre a prática profissional de arquitetos e engenheiros. Foi relevante trazer ambas categorias profissionais, uma vez que a segunda, apesar de não estar diretamente relacionada com o campo de conhecimento de interesse desta pesquisa, é mais presente na fala dos interlocutores da pesquisa.

## **Autonomia**

De modo sucinto, a autonomia é entendida nesta pesquisa como o poder de fazer valer suas decisões e a competência – no sentido de um conjunto de atributos desenvolvidos ou aperfeiçoados através de experiências – para pôr em prática as informações, saberes ou conhecimentos adquiridos.

---

<sup>16</sup> O evento foi gravado e disponibilizado pelo Youtube, no link <<https://www.youtube.com/watch?v=JJpa7rFnn-l&list=PLnXoNd9pqlp1Gc0P3kIB30g1HoGnmPsHX&index=5>> e a pergunta foi formulada por meio do *chat*. Acesso em setembro de 2023.

Falamos, então, em dois aspectos dessa autodeterminação: um mais prático, relacionado a fazer valer suas decisões. Quanto mais capital (econômico, social ou político) o agente tem, mais ele pode decidir. Nesse tocante, importa mencionar que a disponibilidade de renda/ recursos financeiros interfere na autonomia.

O outro aspecto é mais epistemológico. Quanto mais conhecimento o agente possuir, quanto mais informações ele consegue acionar, ou seja, a capacidade crítica que o agente tem de se valer das informações, mais alternativas ele consegue enxergar e, com isso, seu campo de possibilidades de ação é ampliado. Nesse tocante, lembramos de Paulo Freire (1987), para quem saber é saber porque gera transformação. Vamos chamar esses dois fatores de autonomia através do poder e autonomia através do saber.

Na prática, no cotidiano, esses dois fatores se misturam e, no que diz respeito à produção do espaço urbano, vão além do poder e do saber relativo à construção; dizem respeito à tomada de decisões sobre como se quer morar e/ou como se inserir na produção do espaço urbano, que inclui a vivência diária do mesmo. Essa autonomia – tanto no que diz respeito ao indivíduo, quanto ao grupo – é relativa, uma vez que constrangida pelas regras sociais, pelo conjunto de valores que orienta as relações sociais e pelo sistema de necessidades que cada agente possui.

Isto posto, a autonomia é tratada aqui como resultado da correlação de forças. Ela está relacionada aos recursos financeiros que, por sua vez, estão relacionados ao tempo. E, não apenas aos recursos dispensados para a construção da casa, mas também ao patrimônio familiar, do qual o pedaço de terra ocupado é elemento central, e que liga a autonomia ao território.

Ao mesmo tempo, está vinculada à capacidade de acionar e gerar informações, o que a relaciona também às práticas construtivas e à cultura. Autonomia também tem a ver com as relações sociais, uma vez que elas são permeadas por valores e opiniões que constroem as decisões dos indivíduos. Por fim, cabe dizer que também será debatida, a partir da fala dos autoconstrutores, a autonomia atribuída à alteridade. E, dessa forma, por se ligar a todas as demais linhas de análise, a autonomia será tratada como fechamento do capítulo de análise.

## **CAPÍTULO 4: UMA LEITURA DA AUTOCONSTRUÇÃO PARA O CAMPO DE CONHECIMENTO DA ARQUITETURA**

A quem interessaria informações sobre a autoconstrução? Observar a autoconstrução permite a análise crítica da dinâmica social e econômica do lugar, passível de promover a transformação das políticas habitacionais vigentes no país. (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 11).

A partir dessa conclusão de Morado Nascimento, podemos afirmar que informações sobre a autoconstrução interessam tanto ao Estado quanto aos cidadãos. Interessam, também, à arquitetura, na medida em que o intuito seja o de se inserir nesses processos sem os violentar, mas os transformando por meio do intercâmbio de saberes, cumprindo com isso seu papel social de trazer mais qualidade para o ambiente construído.

Nesse tocante, as pesquisas a respeito da assessoria técnica, como os trabalhos do grupo PRAXIS-EA/UFMG, trazem informações valiosas a partir de vivências em territórios autoconstruídos. O trabalho de Linhares (2018) aborda as experiências do grupo de pesquisa com a assessoria técnica desenvolvida na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte/MG. A narrativa que essa autora desenvolve expõe a maneira como o grupo de estudantes e pesquisadores se apresentaram aos moradores, os processos de coleta de informações e de proposição de intervenções, bem como a maneira pelas quais os moradores reagiram à presença dos arquitetos e as respostas que davam diante das proposições destes. Ela observa, dessas experiências, que

É necessário que [os indivíduos] contem com outras informações, para além de seu arcabouço, para que efetivem sua possibilidade de escolha e potencializem seu processo de decisão. Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa. (LINHARES, 2018, p. 188-189)

Este trabalho, por sua vez, se apoia na premissa de que as informações, as experiências e os saberes gerados nos múltiplos processos que se agrupam sob a denominação “autoconstrução” também interessam ao campo de conhecimento da arquitetura descrito no Capítulo 1, isto é, um campo que se forma a partir da experiência de uma parte da cidade – a parte formal, assentando-se em um estilo de vida de consumo do espaço e da cidade. O contato com a autoconstrução pode, dessa forma, contribuir para a transformação da perspectiva de mundo a partir da qual o conhecimento do arquiteto é produzido e disciplinarizado.

No capítulo que se abre, o objetivo é realizar a análise das narrativas coletadas, perscrutando sobretudo o que há de comum na singularidade e na multiplicidade dessas falas, haja vista que o método empregado é a análise temática. E, a partir daí, transferir esses saberes para o campo de conhecimento da arquitetura, ao buscar compreender o que o arquiteto da cidade formal pode aprender com a cidade informal que possa ser aplicado pela prática profissional em diferentes lugares.

As reflexões críticas serão organizadas em torno das linhas definidas no capítulo anterior. Mas é possível perceber que, apesar de essa divisão auxiliar na organização das reflexões, as linhas misturam-se, de modo que, ao fazer análises sob uma delas, esbarra-se nas outras. Ademais, apresentamos abaixo a codificação empregada nos trechos das entrevistas transcritos neste capítulo.

Quadro 1 - Legenda para as codificações utilizadas nas entrevistas

Notação	Significado	Observações
AM	entrevistado	Notação usada para se referir aos interlocutores. A primeira letra é indicativa da ordem das entrevistas, de modo que a letra “A” sinaliza a primeira entrevista realizada. A segunda letra representa o gênero e, assim, a letra “M” indica que se trata de um interlocutor do gênero masculino e a letra “F”, feminino.
P	pesquisadora	
C[AM]	cônjuge	Esposa ou marido do entrevistado identificado pelas duas letras entre colchetes. Assim, neste exemplo, C[AM] refere-se à esposa do primeiro entrevistado.

Fonte: elaborado pela autora

### Observações:

1- Em alguns pontos do texto poderão ser inseridas notas explicativas feitas pela pesquisadora, com vistas a dar maior clareza ao texto. Todas essas notas estão entre colchetes e em itálico.



#### 4.1 Território

À luz das narrativas dos autoconstrutores, retomamos o desdobramento proposto por Haesbaert (2021) entre o território normativo e o território vivido, lembrando que ambos partilham noções de pertença e de ameaça.

O contato com os moradores expõe o entendimento do território como tábula rasa e o entendimento do diagnóstico como a maneira de abordagem desse território a novas provocações, apontando direções para as quais o campo de conhecimento da arquitetura poderia se abrir. Com vistas a apontar caminhos para isso, as reflexões desenvolvidas a partir dessa linha de análise foram sintetizadas em quatro subtópicos, quais sejam: loteamento periférico como território; vizinhança, não comunidade; hibridizações entre o vivido e o normatizado; e habitar a partir da propriedade.

##### **Loteamento periférico como território**

Pensar o loteamento periférico como território tendo como ponto de partida as narrativas é pensá-lo (i) como um espaço urbano incompleto, a partir da categoria “vivido” e (ii) como soberania construída *a posteriori*, a partir da categoria “normativo”.

Como espaço incompleto porque, ao descrever o seu bairro, os moradores se referem às dificuldades que enfrentaram quando se estabeleceram ali: vias não pavimentadas (o que gera barro na época de chuva e poeira na época de seca), abastecimento de água e eletricidade inconstantes, ausência de esgoto, de transporte público, de coleta de lixo, dos Correios, de serviços de entrega por aplicativo (porque as ruas não constam no mapa), etc. Essas foram as ausências relatadas pelos moradores que, após descrevê-las, emendavam a explicação de que “agora já tá bem... passa o caminhão, tem a luz direitinho, a água não falta igual faltava antes” (Entrevistada JF).

De modo geral, eles respondem ao pedido de falar sobre o bairro descrevendo a disponibilidade de alguns serviços urbanos: o calçamento é o primeiro deles e o asfalto é o tipo mais valorizado – se ainda não existe, ele é desejado. Entende-se a importância desse elemento: ele está diretamente ligado ao acesso, à facilidade de chegar e de sair de casa, de requisitar à prefeitura uma linha de ônibus, de não ter que lidar com voçorocas no leito da rua, etc. Em seguida, fala-se de água e luz, esgoto, ônibus. Alguns também mencionam outros serviços: Correios, *delivery* de comida e

compra, etc. Nenhuma das narrativas abordou outros dois aspectos que o urbanismo discute: calçadas de pedestres e arborização.

Além disso, a partir da categoria território normativo, consideramos que a manifestação da vontade superior do Ente Municipal sobre um lugar se manifesta a partir do registro das propriedades, e por meio (i) da arrecadação do imposto referente aos imóveis urbanos, (ii) do estabelecimento de códigos urbanísticos e (iii) do controle da ocupação por meio da aprovação/regularização do loteamento, das edificações e dos usos que ali serão implantados.

O entrevistado BM explica: “Geralmente, quando vai construir na rua, eles fazem o projeto.” Nas áreas mais consolidadas da cidade (na rua), exige-se o projeto e, com ele, instaura-se um processo de controle da produção pelas vias institucionais, que é diferente daquele que ocorre em áreas não consolidadas e regularizadas – diferença que é percebida pelos interlocutores. Tendo isso em conta, a soberania construída *a posteriori* é uma maneira de dizer que a manifestação da vontade superior do Estado é algo que, nos loteamentos periféricos, vai se fazendo.

**P:** E cê sabe se o bairro é regularizado? É loteamento mesmo?

**IF:** eu acho que foi assim: um fez uma casa, aí os outros foi fazendo, foi fazendo, aí depois, **foi virando bairro**. Não foi igual **eles fazem aí o bairro**, já asfalta, já coloca luz, água, pra depois começa vender os lotes, né [...].

Isso significa que, apesar de essas áreas pertencerem ao perímetro urbano de um município, se faz contas delas aos poucos. É possível, dessa forma, dizer que a existência de tais loteamentos para a municipalidade pode se dar a partir de marcos temporais posteriores à existência desses lugares para os moradores. E, por conseguinte, as informações de que a municipalidade dispõe sobre essas áreas (mapeamentos, dados censitários, dentre outros, organizados ou não) são formados gradualmente. Assim, se o pesquisador “chega” nesses lugares antes do poder público, ou concomitante a ele, trabalha com um território ainda por ser compreendido, levantado, com lugares que ainda precisam ser lidos.

Do mesmo modo, o arquiteto, nesses territórios, necessitará levantar dados que poderão subsidiar as escolhas que ele faz em suas atividades de proposição. Essa característica pode ser oportuna para que o profissional compreenda de modo mais

crítico o processo de seleção das informações consideradas pela gestão pública, bem como os conceitos que existem por trás dos dados.

No processo de construir a presença do Estado nesses loteamentos, a regularização fundiária e das edificações é o *modus operandi* adotado. A Lei nº 13.465/2017,<sup>17</sup> em seu art. 9º, estabelece que a regularização fundiária urbana “abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” e, a partir disso, afirma-se que o processo, se realizado em sua integralidade, deverá dispor do conhecimento dos arquitetos em conjunto com outras áreas do saber.

Cabe pontuar que o argumento da segurança da posse é usado pelo Poder Público para convencimento da população em relação à adesão ao processo, e parte de um entendimento de que o direito à moradia passa pela propriedade do solo. Essa ideia está presente na cartilha “Consórcios Públicos para Regularização Fundiária Urbana”, preparada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, bem como na fala das autoridades municipais acerca das ações de regularização empreendidas no município, como ilustra a fala do prefeito municipal: “Com a regularização estamos garantindo aos moradores, além da qualidade de vida, o direito social à moradia e o pleno direito sobre a propriedade.”<sup>18</sup>

Nesse sentido, torna-se relevante que o campo de conhecimento da Arquitetura discipline a regularização fundiária, assim como o faz o campo do Direito, especialmente naquilo que diz respeito às intervenções no espaço urbano, a fim de integrar esta temática na formação dos profissionais.

### **Vizinhança, não comunidade**

Comparando os diários de campo das visitas feitas na favela e na ocupação urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte com as entrevistas realizadas em Conselheiro Lafaiete, foi possível notar uma diferença no que diz respeito à presença de uma base comunitária que conforma processos de territorialização: a história de

---

<sup>17</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm)> Acesso em setembro de 2023.

<sup>18</sup> Notícia disponível em <<https://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/prefeitura-realiza-regularizacao-fundiaria-do-triangulo-ii-dignidade-e-seguranca-para-as-familias/>> Acesso em março de 2023.

luta narrada pelos indivíduos da favela e da ocupação possuem traços da luta conjunta de um grupo para se estabelecer em determinado lugar. Por outro lado, vejamos o que fala uma das entrevistadas a respeito da vizinhança do bairro em que mora, em Lafaiete:

**CF:** As vizinhanças são muito boas. É assim: cada um na sua casa; precisou, né... aí, estamos lá. Mas, a gente não fica... assim, né... É bom dia, boa tarde e boa noite.

**P:** Aham... não tem muita atividade na rua?

**CF:** Não, não. Tem não.

Essa fala abriu o ensejo para percebermos que não era possível identificar no conjunto das narrativas uma conexão entre as relações sociais existentes para além do círculo familiar e os processos de territorialização, isto é, os processos pelos quais o território vivido é formado e as pessoas se identificam como pertencendo a um lugar que também as pertence. As relações informadas nas falas foram, predominantemente, com familiares – a família extensa, sobretudo, pais e irmãos dos entrevistados. Estes familiares não eram, necessariamente, vizinhos.

Para além dessa breve descrição do cotidiano da vizinhança dada pela entrevistada CF, não ocorreram trechos nas narrativas analisadas que fizessem menção a associações ou movimentos de bairro. Notamos, adicionalmente, que as reivindicações por melhorias das condições urbanas são intermediadas pelo poder público, em reuniões entre os moradores e a prefeitura.

**JF:** aí depois de muita reclamação, o antigo prefeito, que já é falecido, ele fez uma reunião com o pessoal e começou a arrumar o que ele podia arrumar na época. Aí ele veio e passou a patrôla, aí começou... com duas semanas tava pronto o asfalto. [...] mas foi uma luta, foi muita reunião... aí depois começou a passar o caminhão do lixo que não tinha, né... aí o correio também....

**AM:** Eles [*Prefeitura Municipal*] fizeram uma reunião no bairro, para reunir com o público aqui né, os moradores. Aí reuniu na creche aqui em cima, com os moradores, para regularizar terreno. Quem já tem a construção no terreno, vai regularizar a construção, né. [...] Se, caso todo mundo tivesse a mesma consciência e o mesmo empenho para regularizar seu próprio terreno, junto com a Prefeitura e com o Ministério Público, desenvolvia muito mais e até o próprio dono do terreno pode exigir mais também, né.

Assim, no trecho destacado acima, por exemplo, o entrevistado AM informa sobre um processo que não surge da iniciativa de cidadãos organizados, mas sim do poder público, o qual demanda a diligência particular dos moradores, reforçando a ideia de que a busca pela efetivação dos direitos é realizada por meio do “argumento político

individual” (TIBO *et al*, 2018, p. 9) e revelando que a propriedade é o elemento estruturador do espaço urbano, conforme o último tópico tratado nesta seção abordará melhor.

Considerando essas observações, não apareceram elementos que poderiam identificar os moradores autoconstrutores como grupo social que se organiza em torno de suas demandas por/no espaço urbano. Assim, conclui-se não ser possível afirmar que as vizinhanças percorridas configuram comunidades, ou seja, que a proximidade física gerou laços sociais determinantes da maneira como as pessoas produzem o espaço – o que inclui se apropriar dele.

Nesse sentido, ao falar de territórios autoconstruídos em loteamentos periféricos ou de bairros periféricos como territórios de moradores autoconstrutores, não se trata de falar sobre como um grupo social se estabelece *no e por meio do* espaço. Entendemos que não há um grupo social, e sim, uma prática que se territorializa, mediante as dinâmicas imobiliárias e o arcabouço normativo, em um território marcado pela individualização do espaço em lotes.

A pesquisadora precisou dar um “passo para trás” e entender o que, na bibliografia, havia provocado a percepção de ser “comunidade” um aspecto importante para a análise. Identificou, então, o elemento “comunidade” na interlocução de Oliveira (2006) e Ferro (2006). Para o primeiro, trata-se de uma ilusão fabricada pelo poder público e alimentada pelas lideranças para que o mutirão possa funcionar. Essa fabricação é violenta, uma vez que imposta mediante as carências vividas, “para obrigar cada um a doar o próprio trabalho” (OLIVEIRA, 2006, p. 73). O segundo, por sua vez, entende o mutirão autogerido a partir de Karl Marx, como um “meio para consolidar a consciência de classe, da ativa e da desempregada” (FERRO, 2006, p. 233) e, desse modo, ele entende que as comunidades não seriam uma ilusão, mas um processo.

As abordagens de Oliveira (2006) e de Ferro (2006) qualificam a comunidade (ilusão violenta *versus* meio de formação de consciência de classe). Nesta pesquisa, apenas identificamos que ela, provavelmente, não existe nos bairros periféricos percorridos (entendemos que isso tem relação com a estruturação do espaço a partir da fragmentação da propriedade). Mas resta o questionamento – cuja resposta requer um pouco de imaginação – sobre como seriam esses bairros, em termos espaciais,

caso uma comunidade ativa estivesse ali presente. Indagação que leva, também, a qualificações sobre a comunidade. E que, possivelmente, foi suscitada pela formação da pesquisadora, uma vez que a capacidade de perscrutar cenários possíveis, virtualidades, é uma habilidade tipicamente desenvolvida pelos arquitetos.

Para o campo de conhecimento da arquitetura, e em face dessa divergência de posicionamentos acadêmicos, as reflexões sobre a dinâmica da vizinhança, que as narrativas suscitam, sinalizam a necessidade de organizar e incluir estudos sobre a ocupação do espaço público após intervenções do poder público e de entes privados, sobre uso da rua e sobre o papel dos laços comunitários para a qualidade do espaço construído no rol de conteúdos básicos da formação profissional, tendo em vista: (i) que a apropriação desse espaço é um modo de exercício da cidadania, (ii) que a convivência na comunidade pode contribuir para a qualidade de vida, e (iii) que ocupar o espaço também implica cuidar dele e propor novas maneiras de conviver com ele e nele. (Entendeu-se que, no contexto estudado, o cuidado com o espaço público é atribuído à municipalidade.)

Cabe dizer que essas temáticas já estão presentes na pesquisa acadêmica e, portanto, os movimentos necessários são aqueles para que elas possam integrar a disciplina. Tais movimentos podem ser, também, uma oportunidade de intercâmbio de saberes, no qual a prática profissional fornece relatos de experiências e dados para a teoria e a formação.

### **Hibridizações entre o vivido e o normatizado**

As leis, normas técnicas e códigos de conduta que conformam o território normativo, bem como regulamentam e orientam o ensino e a prática profissional, são criadas em um processo do qual fazem parte, em alguma medida, (i) as discussões em diversas instâncias (universidades, instituições de classe, instâncias do poder legislativo, etc), (ii) as demandas cotidianas e os conflitos vivenciados na universidade, no mercado, nas atividades do poder público e dos movimentos sociais, (iii) os interesses que disputam espaço e mais-valia na cidade, e (iv) conforme Oliveira (2006), as disputas profissionais. Assim, é possível dizer que as normativas derivam do vivido, da “experiência prática”, mas, por outro lado, enquadram os elementos do espaço urbano, a partir de seus atributos, em categorias estanques.

A vivência nos territórios autoconstruídos permite compreender que, na produção do espaço urbano, as categorias “legal” e “ilegal”, provavelmente, não serão encontradas como “formas puras”. Em primeira aproximação com esses territórios, isso significa que, ao mesmo tempo em que uma edificação em conformidade com as normativas pode receber uma intervenção considerada irregular – por exemplo, a impermeabilização de áreas computadas no projeto como permeáveis –, edificações consideradas fora das normativas podem ser regularizadas, seja por receberem intervenções físicas, seja por uma flexibilização nas próprias normas, sob determinadas circunstâncias.

Contudo, assumir as hibridizações entre o vivido e o normatizado na análise vai além de localizar as situações reais e específicas em um espectro entre a legalidade e a ilegalidade absolutas. Olhando mais de perto, a partir das narrativas analisadas, observamos que as correlações entre o vivido e normatizado possuem nuances. O que levou a pesquisadora a essa observação foi a recorrência do entendimento, por parte dos autoconstrutores, de que afastar a sua casa em relação às divisas (um parâmetro consolidado na legislação urbanística) era desejável, por motivos variados. Tratava-se, portanto, de uma decisão desses moradores. Vejamos exemplos:

**JF:** a nossa casa tem dois metros do muro do vizinho e um metro e pouco daqui do outro vizinho, de cada lado. Então eu tenho meu beco. Não gosto de casa colada assim na parede no vizinho, que eu acho muito ruim.

**C[GF]:** [...] hoje é o seguinte: muita gente faz casa coladinha no outro. Vamos supor, se der um incêndio ou qualquer coisa, vamos supor, como o bombeiro vai rodar em redor de uma casa pra ser... pra eles apagar o fogo, qualquer coisa? Não tem jeito. Então, vamos supor, o bombeiro chegou com a mangueira, ele roda em redor tudo aqui.

**CF:** Se eu for construir lá [*outro lote que a entrevistada adquiriu posteriormente*], vai ser tudo diferente. A casa vai ser mais afastada, aí vai ter um jardim na frente. Você sabe por causa de quê? Acaba que a janela, assim, pra rua, o pessoal vai, senta no passeio. Às vezes você quer dormir, começa aquela “zoeirada” [*barulho*], você não pode falar nada... aí, é bom afastar.

Essas falas indicam a coocorrência de um elemento (a necessidade do afastamento da edificação em relação às divisas) no território vivido e no território normativo, sem que se possa indicar que isso se deu por influência de um sobre o outro, haja vista que as motivações apresentadas pelos moradores para a adoção do elemento em questão são diversas e subjetivas. O determinado e o desejável se encontram, confluem – e é nesse sentido que falamos em nuances: algo que não se localiza no

espectro entre legal e ilegal (regular e irregular), mas na vizinhança do campo de sentidos que tem como pólo esta dicotomia.

Entendemos que a identificação dessas hibridizações podem revelar importantes pontos para estabelecimento de diálogos entre as instâncias regulamentadoras, os profissionais e os moradores. Elas possibilitam identificar posicionamentos convergentes e divergentes, que fomentam o debate e a participação política.

### **Habitar através da propriedade**

Uma hibridização específica entre vivido e normatizado salta aos olhos durante a leitura das narrativas e, por isso, é abordada à parte. Trata-se das maneiras pelas quais o conceito de propriedade percorre a visão de mundo dos moradores. Entendemos que se trata da propriedade enquanto valor social e não enquanto fato em si, porque tanto o loteamento quanto a posse dos lotes nessas áreas não se encontram totalmente regularizados e, portanto, não correspondem plenamente ao conceito jurídico de propriedade.

Contudo, tendo em vista que a terra é mercantilizada também nesses espaços da cidade e é considerado dono quem pagou por determinado pedaço (ou recebeu por herança ou doação de outrem que pagou pelo lote), entendemos que, para além da posse, há a propriedade enquanto valor social, a “casa própria”, definindo a relação das pessoas com o espaço. Assim, “se por um lado a habitação autoconstruída se produz por valor de uso, por outro ela reproduz os valores burgueses da propriedade privada como valor social” (LINHARES, 2018, p. 34-35).

A ideia da propriedade estrutura o espaço dos loteamentos periféricos uma vez que esses lugares tem sua origem na divisão de uma área de terreno em lotes privados, articulados por vias de circulação. Uma vez que se trata de um empreendimento que precisa obter determinada margem de lucro, é razoável afirmar que o traçado do loteamento visa maximizar a quantidade de lotes vendáveis e minimizar o custo daquelas áreas que não o são – os lotes que precisam ser entregues ao município, o sistema viário, bem como a instalação de infraestrutura e mobiliário urbano. Custo que pode ter maior ou menor margem de manobra a depender do poder de compra do público alvo daquele empreendimento.



As narrativas dos autoconstrutores permitem entender como essa maneira pela qual o espaço é formado se reflete no modo de habitá-lo e de se relacionar com ele. Observou-se que a apropriação é muito mais ampla quando se trata de algo que é seu. A apropriação do espaço é diretamente proporcional à propriedade (regularizada ou não): se a pessoa é dona do lugar, sente que tem mais liberdade de ação e, de fato, emprega essa percepção de liberdade de ação na maneira como se relaciona com o espaço. A título de exemplo:

**DM:** Como a gente veio do aluguel, cê ter uma casa, aquilo que é seu... morar no que é seu... aí, não importa, igual o pessoal sempre fala, assim... que seja um cômodo só, mas sendo seu... pode ser que não esteja acabado, entendeu? Mas, assim, já é uma conquista enorme. É uma benção grande. Porque, cê morar de aluguel, cê pagar aluguel, é um dinheiro que cê não tem retorno, entendeu? [...] Cê não pode mexer, cê não pode fazer uma reforma, cê não pode fazer nada. Aí, se... se estragar uma fechadura, você tem que chamar o proprietário da casa... entendeu? Dá muito... gera muito problema, dor de cabeça.

Por meio desse excerto, percebemos que “casa própria” está ligada à percepção de autonomia, a qual está ligada à prática dessa autonomia por meio da apropriação do espaço (do espaço privado).

Apesar de ser importante ressaltar alguns casos de autoconstrução do espaço coletivo, como os exemplos relatados em Santos (2016) e Lopes *et al* (2016), o espaço público nos bairros percorridos parece ser ou o resultado da articulação das moradias em seu conjunto e com o entorno isto é, uma consequência dos processos, um produto “secundário”, colateral (no caso de loteamentos espontâneos, sem projeto aprovado), ou um contexto estabelecido *a priori*, do qual os autoconstrutores não tomam parte (no caso da autoconstrução em loteamentos planejados). Nesses contextos, o habitar o espaço e cuidar dele coincide com o habitar e cuidar da própria casa. O que está fora do perímetro desse “território” individual, cabe ao poder público:

**IF:** a rua precisa do prefeito dar uma olhada, porque a rua é péssima! [...] eles [*prefeitura*] cortaram o asfalto e não repuseram... aí vem a chuva, vira um buraco, e tá aí desse jeito.

Além disso, ao identificar que os loteamentos estudados são habitados através da propriedade, como o título desta subseção indica, incluímos nesta análise a reprodução dos discursos promotores dos interesses hegemônicos na sociedade (interesses relacionados à reprodução do capital) pela narrativa dos moradores autoconstrutores, ainda que de forma inconsciente, conforme os trechos abaixo sugerem.

**AM:** acho que, no Moinhos [*bairro de Lafaiete*], muito antigamente, há muitos anos atrás, teve terrenos lá que teve reintegração de posse, aí desmancharam uns barracos que tinha lá.

**P:** A gente fica querendo saber se o pessoal conseguiu casa em outro lugar, ou alguma coisa assim...

**AM:** É, no caso, foi invasão de terreno, né. Aí, pra reintegração de posse, aquele lugar teve que desmanchar e as pessoas tiveram que sair. O povo lafaietense ficou um pouco revoltado, mas é **direito** de quem é dono e tá pagando documentação e registro, né. As pessoas ficam querendo se aproveitar do lugar, mas não é assim que funciona, né. Quando vai fazer a reintegração de posse, o que estava irregular não pode ficar.

Este trecho denota que a noção de propriedade está enraizada na concepção dos moradores, a ponto de o entrevistado considerar que, em última instância, quem é dono tem a prerrogativa de ocupar o lugar ou de o deixar desocupado, sobrepondo seus interesses aos da coletividade. Assim se constrói um falso consenso em torno da noção de *direito*, indicando que “a violência da dominação é quase invisível e as hierarquias e relações de força são tão incorporadas que já se inscrevem no espaço ditando o lugar do rico e o lugar do pobre.” (LINHARES, 2018, p. 20).

Confunde-se *cidadão* com *proprietário*, uma vez que "o que estava irregular não pode ficar" e que, ao regularizar a situação de sua moradia, "o próprio dono do terreno pode exigir mais [*do poder público*] também", como indica a fala abaixo.

**AM:** Eu fico pensando comigo que é uma coisa que é basicamente um sonho né, e é muito difícil de acontecer. Porque, no caso, a Prefeitura com o Ministério Público fazendo as regularizações do loteamento... se isso fosse fácil, né, fosse rápido, todo mundo apresentasse e registrasse plano, isso aqui ia ficar um bairro muito bom, de primeira linha quase, né. Para o bairro ia ser muito bom, porque aquele de lá [*condomínio de alto padrão em construção nas proximidades*] vai influenciar. Tem um mercado aqui que vai influenciar. E pode ser que comecem outros grandes aqui, porque é perto da BR 040. Se, caso todo mundo tivesse a mesma consciência e o mesmo empenho para regularizar seu próprio terreno, junto com a Prefeitura e com o Ministério Público, né, desenvolvia muito mais e até o próprio dono do terreno pode exigir mais também, né.

Essa fala também é relevante porque através dela foi possível identificar um processo de valorização do entorno do bairro que, possivelmente, desencadeará uma pressão imobiliária no mesmo. Processo que pode, inclusive, estar relacionado com a escolha do poder público em priorizar a regularização desse loteamento periférico em detrimento de outros existentes no município. O mapa abaixo indica a localização dos elementos mencionados pelo morador AM no entorno de seu bairro.

Figura 24 - Mapa do bairro, indicando os elementos em destaque na narrativa.



Fonte: elaborado pela autora a partir da base do Google Maps.

A fala do morador reproduz alguns argumentos utilizados para apresentar a regularização à população: que o processo traz valorização para o bairro e que, enquanto proprietários, os moradores poderão demandar serviços públicos que o título enseja. Outro argumento é com relação à segurança jurídica para os herdeiros, que não consta no trecho acima, mas também foi mencionada pelo entrevistado. O morador AM demonstra ciência dos benefícios da regularização para os particulares, mas não parece compreender as dinâmicas urbanas que ensejaram o projeto de regularização (desenvolvimento do entorno), bem como suas possíveis consequências, como a pressão imobiliária no bairro e a possibilidade de o processo de regularização se dar de modo incompleto, sendo realizado apenas nos âmbitos jurídico e cartorial.

O que isso significa para o campo de conhecimento da arquitetura? Significa que a Universidade, enquanto instituição que serve às necessidades da sociedade (CHAUI, 1999), precisa fazer chegar à população, em linguagem acessível, aquilo que se discute no âmbito acadêmico a respeito das dinâmicas urbanas de valorização imobiliária.

Ademais, as questões colocadas aqui a partir do que foi observado na fala dos moradores e na visita aos bairros reitera e atualiza o entendimento de Maricato (1982, p. 84):

Em qualquer lugar em que a habitação é mercadoria e propriedade privada, a questão da habitação se identifica com a questão da casa própria [...] deslocando para o campo da ficção discussões e estudos acerca de inovações arquitetônicas coletivistas que se referem a um novo modo de habitar. (MARICATO, 1982, p. 84).

Essa conclusão de Maricato (1982) endossa as observações feitas nesta pesquisa acerca das relações de vizinhança e do sentido de comunidade, uma vez que sinaliza a dificuldade de transpor as discussões acadêmicas sobre um modo de habitar coletivo para projetos que efetivamente contribuam na melhoria do ambiente construído e da habitação para uma população cuja visão de mundo é estruturada pela propriedade enquanto valor social e, portanto, não assume o coletivo como modo de vida.

Nesse sentido, o campo de conhecimento é chamado a compreender mais de perto essa realidade social multifacetada e em permanente transformação, bem como refletir sobre interseções e incoerências que existem no interstício entre temas que parecem irreconciliáveis, como “coletividade” e “casa própria”, “coletividade” e “mercantilização da vida urbana”.

#### 4.2 Práticas construtivas

Trata-se da aplicação de técnicas, do dimensionamento da estrutura, do processo de escolha dos materiais e do modo de funcionamento do canteiro de obras em situações reais e cotidianas. E de como esses aspectos vão se tornando mais recorrentes à medida que se convertem em modos de fazer, os quais, por sua vez, também estão relacionados à cultura.

As escolhas que ensejam as práticas construtivas se dão em função da disponibilidade do material, seja nas lojas de material de construção das proximidades, seja por meio de reaproveitamento, bem como do custo destes elementos, da familiaridade que se tem com eles, da facilidade de manuseio e do peso dos mesmos (uma vez que se procura evitar sobrecarga na estrutura). Exemplos disso são encontrados nas narrativas coletadas:

**P:** E, quando vocês foram fazer o telhado, por que escolheram fazer com o zinco?

**CF:** Porque o zinco é mais leve. Se fosse colocar telha, assim, de barro, ia ficar mais pesado, que a madeira é pesada... e o zinco é mais leve. Mais leve e mais barato também, né.

Analisando o processo de escolha da cobertura pela moradora, entendemos que, ainda que ele se dê apartado do conhecimento técnico-científico legitimado, não significa a inexistência de alguma lógica por trás das decisões dos autoconstrutores. Nesse sentido, reiteramos a assertiva de Marques (2010, p. 43): “no cotidiano, a razão, isto é, a razão de viver é buscada por meio do que em face dessa racionalidade hegemônica é considerado como ‘irracionalidade’, quando na realidade o que se dá são outras formas de ser racional.” A telha de zinco é mais leve e mais barata. O telhado é rapidamente montado, sem implicar em grande sobrecarga para a estrutura, e a técnica, passível de aprendizado não formalizado, como demonstra o autoconstrutor BM:

**BM:** Essa cobertura dessa casa minha [*telhado de zinco*] foi uma das primeiras coberturas que eu fiz. Só mesmo... olhei os outros fazendo e tal, e falei: não, vou fazer. E fiz.

**P:** Aí o senhor comprou as ferramentas de serralheria, o material para fazer?

**BM:** Comprei as ferramentas, comecei a fazer e falei: não, isso aqui eu faço. E fiz. E ficou... ficou perfeitinha. [...] Depois dessa que eu fiz aqui, aí já fiz umas dez, quinze, para os outros aí.

Assim, constatamos nos loteamentos periféricos em Conselheiro Lafaiete aquilo que Morado Nascimento (2011) observa em bairros da periferia de Ribeirão das Neves/MG, em relação à construção em si: “Há, inegavelmente, lucidez por parte dos autoconstrutores na escolha e avaliação das opções que possam atender, com flexibilidade, suas necessidades e aspirações individuais” (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 10).

Ademais, o acesso à experiência acumulada, ao saber-fazer de serralheiros – como é o caso do exemplo acima –, bem como de pedreiros, mestres de obras, eletricitas, carpinteiros, etc, é importante porque dá ao autoconstrutor maior domínio sobre os processos. Para fazer sua obra, as pessoas aprendem com esses profissionais, observam casos análogos em obras de parentes, amigos e conhecidos, ou vão construindo e testando.

Assim, o morador “constrói com o emprego de meios, instrumentos, tecnologias, materialidades que encontra à sua disposição” (MARQUES, 2010, p. 38), bem como com os saberes que circulam no ambiente e no momento em que vive. Isso não implica que as práticas construtivas sejam herméticas a inovações ou que aquilo que está à

sua disposição seja apenas o rudimentar, o descartável, o inadequado ou o inferior. Especialmente se a passagem do tempo for considerada como fator de melhoria (e não de deterioração) dessas construções, como se verifica na seção 4.3 (Tempo e recursos financeiros), logo adiante. Conforme um dos entrevistados ressaltou, em sua fala:

**BM:** Quando eu trabalhei aqui [*na construção da própria casa*], não tinha betoneira, não tinha andaime direito, era tudo praticamente braçal. Na época, era uma dificuldade, não tinha tábua direito, não tinha uma madeira para você fazer um serviço direito, né? Hoje, eu já tenho isso tudo. Tem máquina para cortar ferragem... essas coisas tudo, né? [...] Antigamente, fazia essas lajes aí, o pessoal carregava concreto nas latas, ficava aquelas lajes... tudo vazando. Hoje já compra o concreto pronto, o cara faz o escoramento. Vem, faz aquele serviço dentro de duas, três horas.

**P:** Mesmo a pessoa que constrói por conta própria está usando esse tipo de serviço de encomendar concreto pronto?

**BM:** Isso. E fica mais bem misturado o concreto. E é um gasto que a gente antigamente tinha, que você chamava os vizinhos, aí você dava alguma coisa para eles comerem. Tinham alguns que você tinha que dar dinheiro para eles, para ajudar a fazer esse tipo de serviço. E dificultava... muito difícil de fazer, machucava o ombro todo, carregando aquelas latas de concreto. Hoje já sai até muito mais em conta você comprar ele pronto.

Essas inovações, como o uso de betoneira, de concreto usinado ou de placas solares para aquecimento da água – também mencionada no material analisado –, e o aprimoramento do saber-fazer por meio da experiência acumulada são fatores que trazem mais qualidade para o produto final e melhores condições de trabalho. Além disso, são indícios de que o surgimento de patologias construtivas e de problemas de salubridade no ambiente, os quais resultam na precariedade usualmente atribuída de modo indiscriminado à autoconstrução como um todo, não são características intrínsecas a essa produção, pelo que reiteramos a argumentação de Linhares (2018).

Por outro lado, é importante notar que os trechos abaixo são alguns dos exemplos encontrados que sinalizam uma maneira de lidar com os problemas construtivos tratando as consequências ou os sintomas e não as causas:

**CF:** Tá precisando [*de reformas*]... porque, eu não sei o quê que acontece, né, que... umidade... tem que dar uma reforma, tá vendo?

**P:** E umidade assim, na base da parede... é complicado, né?

**CF:** É complicado. Você vê que colocou cerâmica lá fora [*na fachada da casa*], mas não está adiantando nada.

**CF:** Mais difícil foi esse barranco aí, porque parecia uma coisa... começava

a construir, de repente, o barranco vinha, descia. O desafio maior foi esse.

**P:** Ele desceu mais ou menos quantas vezes?

**CF:** Ah, desceu umas quatro vezes. E nessas quatro vezes, não é pouco dinheiro que foi embora não... e é por isso que não tinha jeito. O dinheiro que a gente, às vezes, ia fazer de uma vez, a gente tinha que tirar pra colocar... na caçamba, né, caminhão...

**DM:** É, eu tive problema aqui, que quando foi feita a casa aqui, a parede do quarto aqui foi feita rente ao muro da vizinha. Então, na época, quando foi feita, colocaram até uma lona pra evitar umidade. Mas não adiantou não. A parede do quarto ficou úmida, porque o passeio ali da vizinha é dessa altura assim...

Esses exemplos mostram que o morador não previu ou, se o fez, não tomou medidas preventivas adequadas face a possíveis patologias construtivas, seja por desconhecimento ou pelo recurso financeiro limitado. Este pode ser o motivo pelo qual um morador que opta por “bater” a laje em sua casa não a impermeabiliza, nem coloca prontamente sobre ela um telhado – outra situação também presente nas narrativas. Assim, compreendemos que as práticas construtivas dos moradores mesclam racionalidade e senso comum, artesanal e industrial, preocupação com o futuro e dificuldade de visualizar e analisar um leque mais amplo de possibilidades.

Notamos também que essas patologias tinham relação com a água da chuva e a umidade do solo. Assim, demandam conhecimento sobre a causa do problema em cada contexto específico para pensar medidas de correção que não sejam apenas paliativas. Essas temáticas são mais próximas à formação do engenheiro civil, conforme foi possível notar em busca na Internet acerca do referencial teórico a respeito deste assunto (patologias construtivas geradas por umidade) e como é possível entender, a partir de Pela (2020, p. 278): o conhecimento do arquiteto está relacionado ao “saber não exatamente de construir, mas o saber de criar o desenho.” Vejamos então, como essa temática – o desenho – se insere na narrativa dos autoconstrutores.

## **Desenho**

Dos onze moradores visitados, cinco informaram que fizeram um desenho com o auxílio de familiares que tinham alguma experiência em construção, imediatamente antes da obra. Dois interlocutores disseram que não houve qualquer registro do

processo de concepção, tudo foi feito “de acordo com o que estava na mente” (Entrevistado HM) . Duas interlocutoras não souberam informar – o marido e o irmão é que saberiam. Nas outras duas entrevistas, o assunto não foi abordado. Vejamos uma das entrevistas nas quais o assunto é abordado:

**C[GF]:** É... nós fez no papel, né [risos] no papel... fez os desenho pra ver tudo direitinho, igual fez a... as caixa, pôs pedra, as coluna, as cinta... aí nós fez o desenho de tudo.

**P:** Como foi essa parte de fazer o desenho? Cês sentaram e foram conversando num dia, demorou mais dias... como que é?

**C[GF]:** Não, nós já foi... é... assim, nós conversou e fez... assim... nós conversou, passou o dia, aí ele falou: ah, capaz que assim vai dar certo... porque o lote é comprido, né, que a... distância é pouca. Aí, nós sentou e conversou pra poder ver como é que ia ficar. Aí nós... deu certo.

**P:** Então sentou o senhor com seu irmão então e desenhou a casa?

**C[GF]:** Uhum. Nós desenhou pra fazer, porque nós tinha que fazer um pedaço primeiro pra depois fazer o outro. E deixou a amarração nas ferragem e nas laje. Que se não, pra você emendar em cima, podia dar trinca, podia dar tudo na laje. Assim não deu trinca.

O trecho acima ilustra aquilo que queremos destacar: os moradores que desenharam, ao falar sobre esse processo, o fazem de maneira vaga. Além disso, não há uma etapa específica de planejamento – há um breve momento para um desenho, na iminência das obras, às vezes, junto da pessoa que vai auxiliar nessa execução. São definidas as informações mínimas de dimensionamento e o que será possível construir naquele momento.

**IF:** A gente mesmo fez o desenho, eu e meu marido. Aí a gente fazia o desenho, com mais quarto, menos quarto, a gente foi analisando se a gente ia por laje, se ia telhado... se caso a gente fosse por laje, aí a gente ia ter que mais colunas e esses trem... a gente foi o engenheiro mesmo.

Outra observação é que o desenho é feito considerando aquilo que já é conhecido. No caso da cobertura, por exemplo, escolhe-se entre fazer laje, telhado de zinco e telhado cerâmico (este, menos comum). Não há uma pesquisa de outras possíveis soluções que o mercado oferece. Isso dispensa um detalhamento maior de como deverá acontecer a execução.

Tendo em conta essas características do processo de concepção que faz parte da autoconstrução, fica patente que não são organizadas e sintetizadas, pelos



moradores, as informações que o projeto abarca. Contudo, o que queremos ressaltar é: eles desenham e concebem. E percebem que isso agrega qualidade ao produto. Isso pode ser considerado um ponto de partida para o intercâmbio de saberes e vivências: desenvolver o desenho e o projeto como uma linguagem a ser compartilhada, como propõe Linhares (2018), e não como uma linguagem técnica e hermética.

Quando analisamos as narrativas dos moradores buscando identificar informações a respeito de suas práticas construtivas, imediatamente notamos a proximidade que essas temáticas possuem com o campo de conhecimento da engenharia civil. Qual seria a ligação com o campo de conhecimento da arquitetura, se considerarmos que o projeto não faz parte dessas práticas?

Inicialmente, podemos observar alguns paralelismos, haja vista que o arquiteto também trabalha “com o emprego de meios, instrumentos, tecnologias, materialidades que encontra à sua disposição” (MARQUES, 2010, p. 38). Nos dois casos – autoconstrução e projeto – há restrições a serem equacionadas, e a experiência pode tanto agregar à prática quanto engessá-la.

Contudo, o arquiteto tem uma maior gama de elementos à disposição, tendo em vista dois aspectos. O primeiro é trabalhar com montantes financeiros maiores. Nesse tocante, é preciso considerar que uma maior disposição financeira não implica liberdade decisória para testar novos materiais e técnicas, uma vez que essa disponibilidade de recursos é contrabalanceada com fatores como a necessidade de concluir a obra completa, lucrar com o empreendimento, usar grifes ou elaborar formas que representam poder e *status*. Algumas arquiteturas da exceção podem fugir a essa regra, abrindo espaço para testar novos softwares, materiais e técnicas de construção (ARANTES, 2010). Contudo, como mencionado anteriormente, essas obras são “agentes de uma inovação restrita, que não quer se democratizar” (ARANTES, 2010, p. 88).

O segundo aspecto é que o arquiteto tem o seu conhecimento, ainda que parcialmente, fundado em bases científicas, que estabelecem a necessidade de exame dos processos pelos quais esse conhecimento é produzido, testando sua validade, esclarecendo o âmbito de aplicação de cada informação e sistematizando o conjunto delas em uma linguagem e uma disciplina que possa ser transmitida e

modificada (BRANDÃO, 2009).

Além disso, o arquiteto, em sua prática propositiva, também aprende pela observação de obras de outras pessoas – chamando isso de estudo de obras análogas –, bem como por tentativa e erro, ainda que, os “bastidores” desse processo de aprendizado não ocupam posição de destaque no conjunto de conhecimentos disciplinados.

Assim, o arquiteto também trabalha com o que tem a sua disposição e aprende por observação e por tentativa e erro. Ao perceber esses paralelismos, notamos que o contato com os autoconstrutores foi oportuno para que pudéssemos refletir, em outro ambiente que não o acadêmico, sobre a epistemologia da arquitetura. Além disso, tais reflexões podem ensejar novas abordagens diante das práticas dos moradores, as quais são caracterizadas por empregar “materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina”, como descreve Maricato (1982, p. 91). Abordagens que possam compreender como melhor operacionalizar recursos escassos e intermitentes, bem como tornar esses processos de produção do espaço mais sustentáveis.

#### 4.3 Tempo e recursos financeiros

A autoconstrução é considerada por Pela (2020) como obra aberta, isto é, que guarda em si potencialidades de crescimento e de melhoria. Nós também observamos, em nossas visitas a campo, que não apenas os pilares, mas também as escadas, as lajes, os afastamentos laterais, os vãos... são todos “esperas”. Apesar de o processo de construção não ter seus procedimentos planejados (não há uma etapa de planejamento, como mencionamos acima), essas esperas também apontam para o futuro daquela moradia – são, nesse sentido, uma maneira de se preparar para ele. São, também, um indicativo de que a obra nunca está completa e encerrada: ela é parada, retomada, acelerada, arrefecida e, com isso, responde às mudanças (esperadas ou súbitas) que marcam a vida das pessoas.

Analisando as narrativas a partir deste tema, foi possível notar correspondências entre as falas e aquilo que a bibliografia estudada diz a respeito do tempo da autoconstrução. As experiências narradas são aquelas de quem precisa equacionar a disponibilidade nem sempre certa de recursos (financeiros, de mão-de-obra, de

disponibilidade de horas livres no dia, etc.) com a urgência de ter abrigo, providenciar soluções contra a época de chuva ou de frio, acolher o crescimento familiar, ter acesso a serviços públicos básicos, etc.

Diante disso, o construtor/morador trabalha “no improviso como um repentista”, construindo “com o que se tem no tempo que sobra” (MARQUES, 2010, p. 38). O autoconstrutor, como aponta Oliveira (2006), trabalha em seu tempo de descanso para erguer sua moradia: “o piso aqui foi ele que pôs... então coisas que ele consegue fazer, a gente não paga, ele faz nos horários de folga dele” (Entrevistada IF); “nos domingo, eles ia almoçar lá na casa da minha sogra, aí eu não ia não. Ficava aqui trabalhando” (Entrevistado FM).

Além disso, foi possível tecer algumas considerações acerca das linhas de análise de Tibo *et al* (2018). Cada uma abarca variações entre as quais selecionamos uma que melhor caracterize a prática estudada dentro daquela linha. O conjunto das variações selecionadas nas sete linhas compõem a caracterização de determinada prática de autoconstrução. O que as narrativas permitiram notar foi que a passagem do tempo altera as variações que usamos para caracterizar cada processo de autoconstrução. Isto é, no decorrer da vida, os moradores alteram suas práticas construtivas, seus rendimentos mudam, e até mesmo a cultura pode sofrer transformações. Por exemplo: uma pessoa constrói sua casa e, algum tempo depois, começa a construir também para os outros. Torna-se ajudante de pedreiro, depois, pedreiro, e por aí vai.

**P:** Como o senhor entrou nessa área de construção? E de onde o senhor tira o conhecimento que o senhor tem para construir?

**BM:** Eu comecei aqui, nessa casa aqui, trabalhando aqui. Fui aprendendo... na prática mesmo, entendeu? Aí, comecei a trabalhar aqui, aí tinha que pôr piso, rebocar, esses “trem” tudo... eu peguei, encarei e fui fazendo...

Do mesmo modo, uma família que começou sua casa com uma renda muito baixa vai, aos poucos, melhorando sua condição de vida e transformando sua habitação. Ou, então, recebe um montante com o qual não estava contando (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, herança etc), e investe na construção, aproveitando as circunstâncias mais favoráveis. A casa iniciada por uma pessoa é continuada por seu herdeiro. Uma área sem características urbanas vai ganhando moradores e, com eles, as demandas por serviços urbanos, arruamento e regularização das propriedades. A vida segue seu curso, desafiando o pesquisador a compreender uma dinâmica em

que, de forma “progressiva e incremental” (FERREIRA, 2020, p. 53), as casas vão recebendo melhorias e sendo ampliadas horizontal e verticalmente.

**GF:** Era um barracãozinho de barro, e a gente ficou morando nele muito tempo. Aí depois, a gente construiu dois cômodo. [...] Aí a gente foi emendando, fazendo os pedaço, e aí... acabou construindo a casa.

O tempo é medida de incremento das condições de vida, uma vez que é medida de incremento das experiências acumuladas e da melhoria nas condições financeiras. É importante, nesse sentido, resgatar o que Milton Santos (1994) observou: a força dos fracos é o seu tempo lento, no transcorrer do qual o autoconstrutor aproveita as circunstâncias e as ocasiões (Marques, 2010).

Ademais, com a destinação financeira e de horas de trabalho incertas, a obra é executada paulatinamente. Isso leva a uma simultaneidade, ou a uma intercalação, entre concepção, execução e uso do espaço, misturando desenho, canteiro de obras e tempo-espaço de vida. Assim, não há uma separação muito marcada entre o espaço-tempo da concepção, o da produção e o do uso, conforme os trechos abaixo revelam.

**JF:** ficou uns três meses lá no aluguel, tava ficando muito apertado, ai nós decidi vim pra casa [...] aí não tinha estrutura nenhuma pra gente entrar não, mas teve que vim!

**C[FM]:** Igual quando ele rebocou aqui, rebocou com os menino pequeno dentro de casa. Tinha andaime, né, porque é muito alto. Menino mexia em massa... ih, era um tumulto a casa. Andando em cima e nós andando embaixo dos andaime, e ele rebocando. É, foi muita dificuldade. Agora que a gente tá começando a mexer de novo, vamo ver...

**IF:** [...] a gente mudou pra cá, a gente só tinha piso na sala, nos banheiros e na cozinha... os quartos ainda tava sem piso. A gente mudou pra sair do aluguel. [...] O que que a gente fez: assim que a gente mudou pra cá, a gente acabou os quartos e aí, logo em seguida, a gente não tinha gesso no teto também... foi uma bagunça... aí depois que a gente colocou, né, nos quartos, a gente fez o teto também e pintou.

Outra reflexão crítica que emerge das narrativas foi suscitada pela fala abaixo:

**P:** obra a gente demora a acabar, né...

**IF:** É... às vezes a gente fica sem “tempo” [*ao falar a palavra “tempo”, a interlocutora faz um gesto com as mãos que significa dinheiro*], né? [*risos*]

O que essa fala nos faz perceber foi que à dupla dimensão tempo-espaço, talvez fosse possível acrescentar uma terceira: o “dinheiro”. Relendo as narrativas sob essa ótica, notamos que a alteração do fator *recursos financeiros* alterava o ritmo da

autoconstrução: a disponibilidade de um montante que não precisa ser gasto com a subsistência (por exemplo, o décimo terceiro salário, heranças, etc), possibilitava a execução de um serviço (piso, forro), de um cômodo, ou mesmo permitia acelerar o ritmo da obra pela contratação de mais mão de obra.

Alterava também a espacialidade: a necessidade de “sair do aluguel” (cortar gastos com habitação), por exemplo, faz com que a espacialidade do canteiro de obras se misture com a da moradia, como dito acima. Isso, por sua vez, pode aumentar o desejo de concluir ao menos o núcleo inicial da casa, para se ver livre dos inconvenientes de uma obra (poeira, barulho, pertences encaixotados e fora do lugar, etc), o que, novamente, pode influenciar no tempo.

O que esse tempo/espço/recurso financeiro – lento, improvisado, orgânico, desritmado – pode revelar para o campo de conhecimento da arquitetura? Desde que os arquitetos deslocaram sua atividade do canteiro para o ateliê, a prática da arquitetura foi trabalhando, cada vez mais, com um modo de projetar racionalista, cuja concepção de tempo é linear e cronológico, de causa e efeito; projeta-se para depois construir (MARQUES, 2010). Assim, o campo de conhecimento assume que o que foi projetado será executado, que o projeto desencadeia e prescreve as atividades daqueles que executam, e que o executado é um objeto completo, uma resposta pronta. Com isso, “a objetividade de um processo de projeção ou planejamento [...] dificulta consideravelmente imaginar como uma associação entre planejar e improvisar possa ser articulada” (ROCHA, 2016, p. 106).

As narrativas, por sua vez, apontam a existência de outras condições espaço-temporais na produção do espaço urbano, às quais essa epistemologia projetual predominante no campo de conhecimento não consegue se ajustar, sincronizar: o incompleto, a lentidão do interstício, a rapidez do improviso. Há uma complexidade inerente a essas condições espaço-temporais-financeiras, que demanda outras metodologias de análise e proposição espacial.

Dessa forma, essas narrativas vão ao encontro de abordagens que, de diferentes maneiras, propõem processos abertos e intuitivos para trabalhar com problemas complexos, isto é, aqueles que não podem ser bem definidos, “têm sua configuração alterada no esforço de resolvê-los” (ROCHA, 2016, p. 105). Rocha (2016) reúne bibliografia a respeito dessas abordagens, que propõem processos informais,

negociáveis, participativos e intuitivos com o objetivo de desenvolver um sistema que possa acompanhar a evolução de uma situação-problema, ao invés de solucionar tal problema.

Dessa forma, analisadas sob a ótica do tempo, as narrativas deslocam nosso olhar para outras epistemologias projetuais, que merecem maior escrutínio e mais espaço na formação profissional, tendo em vista sua possibilidade de aplicação nos contextos em que tais narrativas emergem. Por meio da formação, tais epistemologias – entre as quais se encontram aquelas abordadas por Rocha (2016) – poderiam chegar à prática profissional cotidiana e, assim, ser traduzidas em uma linguagem mais simples, menos abstrata do que aquela empregada nos principais referenciais teóricos que as formulam, e que ainda possuem um caráter especulativo.

#### 4.4 Cultura e agentes

Não há um discurso que parta de quem produz a autoconstrução, isto é, não existem grandes narrativas coletivas entre os autoconstrutores, uma vez que estes não formam um “grupo homogêneo e coeso” (TIBO *et al*, 2018, p. 3), seu conhecimento não é disciplinarizado, eles não possuem instituições representativas de classe e não possuem um papel socialmente reconhecido enquanto agentes da produção do espaço. Nesse sentido, podemos afirmar que a visão de mundo do morador autoconstrutor “é manifestada na sua ação” (FREIRE, 1987, p. 102). A partir disso, consideramos que essa ação é, também, linguagem.

Ainda que emudecida no âmbito da produção do espaço urbano, a autoconstrução predomina, porque fornece de fato aquilo que a arquitetura se propõe a atender: o espaço, carregado de sentidos, de vida cotidiana das pessoas. Dessa forma, o processo autoconstrutivo também se estrutura a partir da troca de saberes e provoca mudança nas estruturas de conhecimento dos envolvidos, não apenas no que diz respeito às técnicas construtivas, como também no modo de viver no espaço (SOARES, 2012). Assim, a autoconstrução é, também, um processo e um produto cultural.

Para compreender em que sentido a autoconstrução é processo e produto cultural, foram buscadas as motivações, explicações e justificativas – explícitas ou implícitas no *corpus* – que os moradores autoconstrutores atribuem aos próprios modos de fazer. Compreendemos, então, que os sentidos atribuídos à autoconstrução pelos

moradores entrevistados passam pelos seguintes aspectos : (i) a disponibilidade de recursos (humanos, materiais, tempo), aspecto melhor discutido nas linhas de análise *práticas construtivas* e *tempo*, e (ii) a propriedade como valor social, discutida na linha *território*. Passam também pelos seguintes fatores, que serão trabalhados na sequência: (iii) a legitimação do conhecimento pela experiência, (iv) a relação entre as lutas diárias e as conquistas, e (v) os papéis de gênero e a família nuclear.

### O papel da experiência

A experiência é um fator crucial na formação de modos de fazer, especialmente porque a edificação é um produto complexo (há vários subsistemas que precisam se integrar para compor o produto edifício), demandando um conjunto de saberes concatenados. Assim, o pedreiro mais experiente, que trabalha há mais tempo, é quem determina, muitas vezes, as características da estrutura e das instalações (elétrica, hidráulica, etc):

**AM:** Quem definiu, basicamente, a quantidade de ferragem foi um irmão meu que já é pedreiro a mais tempo, né. Então, **ele sabe** qual é a espessura da ferragem para fazer a armação da coluna de cinta, para poder aguentar o peso das armações.

O aprendizado do morador que constrói sua casa se dá por meio da observação do trabalho de outra pessoa, ou com a transmissão oral do saber-fazer, o que também é pontuado pela bibliografia (MORADO NASCIMENTO, 2011; TIBO *et al*, 2018): “as decisões construtivas e espaciais ampliam-se diante da capacidade dos autoconstrutores observarem e aprenderem com amigos o ofício da construção civil” (TIBO *et al*, 2018, p. 9). Nesse sentido, o aprender acontece concomitante ao fazer, em função dele e, em face da complexidade inerente à construção de uma edificação – uma vez que esse processo demanda um conjunto de saberes concatenados. Enquanto “saber-fazer”, o saber da autoconstrução se caracteriza por ser generalista (menos especializado), não disciplinarizado e não regulamentado.

Por conta desses dois fatores – primazia da prática, não disciplinarização e não regulamentação do saber – mostrar que possui experiência é fundamental. Isso pode ser observado a partir de uma característica comum entre as narrativas: durante as conversas, os moradores levaram a pesquisadora a diferentes partes da casa, mostrando-lhe aquilo que tinham executado (pintura, piso, telhado, instalação elétrica, etc), ressaltando que eles mesmos haviam feito, informando há quanto tempo havia

sido executado e destacando a boa qualidade do serviço. Com isso, é possível perceber que a experiência torna-se um valor social e, por conta desse *status*, provar que fez e que está funcionando bem aquilo que foi feito (e não, necessariamente, que possui habilitação formal) pode ser o fator de validação do trabalhador da construção, como aponta este excerto:

**GF:** É... tem que fazer tudo bem feito, né, chamar... igual, por exemplo, meu irmão [*pedreiro*], ele é muito caprichoso. As coisa dele é tudo certinha, o irmão do [*nome do marido*] também faz as coisa tudo certinha. Então, assim, cê tem que chamar uma pessoa que vai fazer uma coisa que vai te... agradar.

Contudo, percebemos também uma mistura entre o saber-fazer e a autoridade, a qual se revela nos aspectos em que esse saber-fazer é interpelado pelos interesses do morador, gerando confronto de visões. O trecho a seguir é um desses que suscitou tais reflexões.

**CF:** Adoro lustre. Mas eu coloquei [*lustre*] até ali [*na garagem*]. A gente deixar as coisas por conta dos outros... porque se eu tivesse aqui, eu tinha... tá vendo, ali não tem. Ele não colocou. Porque o pedreiro falou que não precisava não, porque... “pra quê? Vai clarear muito já.”

Quem vai utilizar o espaço, a entrevistada CF, nem sempre consegue argumentar com quem está construindo, e que emprega seus próprios valores e saberes na execução. O morador nem sempre está preparado para questionar: "mas por que não pode ser feito assim?" ou "não há outra maneira de fazer para obter o resultado desejado e quais são as implicações dessa outra maneira de fazer?". Isso indica que a transmissão unilateral de saberes e de visões de mundo pode acontecer não apenas a nível da cisão entre o trabalho intelectual e trabalho manual – conforme já apontado no Capítulo 1 –, mas também internamente aos processos de autoconstrução.

Reiteramos, com isso, que o conhecimento, para os autoconstrutores, é validado na experiência, mas também acrescentamos que um profissional que deve estar apto a trabalhar em diferentes contextos da produção do espaço urbano precisa desenvolver habilidades que o permitam compreender as maneiras pelas quais a autoridade dada pelo saber é imposta, e que não acontecem apenas entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, mas também em cada um desses campos de trabalho.

Essas observações também nos recordam a importância que a experiência cotidiana tem para a atuação do arquiteto. Em relação a esse aspecto, desenvolvemos outra



reflexão. Estamos imersos em um campo que valida o conhecimento pela diplomação universitária, junto à certificação institucional, como tratamos no Capítulo 1. Além disso, a partir do trabalho de Hiroki (2019), somos levados a questionar se o campo de conhecimento também não distorce a descrição do processo de trabalho do arquiteto, ocultando suas falhas e insucessos.

Essa autora realiza um trabalho de comparação entre o discurso de Niemeyer a respeito de seu processo de projeto e o processo real no ateliê. A maneira de projetar que este arquiteto descreve é “gráfica e sintética” (HIROKI, 2019, p. 482): croquis e breves textos explicativos. E é esta a maneira que se encontra registrada na bibliografia a respeito da obra paradigmática de Niemeyer, contribuindo para consolidar o entendimento desses profissionais como gênios criadores. Todavia, o processo real possui mais idas e vindas e depende da participação de outros profissionais – não sendo adequado falar, portanto, em um processo criativo completamente individual.

O conjunto desses dois aspectos – a validação formal do conhecimento e a expectativa em torno de um processo criativo individual –, quando contrapostos à maneira como os autoconstrutores medem a qualidade do trabalho, nos parece apontar para uma necessidade da compreensão e valorização, no discurso, do cotidiano de trabalho do arquiteto, mostrando-o como um processo colaborativo e sujeito a falhas, e que demanda habilidades sociais e empíricas – conforme apontam Lawson (2011) e Sousa (2015). Tratar a experiência cotidiana enquanto objeto de estudo e componente do processo de formação pode aproximar a teoria e a prática da arquitetura, bem como possibilitar aos formandos maior contato com os desafios que eles enfrentarão durante sua trajetória profissional.

### **Lutas diárias e conquista**

A autoconstrução também é produto das dificuldades que o construtor precisa equacionar. Assim, outro aspecto das narrativas estudadas que faz parte do sentido que os moradores atribuem aos processos que empreendem é a menção às lutas do dia a dia. A construção da casa, conforme depreendemos da fala deles, exige esforço e sacrifício. Constrói-se devagar, em um bairro que ainda não possui a infraestrutura necessária; constrói-se algo menor, mais simples, ao menos em um primeiro momento, porque o custo é alto e reunir o montante não é tarefa fácil.

**CF:** ...você vê que até hoje não acabou, porque foi com muito sacrifício, muita peleja...

**DM:** É... aqui, a gente construiu aqui foi na base da luta e do sacrifício.

**EF:** Então, no início eu sofri muito. Mas agora não, agora já está bom. Tudo que eu tenho é meu, mas tudo do meu braço, meu suor...

Cabe observar, como ilustram os trechos acima, que esse aspecto é explícito nas falas, expresso pelos interlocutores em suas escolhas de palavras, ao usarem expressões como “peleja”, “luta”, “não foi fácil” e “muita dificuldade”. Contudo, se o processo de prover o próprio espaço é expressão de dificuldades, demonstra, ao mesmo tempo, a autonomia dessas pessoas, a capacidade de prover às próprias necessidades com esforço próprio e mesmo de ir além, conquistando aquilo que desejam.

**BM:** Todo mundo tem um sonho, não é?! Você vai construir uma casa, já vai pensando: “Vou construir uma sala, com tantos quartos, uma sala desse tamanho. Eu quero uma sala grande, ou eu quero uma sala pequena...”

**JF:** [...] o sonho dele era ter uma casa de dois andar com cobertura, era o sonho desde criança, aí ele falou: ah vou construir minha casa, então vou construir igual no meu sonho. Aí eu falei: beleza. E o meu era ter quintal. Eu queria ter quintal. [...] nós queria comprar apartamento quando casou, aí eu falei: apartamento não [...] não gosto de apartamento não... ah, sei lá, parece que você fica invadindo a privacidade do outro, né... eu prefiro a casa. Aí por isso que nós compramos o lote.

**GF:** Devagarzinho, né... com... que... foi muita luta, porque aí é aos quatro ano veio o problema dele de saúde, sabe? Mas aí, a gente não parou, foi mexendo devagar, foi fazendo... aí ficou essa casa grande, mas tudo esforço nosso, ele trabalhando, eu ajudando ele, e aí a gente conseguiu fazer a casa.

Autoconstrução não é apenas necessidade, mas também desejo. Esses dois aspectos podem ser considerados complementares na fala dos autoconstrutores: fala-se de “lutas”, mas também de “sonhos” e “preferências”. O objetivo da luta é a conquista do espaço desejado. Mas a dimensão da conquista é mensurada não apenas pelos atributos do objeto em si, como também pelo esforço empreendido pela família em sua execução, uma vez que, nesse processo longo e suado, o espaço e a vida se confundem.

Essa pode ser uma perspectiva diferente para se olhar para os sentidos atribuídos ao espaço. O campo de conhecimento da arquitetura avalia a qualidade de um objeto construído pelos seus atributos estéticos, formais, funcionais e locacionais. Com vistas a produzir informação para o campo de conhecimento, quem avalia determinado

objeto a partir desses atributos, o faz de maneira impessoal, ainda que com algum grau de subjetividade. Por outro lado, quando a avaliação parte daquele que produz e ocupa o espaço, ela carrega uma história que torna a maneira de olhar para o objeto repleta de sentidos e de memórias, que os atributos usados pelo campo da arquitetura não comportam. O que isso aponta é que levar em consideração essa “pessoalidade” existente no espaço pode enriquecer a visão do arquiteto em relação a ele, acrescentar camadas de sentido à sua análise.

Compreender que existem valores diferentes dos estabelecidos pelo campo de conhecimento a respeito dos espaços e, se possível, entender quais são, é importante para evitar, em nossas narrativas profissionais, a reprodução de discursos violentos a respeito do espaço do outro. Também pode nos levar a repensar as maneiras como qualificamos o espaço, além de nos auxiliar a abordar o território para além da tábua-rasa.

### **Papéis de gênero e família nuclear**

Como foi informado no capítulo anterior, a maior parte das entrevistas foi realizada com interlocutores que eram membros de famílias nucleares. Essa não foi uma característica utilizada para selecionar a população, e sim, observada posteriormente, durante a análise do *corpus*. Possivelmente, está relacionado a essa característica o último atributo cultural que identificamos nas narrativas, qual seja, a referências a divisões de papéis baseados em gênero na produção do espaço da moradia.

Essa divisão, na fala dos homens, era observada de modo mais implícito, ou poderia ser percebida na maneira como as suas companheiras, que acompanhavam a entrevista, reagiam à narrativa, seja com gestos, comentários, ou a ausência deles. Na fala das mulheres, as referências eram mais explícitas, e indicavam que os homens se envolviam mais diretamente com as atividades de obra, e elas atuavam como suas auxiliares.

**CF:** É igual... meu pai... ele fez o banheiro [...] Meu pai falou assim... brincou... “ô pai, faz um banheiro maior”... “você vai morar dentro dele?!”. Falei: “não, só pra tomar banho mesmo”...

**IF:** Isso [*as obras da casa*] ele [*o marido*] que acompanhou mais...e foi ele que fez né...porque assim... ele fez o projeto e me mostrou, aí alguma coisa, aí eu falei: não... igual o banheiro, por exemplo, ele fez o projeto com um banheiro menor, já falei: não quero! Eu quero um banheiro grande. Aí ele fez um banheiro do tamanho de um quarto [*risos*]. Então assim, aí eu dei as minhas opiniões do que que eu fazia questão e pronto... e aí mais ele que fez

mesmo... aí quando a gente foi fazer o cálculo, eu ajudei ele nas continha, mas foi mais ele mesmo, ele mesmo que fez... eu só dei um auxílio... eu fui a secretária...

**JF:** [...] eu não queria casa com escada, que eu detesto escada, então o meu desenho não tinha escada na casa. Aí quando ele [*o marido*] cismou que ia fazer, porque o sonho dele era ter uma casa de dois andar, aí ele acabou fazendo do jeito que ele queria...

**GF:** foi mexendo devagar, foi fazendo... aí ficou essa casa grande, mas tudo esforço nosso, ele trabalhando, eu ajudando ele, e aí a gente conseguiu fazer a casa.

Observadas em conjunto, as narrativas indicam que, ainda que as mulheres poderiam ter algumas de suas preferências observadas, as decisões sobre o que seria construído foram tomadas predominantemente pelo “chefe de família”, seja o pai ou o marido. Este era, também, quem detinha o saber-fazer. Contudo, apesar de não se envolverem com a produção daquele espaço no mesmo nível que os homens, às mulheres é atribuído o papel de cuidar e de gerenciar o espaço doméstico. São elas que mais tempo ficam neste ambiente, de onde também retiram saberes que, segundo Pela (2020, p. 268), “atravessam a autoconstrução”. Assim, observamos que a atribuição de papéis sociais se desdobra em espacialidade, uma vez que pode ser um caracterizador importante do modo como se organizam as atividades de produção bem como de apropriação do espaço autoconstruído.

Notamos, além disso, a coexistência de estruturas de sentido nas narrativas desses moradores de loteamentos periféricos em Lafaiete: identificamos a emergência de novos significados a partir da agência das mulheres – elas lutam, opinam, trabalham e conquistam sua moradia e seu dinheiro. Paralelamente, observamos a permanência de estruturas de sentido coincidentes com um discurso remanescente do governo Vargas (décadas de 1930 e 1940), sobre o qual havíamos lido em Balthazar (2012):

Os principais argumentos apresentados em discursos oficiais e na mídia tentavam convencer a população de que a habitação coletiva, ou cortiço, eram promíscuas, imorais e inadequadas. Ao contrário, a habitação individual para a família nuclear – pai, mãe e filhos – era a forma apropriada e saudável de se viver dentro da moral cristã. Também se valorizava a poupança, o esforço pessoal e até o sacrifício do trabalhador que conquistava a casa própria (BALTHAZAR, 2012, p. 39).

Não nos é possível afirmar aqui que a visão de mundo dos moradores entrevistados foi moldada por esse discurso de oitenta anos atrás. Contudo, as correspondências entre uma e outro são diversas. Vivemos um momento em que as desigualdades de

gênero, seja na história e na profissão da arquitetura, seja em outros campos da produção humana, bem como as categorias pelas quais compreendemos esse traço humano, são questionadas e pesquisadas, para que possamos obter, paulatinamente, maior equidade entre as pessoas. Podemos mencionar o trabalho do coletivo Arquitetas inVisíveis e a pesquisa da arquiteta argentina Carmen Espegel como exemplos desses trabalhos no âmbito da arquitetura.<sup>19</sup> Trata-se, ademais, de uma discussão complexa, porque a desigualdade envolve outros parâmetros, em especial, o socioeconômico e o racial.

Não obstante, observar a correlação entre, de um lado, os valores que orientam a vida das pessoas e, de outro, as estruturas de sentido do passado é relevante para compreendermos que, ainda que essa visão da moralidade da família nuclear e do valor do sacrifício pessoal tenham sido questionadas, elas permeiam a maneira pela qual os moradores estabelecem o sentido que atribuem à sua ação no espaço e são compreendidas por esses moradores como fatores que permitiram suas conquistas. Dessa forma, cabe ao campo da arquitetura questionar se o confronto direto seria uma maneira assertiva de abordar esses universos de sentido, e imaginar alternativas possíveis de diálogo.

Conforme explica Lawson (2011, p. 219), “deve-se considerar que o próprio ato de projetar inclui toda a variedade de habilidades sociais que nos permitem negociar um consenso ou assumir a liderança”. Entendemos, pois, que essas habilidades dependem da compreensão dos fatores culturais que permeiam as diferentes formas de produzir o espaço urbano.

#### 4.5 Alteridade

Este tema não saiu das linhas de análise de Tibo *et al* (2018), mas da inquietação que motivou o projeto de pesquisa lá no início do mestrado. O intuito da pesquisadora era, então, compreender o que as pessoas que não tinham contato com o arquiteto

---

<sup>19</sup> O coletivo é citado em artigo do Archdaily de 22 de agosto de 2019, intitulado “Gênero e acesso à profissão: as mulheres na arquitetura”, de autoria de Julia Daudén, disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/923054/genero-e-acesso-a-profissao-as-mulheres-na-arquitetura>>. A pesquisa de Espegel compõe a matéria veiculada pelo CAU/DF em 8 de março de 2019, intitulada “Visão completa sobre a presença da mulher na arquitetura e urbanismo”, de autoria de Ana Laterza e Júlio Moreno, disponível em <[https://caudf.org.br/visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetur a-e-urbanismo/#:~:text=No%20entanto%2C%20as%20mulheres%20t%C3%AAm,de%20tr%C3%AAs%20em%20cada%20quatro.](https://caudf.org.br/visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetur-a-e-urbanismo/#:~:text=No%20entanto%2C%20as%20mulheres%20t%C3%AAm,de%20tr%C3%AAs%20em%20cada%20quatro.)>. Acesso aos sites em set. 2023.

entendiam deste profissional. Há muito tempo estudamos, no campo de conhecimento da arquitetura, a autoconstrução – alguns trabalhos lidos para esta pesquisa, por exemplo, são da década de 1980.

Contudo, notamos que esse termo (autoconstrução) é um construto usado no meio técnico e acadêmico. Quando conversávamos com as pessoas – no trabalho, no ônibus, no bar, nas festas de família, na igreja – sobre o tema desta pesquisa, elas demonstravam surpresa com a existência de um nome para designar o processo de produção do espaço que elas conheciam “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Como um peixe mergulhado na água, essas pessoas estavam distantes de “todo o aparato de significado que objetiva o conceito” (TIBO, 2022, p. 188). Desenvolvemos várias visões sobre os que chamamos autoconstrutores – leituras formuladas *com*, *sem* e *apesar* deles. Mas eles, o que pensam de nós?

Esse questionamento foi endossado a partir da leitura de Bicca (1984). O autor, que escreveu seu ensaio em torno da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no âmbito do capitalismo, afirmou: “não é o capital que nega o arquiteto, ele apenas lhe dá formas de existência específica; quem nega o arquiteto é o proletário” (BICCA, 1984, p. 159). Com a economia de mercado capitalista, o arquiteto torna-se um profissional prestador de serviços de projeto e planejamento do espaço. Agora, em relação à negação do arquiteto pelo trabalhador, sustentamos parcialmente esse entendimento. Isso porque compreendemos que o trabalho manual em si não nega o arquiteto – ele dá suporte ao intelectual, é sua necessária contraparte na divisão do trabalho.

Contudo, entendemos que o trabalhador manual nega o arquiteto quando autoconstrói, na medida em que engendra outras lógicas e saberes de produção do espaço urbano, independentes do campo de conhecimento e da atuação desse profissional. Lógicas e saberes nos quais encontramos, durante esta pesquisa, perspectivas para refletir a respeito das bases sobre as quais esse campo se assenta. Essa foi a primeira interpretação.

Mas seria isso mesmo: a autoconstrução negaria a arquitetura? Primeiramente, precisamos assinalar que o verbo “negar” pode ter vários sentidos. No dicionário *online* Michaelis,<sup>20</sup> por exemplo, encontramos: “não admitir a existência de”,

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em set. 2023.

desmentir, refutar. Desse modo, pode ser que o uso desse verbo produza um efeito retórico ao invés de levar a respostas objetivamente fundamentadas. Para não incorrer nesse imbróglio, procuramos entender se a autoconstrução e a arquitetura se relacionam.

Na busca dessas respostas, a princípio, entendemos que a autoconstrução acontece sem os arquitetos: é produzida por “usuários que tomam suas decisões relativas à moradia de maneira isolada, sem a interferência ou participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja de qualquer natureza)” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 19). Lendo sobre as experiências de assistência e de assessoria técnica em projetos de extensão universitária – trazidas para esta pesquisa pelos trabalhos de Linhares (2018), no âmbito do PRAXIS-EA/UFG, e de Pela (2020) –, avançamos para compreender que a autoconstrução pode acontecer com o arquiteto, sem deixar de ser autoconstrução. As maneiras pelas quais isso pode ser realizado continuam sendo reinventadas como objeto de pesquisa e de extensão. Ademais, percebemos por meio do relato dessas autoras que a autoconstrução acontece, também, apesar desses profissionais. Isto é, ainda que os autoconstrutores recebam o influxo do conhecimento do arquiteto em seu processo, nem sempre eles acatam as suas sugestões e sua lógica espaço-temporal (projetar para depois construir).

Mudamos o questionamento: há algo a acrescentar a essa resposta que encontramos na bibliografia? Na conversa com os moradores, procuramos abordar esse tópico, perguntando às pessoas o que elas entendiam que o arquiteto fazia. Abordamos, também, o engenheiro, porque os autoconstrutores parecem ter mais familiaridade com o papel deste que do arquiteto. Isto, possivelmente, se dá por um conjunto de fatores apontados pelos próprios entrevistados: dúvidas na execução ou solicitações de alteração por parte do proprietário são esclarecidas com o engenheiro. Além disso, trata-se de uma profissão que se estabeleceu primeiro no país e que é responsável pelo cálculo estrutural, o qual é caracterizado pelos interlocutores como algo que dirime as dúvidas (aumentando a segurança) e promove economia de recursos.

Com base nesse direcionamento, tecemos nossas considerações sobre o que os moradores entendem sobre o arquiteto, agrupando-as nos itens: “Três entendimentos e uma ausência” e “Responsabilidade”.

### **Três entendimentos e uma ausência**

Agrupamos o material analisado em dois entendimentos principais e um secundário sobre o arquiteto, seu papel e sua prática. A narrativa de quatro moradores indicou que eles entendem que o engenheiro cuida do projeto, do cálculo e do acompanhamento da obra e o arquiteto cuida do pós-obra, da decoração e dos detalhes. Na fala de outros quatro, o engenheiro aparece, mas o arquiteto sequer é mencionado. Dois entrevistados confundiram arquiteto e engenheiro, trocando uma palavra pela outra na fala e/ou dando a entender que eles são o mesmo profissional. Da narrativa de uma interlocutora não foi possível apurar uma conclusão.

Parênteses: “o engenheiro cuida do projeto”. Isso não significa que ele o concebe diretamente – essa pode ser a atribuição de outros agentes, como os projetistas, os quais não têm autoridade para assinar os desenhos.

Percebemos que os moradores que apresentaram respostas mais extensas às perguntas relacionadas ao papel do arquiteto o associaram ao trabalho de criação de ambientes (interiores, decoração, paisagismo) e utilizaram exemplos para esclarecer o que, no entendimento deles, o arquiteto faz.

**BM:** Ah, é assim, na construção, o arquiteto quer ver muito... vai muito nos detalhes. Igual, por exemplo, minha irmã lá. Ela fez uma casa, então, ela queria um banheiro, mas ela não queria que desse uma emenda de piso no banheiro, queria colocar... precisava de cortar piso. Então, ela [*arquiteta*] vai e calcula tudo para você. [...] Queria fazer um banco lá, redondo, não sei mais o quê, entendeu? [...] Ah, quer fazer um guarda-roupa embutido, ela entra (a parte dela): “não, vamos fazer nessa parede ou nessa”. [...] Aí você vai comprar um piso. Aí você vai levar a arquiteta com você porque ela vai te ajudar a escolher o piso que vai ser o mais indicado, que tá mais na moda. Ah, a cor, vai pôr a cor da casa. A arquiteta vai escolher a cor. Na verdade, nem vai ser você. É claro que com sua opinião, mas a arquiteta que vai... “ah, vou pintar esse quarto dessa cor, esse desse, essas coisas, entendeu? Arquiteto é mais para decoração.

O arquiteto é incumbido de aprimorar o ambiente, desenvolvendo os atributos relacionados, sobretudo, à estética e ao conforto, os quais podem agregar à qualidade de vida daqueles que utilizam o espaço. Ele não é encarregado do projeto do espaço, mas daquilo que é acrescido a esse espaço, para criar ambientes. Conforme observa o interlocutor AM, a arquitetura “ajuda no mau momento, estresse, depressão” e, ao mudar o ambiente, “melhora a harmonia do lugar”.

Por outro lado, “é um custo a mais que você vai ter, entendeu? Claro, se você tiver condições... mas, assim, nem necessita tanto, porque você mesmo consegue definir



isso. Uma cor de casa, um piso que você vai pôr...” (Entrevistado BM). É importante observar que o custo a que o autoconstrutor se refere não diz respeito apenas ao pagamento do serviço. O projeto também custa as taxas da prefeitura, do cartório e dos conselhos profissionais: “Mas aí na hora de fazer, registrar tudo né, isso aí gera um custo alto e a gente fala: e aí, será que a gente vai conseguir pagar isso tudo, esse projeto?” (Entrevistado AM).

Relacionando as falas dos interlocutores AM e BM, observamos que (i) o trabalho do arquiteto agrega qualidade, mas não é essencial, e (ii) apesar de o custo ser apontado como um fator impeditivo do acesso, esse trabalho não é necessariamente entendido como algo que traz sofisticação, *status* ao produto. Ele não foi considerado necessariamente elitista pelos autoconstrutores entrevistados – o que era uma hipótese da pesquisadora, tendo em vista que a arquitetura esteve historicamente associada aos grupos no poder. Vejamos o trecho a seguir:

**AM:** É porque, nesse caso, tem dois detalhes: tem pessoas de classe mais simples e pessoas com classe muito alta. Então o tipo de padrão de vida é diferente. Mas dá para fazer um projeto de arquitetura para uma família mais simples e para uma família de classe mais alta, né. E fica bom, só que é questão de padrão de vida.

**JF:** Igual aqui, eu preferia que tivesse a ajuda de um arquiteto ou de um engenheiro, mas não pôde... tá bom... porque senão eu não ia fazer isso aqui.

**P:** Mas aí, o que você acha que é o principal fator pro pessoal não contratar?

**JF:** O valor.

**EF:** Eu se eu pudesse hoje, eu tirava uma licença, fazia uma planta, para fazer uma casa bonitinha. Mas né, quando eu fiz não tinha nada disso.

Os trechos acima reiteram a observação de que os moradores autoconstrutores compreendem que o projeto – e, com ele, o campo de conhecimento – pode contribuir para a qualidade de seu ambiente construído. Além disso, alguns autoconstrutores acreditam que a existência de um projeto leva a economias na obra. Por exemplo, fala a interlocutora da entrevista FM: “eu acho que um projeto... você gasta menos. Você ocupa melhor o espaço e economiza mais”. Ademais, se esses moradores apontam que o custo daquele trabalho técnico os impede de o acessar, isso implica que eles entendem que se trata de um serviço pago, e não assistencial. O conjunto desses fatores indicaria a existência de uma demanda pelo trabalho do arquiteto?

Considerando “demanda”, de acordo com o dicionário *online* Michaelis, como “ação de demandar, solicitar, manifestação de uma vontade”, no entendimento desta

pesquisa, não seria esse o caso. Os entrevistados não requisitam o trabalho do arquiteto ou do engenheiro, eles expressam um desejo. Não há, na fala deles, algo que indique que eles tenham procurado ativamente esse serviço, apenas que imaginam que o profissional poderia agregar qualidade e economia ao seu espaço vivido. Há uma passividade implicada na maneira como os entrevistados se expressam nos trechos supracitados. Considerando que os autoconstrutores “conhecem o caminho da necessidade” (PELA, 2020, p. 278), isto é, que eles agenciam suas condições de vida em face das próprias necessidades, essa passividade reforça a ideia de que o conhecimento e a lógica do arquiteto são, no entendimento desses interlocutores, dispensáveis.

Por fim, observamos que existe uma incoerência temporal entre aquilo que é associado ao arquiteto, de um lado, pelos moradores – o projeto de ambientes – e de outro lado, pelo campo de conhecimento. Esse campo forma o profissional para o projeto, seja de um objeto, seja do espaço urbano. Ou seja, não para o pós-obra, mas para atuar na fase que antecede essa obra.

Acabamos de tratar, então, das narrativas nas quais os interlocutores fazem distinção entre o papel do engenheiro e do arquiteto, associando o segundo ao pós-obra, à criação de ambientes. Não obstante, ocorreram entrevistas nas quais a distinção entre os dois profissionais não fica clara. Em alguns desses casos, parece haver um entendimento de que o arquiteto e o engenheiro são o mesmo profissional, uma vez que essas palavras são intercambiadas na fala dos entrevistados. Em outros casos, o engenheiro é mencionado, mas a palavra “arquiteto” não é utilizada pelos autoconstrutores, ainda que a pesquisadora tenha feito perguntas a respeito de ambos os profissionais.

O que esses três entendimentos revelam para o campo de conhecimento da arquitetura? O projeto que, em nosso campo de conhecimento, é intitulado “arquitetônico”, não é necessariamente associado ao arquiteto fora desse campo. Com isso, resgatamos o entendimento de Bicca (1984, p. 102): “o projeto pode existir sem o arquiteto, a inversa não sendo verdadeira, muito embora a ideologia dominante do grupo represente as coisas na sua forma invertida.” Nesse sentido, seria relevante que o papel que campo de conhecimento atribui a esse profissional fosse repensado a partir de um diálogo permanente com a sociedade e não apenas internamente ao

campo, com vistas a desconstruir essas distorções, surgidas entre as narrativas dos moradores e o campo de conhecimento, acerca do entendimento sobre o trabalho e sobre as contribuições potenciais da profissão.

Acrescentamos a isso outra reflexão, a partir de uma experiência de pesquisa nos lugares visitados. Durante as primeiras entrevistas, a pesquisadora viu sua pergunta retornar a ela por meio dos moradores: eles queriam saber o que o arquiteto faz. Na tentativa de encontrar as palavras corretas, a pesquisadora tentou responder com exemplos mais próximos da realidade daqueles com quem conversou. Uma resposta que falasse da relevância de pensar o espaço, projetá-lo e planejá-lo (não apenas o da casa, mas também da rua, da cidade) para aquelas pessoas que não precisaram disso para produzir seu espaço.

Então, em uma das entrevistas, foi a própria moradora quem ajudou a pesquisadora com a resposta, ao fazer menção a um projeto de grande repercussão no ano de 2022, a Casa no Pomar do Cafezal, projeto do Coletivo Levante no Aglomerado da Serra e ganhadora do prêmio *Building of The Year*, promovido pelo Archdaily.<sup>21</sup>

**C[FM]:** Você ocupa melhor o espaço e economiza mais. Cê viu aquela casa em Minas, aqui... em BH, que ganhou?

**P:** Vi, menina.

**C[FM]:** Eu achei interessantíssimo. Você viu a porta? É... a porta deles já é a própria janela, quando ele não quiser abrir toda, ele abre só... nossa! Foi no mundo inteiro, né!? [*O prêmio é internacional.*] Interessantíssimo! Eu fiquei encantada... pelo espaço, o espaço que eles, né [...]

**C[FM]:** Eu gosto muito de ficar vendo esse negócio de obra, assim... negócio de casa assim... ecológica, hoje, né [...]

**CF [FM]:** Que bom, né? Nossa, e uma gracinha. Cê vê, não precisa de rebocar, nem nada, né...

Percebemos que, através da Internet, os próprios moradores estão descobrindo soluções de arquitetura que despertam seu interesse. O potencial da circulação de informações nas diversas mídias pode ser usado pelo campo de conhecimento para iniciar o diálogo a que nos referimos. Ademais, a pesquisadora observou que, no momento em que questionada sobre o que o arquiteto faz, teve grande dificuldade em

---

<sup>21</sup> Disponível em <<https://www.archdaily.com/978223/house-in-pomar-do-cafezal-coletivo-levante>>. Acesso em jul. 2023.

encontrar as palavras, e as respostas não deixaram os interlocutores satisfeitos. Acreditamos que isso se deu porque, se o tempo da autoconstrução é um conjunto de temporalidades diversas, a temporalidade que marca as perguntas e respostas nesse contexto é caracterizada pela rapidez. Por isso, possivelmente, seria relevante prever com a devida antecedência algumas perguntas que eles tenham para nós. Isso, por sua vez, requer um conhecimento sobre os processos e os saberes da autoconstrução, para perscrutar seus desejos e ajudar os moradores a transformá-los em demandas.

Para encerrar esta subseção, cabe mencionar uma ausência. Não há, na fala dos moradores, elementos que associem o trabalho do arquiteto ao urbanismo. Nesse sentido, entendemos que a atuação do profissional na escala urbana, no espaço coletivo, é desconhecida. Essa ausência pode ter relação, também, com a maneira como o autoconstrutor se relaciona com o espaço: trata-se de um morador que habita pela propriedade, como discutido anteriormente.

### **Responsabilidade**

Quando o projeto faz parte do processo de produção do espaço, muda a atribuição de encargos: a Responsabilidade Técnica altera a hierarquia. Nos ajudamos com reflexões para esta subseção, especialmente, os quatro moradores entrevistados que já tiveram ou têm experiência como pedreiros (AM, BM, FM e HM). Observamos que, na visão deles, o profissional que assina o projeto atesta sua responsabilidade, o que demanda a necessidade de se apresentar para fiscalizá-la – e não necessariamente para coordená-la.

**BM:** A gente executa a obra, mas, na verdade, quem é o responsável pela obra é o engenheiro. [...] Porque, se você fizer “um trem” errado lá, a culpa não vai vir na gente, vai vir em cima do engenheiro, que é ele quem assinou, e é a obrigação dele, entendeu? [...] Você só executa a obra.

[...]

Geralmente, quando vai construir na rua, eles fazem o projeto. Aí você acompanha pelo projeto. Até para o engenheiro mesmo aprovar, tem que ter o projeto. Porque, se chegar lá e... vamos supor, mandou fazer um pilar de cinquenta por quarenta, e chega lá e não está nessa medida... eles vão e medem com a trena, aí ele “dá pau” no serviço da gente.

Fiscalizar e coordenar são abordagens diferentes de acompanhamento da obra. O primeiro termo, à diferença do segundo, denota (i) que o profissional não compartilha

do cotidiano no canteiro, e (ii) que existe uma hierarquia dada pelo controle e pela culpabilização. A fala dos moradores informa que o engenheiro e o arquiteto alijam-se do dia a dia no canteiro. Fica o mestre de obras ou o pedreiro mais experiente com a função de coordenar a produção. Esta deve seguir o que foi previamente concebido em outro tempo e lugar, caso contrário, se instaura uma apuração de responsabilidades e um retrabalho.

No Capítulo 1, apontamos que o projeto possui papel de controle da produção (BRANDÃO, 2009). A partir da narrativa desses moradores, podemos aprofundar o sentido desse controle, acrescentando que o projeto é um registro (uma prova) usado para estabelecer sobre quem recai a culpa quando a execução desvia da concepção e quando a concepção não atende às normas e é causadora de problemas.

Por conta dessa dinâmica, “pedreiro pega o projeto e executa. Faz do jeito que tá no papel” (Entrevistado HM). Nesse aspecto, a visão do autoconstrutor nos remete diretamente ao ensaio de Bicca (1984), que informa sobre o processo histórico de separação e a hierarquização entre o trabalho intelectual e o manual. Na continuidade da fala do entrevistado HM, notamos como essa cisão, bastante consolidada, pode violentar os saberes de outros agentes da produção do espaço urbano:

**P:** O que que o senhor acha que o arquiteto e o engenheiro podem aprender com o jeito do povo construir? O senhor acha que tem alguma coisa que o povo pode ensinar para ...

**HM:** Eu acho que não, porque eles já tem um estudo muito profundo, né. Porque estudar engenharia, essas coisas... arquitetura, é muito... eles já tem estudo para isso. Então, para a gente de pouco estudo é muito difícil dar palpite. Tipo assim, eles tem a teoria na caneta, a gente tem a prática de colocar os tijolos, fazer ali, entendeu? Então o que eles sabem é muito superior ao que eu sei. Então não tem como eu dar palpite para eles de forma nenhuma, nem pro arquiteto nem pro engenheiro.

Nos apropriamos das entrelinhas dessa fala, para extrair o seguinte: se “o que eles sabem é muito superior ao que eu sei”, (i) esse saber deles é algo que está distante da minha realidade e (ii) esse saber não tem interesse em aprender com outros saberes que lhes são inferiores e, por isso, não lhe importam, entre os quais, o meu próprio saber. Ademais, se é um saber superior, ele é inacessível, porque incompreensível. Estabelece-se aí uma barreira diante da qual os moradores não compreendem os processos de trabalho do engenheiro e do arquiteto – processos

que também incluem falhas e subjetividades às quais, conforme discorreremos no item 4.4 – Cultura e agentes, precisamos dedicar maior escrutínio.

Interpomos neste ponto do texto uma consideração que, somada à questão da responsabilidade e da hierarquização de saberes, nos permitiu algumas conclusões para o campo de conhecimento da arquitetura.

Como mencionado anteriormente, uma das famílias visitadas vivenciou tanto a autoconstrução quanto a contratação de profissional. A experiência da entrevistada IF indica que a contratação dos profissionais nos loteamentos periféricos, ainda que possa trazer benefícios para a obra (economia de material, maior segurança estrutural, melhoria estética e funcional dos ambientes), se dá quando há exigência burocrática.

**IF:** Essa que a gente tá foi com engenheiro. Essa tem projeto registrado na prefeitura e tudo.

**P:** É...eu queria saber, vocês construíram lá [*a segunda casa*] depois dessa casa estar pronta?

**IF:** Depois dessa. A gente já morava aqui e aí fizemos essa lá pra gente descansar. [...]

**P:** E qual que foi... as diferenças que você achou de construir essa casa com engenheiro e construir lá, né, a outra casa sem o engenheiro?

**IF:** Na verdade é só a burocracia, né? Porque precisava da planta ser registrada na prefeitura. Foi só isso, só a burocracia mesmo. Por que em termos de qualidade e estrutura é... né, é a mesma coisa, né? [*Dirige-se ao marido.*]

**C[IF]:** O bão do profissional é na hora de calcular...[...] porque eu que calculo tudo, tudo... faço o projeto, desenho ele, ponho metragem, ponho tudo, e dá tudo certinho. Só que às vezes a gente exagera, né?

É possível entender, assim, que o fato de eles terem contratado um profissional não altera seu papel (de autoconstrutor) na produção do espaço. Contaram com um engenheiro na primeira obra. Contudo, quando vão construir novamente e podem dispensar o profissional, eles o fazem. O porquê aparece explícito no excerto anterior: contrata-se porque é uma exigência do poder público municipal.

Outra experiência à qual cabe menção aqui demonstra que a assinatura de um responsável técnico também foi apontada como fator de valorização do imóvel. Durante uma das conversas, após o entrevistado AM abordar a questão do custo da

contratação de um profissional, a pesquisadora o pergunta se ele acha que um projeto poderia ajudar. O morador explica:

**AM:** Ah, eu acho que, assim, tudo é válido legalmente, né, porque, de repente, a pessoa fala assim: “ah, agora eu estou pensando em negociar esse imóvel, que eu tenho, com alguém”. Mas aí, se ele tivesse a assinatura do profissional, ele vale muito mais. [...] Aí nesse caso, o profissional da área, quando ele fala: “oh, isso aqui foi eu que fiz assim, foi bem elaborado, de acordo com as regras da construção”, aí tem a validade mesmo. Valoriza e muito, né. Se não tiver, perde muito na hora de você negociar.

Esse entrevistado aponta a valorização financeira do imóvel como uma consequência positiva da contratação do profissional. Não obstante, trata-se do morador de um bairro que atualmente passa pela regularização fundiária (caso já abordado na linha de análise “Território”) e, desse modo, sua percepção pode ser fruto da influência dos discursos institucionais nos quais a regularização está envolta. Assim, na vivência desse morador, a presença do profissional também é imposta pelo poder público.

A maneira como a responsabilidade é compreendida no canteiro, a hierarquização do saber e a imposição da presença – que reflexões críticas a atuação conjunta desses fatores podem suscitar para o campo de conhecimento da arquitetura? De acordo com Santos (1982 *apud* PELA, 2020, p. 85), os profissionais possuem conhecimento sobre “aparatos de legitimação” e recursos para “registros de memória”. Segundo a autora, tais elementos podem ser empregados pelo arquiteto para ajudar a população pobre a utilizar seu potencial criativo como inspirador de políticas públicas. O que observamos a partir das narrativas é justamente o contrário. Assim, entendemos que o campo de conhecimento precisa compreender esses três fatores porque eles atuam cerceando os benefícios que a presença do conhecimento do arquiteto pode proporcionar.

Diante dessas contradições nos ocorreu que o arquiteto e o engenheiro, quando não dão a conhecer seu processo de trabalho com falhas e subjetividades, fazem com que o peso do controle exercido por meio da Responsabilidade Técnica aumente na perspectiva do pedreiro: o que o responsável determinou, está determinado. Isso não nos parece gerar efeitos positivos referentes ao aumento da qualidade do processo, e sim, criar um ambiente em que um saber se impõe sobre o outro, desumanizando a produção do espaço. O papel da crítica no campo de conhecimento é, então, descobrir

outras maneiras pelas quais a responsabilidade pode ser tratada – não apenas no canteiro mas, de modo mais amplo, na produção do espaço urbano.

#### 4.6 Autonomia

Ao conceituar esta linha de análise no Capítulo 3, abordamos a autonomia pelo saber e pelo poder. O contato com as narrativas nos indicou uma terceira forma: a autonomia pela ausência – do Estado e das normas –, que está relacionada aos territórios percorridos para a pesquisa.

Pela (2020) detém parte de sua análise em um elemento construtivo que, para essa autora, é central no entendimento da autoconstrução como obra aberta: a escada. Esse componente permite a ampliação da casa e o aproveitamento da laje para construção de novas casas e, com isso, é uma representação física do potencial que a moradia tem para acolher demandas futuras. As escadas que ela viu nas casas eram estreitas, com espelhos altos e irregulares, pisos pequenos, algumas sem guarda corpo. Contudo, ao invés de concluir que não se seguia as normas, Pela (2020, p. 278) observa:

A escada não desvia das normas porque os indivíduos que a constroem não conhecem o caminho da norma. Eles conhecem o caminho da necessidade. As pessoas conhecem a essência da escada que é subir e descer, e esse subir e descer tem diversas causas.

Também vimos escadas assim, apertadas nos espaços residuais da moradia, em nossas visitas e em vivências anteriores ao mestrado, e com isso, foi possível perceber que a ausência da norma possibilita a tomada de decisões que seriam inaceitáveis em outros contextos.

Ademais, também dissemos no capítulo anterior que a autonomia é resultado da correlação entre os aspectos tratados nas outras linhas de análise. Alguns desses aspectos ampliam a capacidade e as possibilidades dos moradores para tomarem decisões, enquanto outros as restringem. Entre os fatores que influenciam o grau de autonomia, destacamos:

1. O fato de viverem em loteamentos periféricos aumenta a autonomia em função da já referida ausência das instituições sociais reguladoras nesses territórios.



2. A passagem do tempo, a maior disponibilidade de área (lotes maiores do que em outros territórios como ocupações e favelas), bem como a melhoria da situação financeira também aumentam a autonomia pelo poder. Ampliam, também, a autonomia pelo saber se consideramos, por exemplo, que a melhoria das condições financeiras permite a contratação de profissionais como pedreiros e eletricitistas para a obra.
3. As práticas construtivas e os saberes, se dominados pelos moradores ou por quem os auxilia, bem como a experiência acumulada, levam à maior qualidade da obra. Nesse sentido, esses fatores potencializam as escolhas feitas pelos moradores e, assim, aumentam a autonomia pelo saber.
4. As lutas diárias, nas narrativas dos moradores, aumentam a autonomia pelo poder, uma vez que são aquilo que permite a conquista e que leva a um sentimento de autovalorização pelo morador.
5. A casa própria tem efeito de aumento na autonomia, uma vez que permite que o espaço receba melhorias incrementais, ao contrário de uma moradia alugada, por exemplo, em que a família é que precisa se ajustar ao espaço. Assim, habitar pela propriedade aumenta a autonomia pelo poder.

Ainda em relação a esse aspecto, em consonância com Balthazar (2012, p. 47), acrescentamos que

Embora se reconheçam as falhas do produto resultante por meio desta modalidade de acesso à habitação, para os moradores de casas autoconstruídas, existem vantagens, como a autonomia na definição do programa da casa, a poupança financeira que representa a aquisição de um imóvel, a satisfação de empreender a execução da própria casa, a economia de gastos com aluguel ou taxas de condomínio e a possibilidade de ampliar o imóvel ao longo dos anos.

A fala do morador DM, mencionada anteriormente neste capítulo, reitera as colocações da autora: “que seja um cômodo só, mas sendo seu... pode ser que não esteja acabado, entendeu? [...] cê pagar aluguel, é um dinheiro que cê não tem retorno, entendeu? [...] Cê não pode mexer, cê não pode fazer uma reforma, cê não pode fazer nada.”

Além dessas vantagens apontadas por Balthazar (2012) e também indicadas pelos moradores, acrescentamos que o processo de autoconstrução não implica,

necessariamente, em dívidas que se estendem a longo prazo como aquelas advindas da aquisição de imóvel financiado ou mesmo o aluguel, e que podem ser consideradas um risco dentro de um panorama financeiro incerto.

Considerando essas questões, o morador pode preferir a construção por conta própria à compra de habitações populares financiadas pelo Estado, em função da maior liberdade de decisão sobre como o espaço será e quando as coisas serão construídas: “Eu sempre falei que eu queria ter minha casa, eu construir a minha casa, porque comprar a casa pronta às vezes nem é do jeito que você quer” (Entrevistada JF). Nesse sentido, podemos compreender que a autonomia é uma demanda dos autoconstrutores.

Além desses fatores, há aqueles que constroem a possibilidade de autodeterminação. Conforme esclarecem Tibo *et al* (2018), a autonomia também é limitada pelas regras e convenções sociais, “o que pode gerar processos desiguais na capacidade de tomada de decisão diante das escolhas que se faz sobre viver e fazer em sociedade” (TIBO *et al*, 2018, p. 11). Nesse sentido, a possibilidade de o morador ter suas preferências observadas também varia em função do gênero – na família nuclear, de base patriarcal, quem toma as decisões é o homem.

Outro aspecto que importa abordar a respeito das limitações socialmente colocadas é que a ausência de uma base comunitária pode diminuir a autonomia pelo poder, uma vez que parte das decisões sobre o habitar são tomadas pela coletividade ou por um poder nomeado para representar os interesses de grupos. Não habitamos apenas a casa, mas também a cidade, além de que mesmo habitando a casa, é preciso existir um código de convivência entre os vizinhos próximos. Assim, a ausência de grupos organizados entre os moradores interfere na capacidade que eles possuem de reivindicar diante do Estado. Por outro lado, se considerarmos que essas reivindicações trazem a presença do Estado para esses territórios, a autonomia pela ausência seria, nesse caso, diminuída.

Por conta de todos esses aspectos, a autonomia pode ser considerada como resultado dinâmico de uma conjugação de forças que agem umas sobre as outras e sobre os processos de autoconstrução. Ao nos perguntarmos o que autodeterminação presente nestes processos pode apontar para o campo de conhecimento da arquitetura, o

primeiro aspecto a ser considerado é que a valorização da autonomia pelo morador precisa ser levada em conta pelo profissional em suas proposições. Como abordamos anteriormente, os autoconstrutores expressam um desejo de usufruir dos conhecimentos do arquiteto e do engenheiro:

**P:** E se você tivesse que dar um conselho, assim, pra alguém que vai construir? O que que seria?

**JF:** Planejamento. Pra por uma pessoa, assim, que te ajuda a fazer um desenho direitinho, aquilo ali que tá no papel, porque você faz aquele desenho e depois ter que modificar... ah não...

Por outro lado, ainda que ele possa aceitar a assessoria de profissionais, pode não compreender e/ou não acatar as soluções propostas para seu espaço privado, íntimo, onde ele expressa sua subjetividade.

**BM:** Aí é assim também, é você ter uma liberdade de você ter uma casa, você fazer uma casa para você, e você falar assim: "Vou definir, eu quero pintar essa casa de bege". Aí chega um arquiteto: "Não, você vai pintar de marfim, vai pintar de outra cor". Ah, sei lá, eu não concordo muito não. Eu acho que eu gosto de fazer o trem mais assim, no meu estilo mesmo, né.

A postura prescritiva incomoda. Assim, é preciso sensibilidade para perceber quando a pessoa está aceitando sem aceitar o que o arquiteto propõe – e esta habilidade podemos desenvolver em contato com as pessoas para as quais concebemos os espaços. Para além do uso e da fruição, a apropriação pode implicar a descaracterização do que foi concebido. Nesse sentido, enquanto caminho para desenvolver a autonomia, mais uma vez, o diálogo se mostra relevante.

### **Autonomia pelo diálogo**

Ao buscar compreender como a autonomia está presente na autoconstrução, nos perguntamos paralelamente como ela ocorre na arquitetura. Mesmo um texto crítico como o de Bicca (1984) enfatiza o arquiteto como alguém que comanda em nome do capital. Assim, ao passo que desenvolver em profundidade sua argumentação em torno da subordinação do trabalho manual ao intelectual, e, por essa via, deixa clara a exploração do operário da construção civil, da qual depende o trabalho do arquiteto, por outro lado, esse autor se debruça pouco sobre a heteronomia do trabalho intelectual e do poder de decisão do arquiteto frente ao capital (representado, entre outros, pelo cliente, pelos promotores imobiliários e pelo Estado).

Dessa forma, se no caso do autoconstrutor, há uma articulação rígida entre os elementos que ele precisa conjugar para construir seu espaço (MARICATO, 1982), no caso do arquiteto, há uma série de critérios (normativos, econômicos, de prazo, tendências do mercado imobiliário, preferências do cliente, etc) que são impostos à criação, de modo que esta também não se encontra livre de constrangimentos.

A autonomia do arquiteto vem de saber das possibilidades especulativas do desenho, do conhecimento sobre os aparatos de legitimação e dos recursos desenvolvidos para registro da memória (PELA, 2020) e para gerenciar dados e informações, bem como seu repertório sobre as diferentes formas de se ocupar o espaço público e privado para além da moradia. Além disso, o arquiteto trabalha com a concepção do espaço e, nesse sentido, se encontra mais mergulhado nesses saberes que os autoconstrutores, cuja ocupação principal não tem relação direta com essa concepção.

Por outro lado, o arquiteto sujeita-se às normas técnicas, às leis e à fiscalização de sua atividade – ele possui uma responsabilidade técnica que precisa levar em consideração. Ademais, os recursos com que esse profissional trabalha são providenciados, geralmente, por outros agentes, existindo sobre esses recursos um limite para os gastos e uma expectativa de retorno. Assim, entendemos que esse profissional não possui autonomia pela ausência ou pelo poder, salvo algumas exceções.

Entendemos, em consonância com Linhares (2018), que o conhecimento é alcançado quando se enxerga que os indivíduos são dependentes dos saberes uns dos outros, de forma que estes precisam ser trocados e compartilhados para gerar novas informações. Assim, se um agente puder transmitir seu saber para o outro e se um puder compreender o papel do outro, ambos ganham em autonomia, porque têm sua capacidade crítica e seu conhecimento ampliados. E precisamente porque a autonomia do arquiteto vem de seu saber é que esse diálogo se torna relevante para o campo de conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas se o mundo e as realidades se apresentam tão múltiplos, poderíamos desejar que os dispositivos conceituais, projetuais e construtivos dos quais se valem os arquitetos e urbanistas também sejam diversos, híbridos, mutáveis, por vir... (MARQUES,2010, p.18).

O fulcro deste trabalho era dar uma resposta ao questionamento: “o que as narrativas dos moradores autoconstrutores revelam para o campo de conhecimento da arquitetura sobre produzir o espaço”. Inicialmente a pergunta foi destrinchada para melhor compreensão do que ela significa e implica. Com esse objetivo, o sentido de “campo de conhecimento da arquitetura” foi trabalhado no Capítulo 1. O capítulo seguinte discutiu a autoconstrução, e o próximo trouxe uma conceituação para as narrativas, junto à metodologia de coleta e análise das mesmas. Outrossim, “produzir espaço” é baseado no conceito de produção do espaço de Henri Lefebvre, conforme esclarecido na Introdução.

Compreendemos o campo de conhecimento da arquitetura como a conjugação de informações, saberes e experiências produzidos por diferentes agentes e instituições – a Universidade, o Estado, as instituições de classe, os profissionais –, bem como aqueles advindos de outras disciplinas e outros agentes relacionados à produção do espaço. Percebemos também que existem disputas de interesse que filtram e hierarquizam as informações, os saberes e as experiências, fazendo com que o campo de conhecimento sofresse cisões que o levaram a adquirir a conformação que vemos hoje. Nesta conformação, que está em lenta (mas permanente) mutação, identificamos alguns discursos predominantes, entre os quais aqueles que associam a arquitetura ao projeto e o arquiteto a um maestro ou gênio.

Assim, a parte de revisão bibliográfica deste trabalho se iniciou com um esforço de síntese do campo de conhecimento da arquitetura que possibilitou enunciar um conceito para esse campo, tecer algumas considerações críticas e apontar os processos que o levaram a adquirir os contornos e limites identificados, por meio da cisão entre este e outras formas de saber e de fazer. É importante ressaltar que essa é uma leitura possível, realizada com base no estudo das bibliografias selecionadas, e não esgota, muito menos tem o intuito de invalidar, outras leituras. Ademais, rumo ao objetivo de trabalhar com a narrativa de moradores autoconstrutores, foram feitas algumas colocações sobre a autoconstrução. Esta foi apresentada como uma

“resposta possível” (MORADO NASCIMENTO, 2011) das pessoas mediante a necessidade de habitar, bem como se revelou um conceito “elástico e genérico” (TIBO *et al*, 2018), diante da diversidade de soluções e maneiras desenvolvidas por essas pessoas. Observamos, também, que a autoconstrução é um conceito formulado não pelos moradores que empreendem os processos que ele denomina, mas pelas instituições sociais – a Universidade, o Estado e as profissões. Tais colocações subsidiaram as análises realizadas, uma vez que apontaram para a necessidade de compreender esses processos a partir da perspectiva daqueles que os desenvolvem – a necessidade de dialogar.

Mas o diálogo pressupõe linguagem comum e, para desenvolver essa linguagem, é preciso compreender e respeitar os outros processos com os quais se divide espaço na produção do espaço urbano. O fato de a separação entre trabalho intelectual e manual não ser apenas um fator de melhoria de processos, mas de hierarquização entre trabalhadores e saberes, a qual acaba por se tornar diferenciação entre seres humanos, gera falas como esta que retomamos: “eles [*arquitetos e engenheiros*] têm a teoria na caneta, a gente tem a prática de colocar os tijolos, fazer ali, entendeu? Então o que eles sabem é muito superior ao que eu sei” (Entrevistado HM).

Entendemos que, em um ambiente cultural no qual a premissa seja a hierarquização entre saberes e modos de fazer – uns são considerados bons e outros ruins, uns qualificados e outros desqualificados –, não é possível a troca que o diálogo pressupõe, apenas uma imposição de saberes, que acaba produzindo uma constelação de monólogos.

Esta pesquisa aponta alguns subsídios para os diálogos, não apenas com vistas a que o arquiteto possa trabalhar com essas pessoas, ou seja, para que se abra mais um nicho de mercado. Entendemos que essas trocas são relevantes, sobretudo, para que o profissional possa se posicionar de modo mais crítico na produção do espaço urbano, compreendendo melhor seu papel e o alcance de sua prática, ao adentrar espaços em que essa prática pode ser considerada estranha e incoerente; ou ainda, uma coisa positiva, mas não necessária. Conforme abordado no Capítulo 3, os dados – trechos de fala – que a pesquisa permitiu levantar foram organizados a partir das linhas de análise *território, práticas construtivas, tempo e recursos financeiros, cultura*

e *agentes*, *alteridade* e *autonomia*, a partir das quais tecemos reflexões críticas. Destas, destacamos o que segue.

Foi importante notar no conjunto das falas as noções de propriedade e de casa própria, porque são elementos estruturantes da maneira como o morador autoconstrutor olha para a cidade. É importante entender essa individualização do espaço como elemento cultural que atua como interface nos processos de apropriação do espaço urbano.

Ademais, no que diz respeito ao território, se por um lado, o arquiteto olha para este elemento como uma tábula rasa, ignorando suas preexistências (MARQUES, 2010), por outro lado, é preciso ressaltar que os estudos a respeito do território encontrados nas disciplinas arquitetura e urbanismo (que no Brasil caminham juntas), vão além dos limites do espaço individualizado e privatizado, abrangendo o espaço coletivo em diferentes escalas, bem como uma preocupação com a transição entre o público e o privado. Nesse sentido, acreditamos na relevância de se estabelecer um diálogo porque temos a contribuir para ampliar aquilo que, para o autoconstrutor, é seu espaço de vida.

Além disso, nas onze entrevistas, foi possível notar, explícita ou implicitamente, que o tempo da autoconstrução é paulatino e incremental. Por outro lado, o tempo implícito no conhecimento que engendra a prática da arquitetura é controlável, e o processo tem começo, meio e fim conhecidos. Esse tempo, não é possível impor aos processos de autoconstrução, uma vez que, conforme ressaltado anteriormente, tempo e dinheiro são faces da mesma moeda. Possuem uma imbricação muito profunda e é possível observar que não apenas o tempo varia com o dinheiro, isto é, se houver maior disponibilidade financeira, a obra anda mais rápido e o processo construtivo é mais coeso, mais lógico.

Se por um lado o tempo varia com o dinheiro, fazendo com que as obras se arrastem por muitos anos, e em alguns casos sejam interrompidas, por outro lado é possível observar também que o dinheiro varia com o tempo, isto é, as obras são, de modo geral, incrementais: após uma base, um núcleo inicial que pode ser até mesmo precário, vão sendo efetuadas melhorias. Além disso, na autoconstrução, tempo e dinheiro podem ser desviados para imprevistos familiares de outra ordem, como tratamentos de saúde.

O ponto chave é que essas melhorias, até o ponto em que seja possível planejá-las, podem se tornar oportunidade para intercâmbio de conhecimentos e experiências entre arquitetos e autoconstrutores, as quais alimentariam o campo de conhecimento da arquitetura com outras perspectivas e, até mesmo, outros discursos. Entendendo esses fatores, talvez seja possível haver um diálogo em torno da tríade espaço-tempo-dinheiro, encontrando modos de agregar maior qualidade à moradia por meio de processos de concepção espacial e planejamento que consigam se adaptar à dinamicidade dessa conjunção.

É preciso, também, estar preparado para provar a própria experiência – como foi abordado por meio da linha de análise *cultura* –, especialmente considerando que foi possível observar, da interação com os interlocutores desta pesquisa, a ocorrência de dois entendimentos predominantes: (i) que o engenheiro cuida do projeto, cálculo, acompanhamento da obra e o arquiteto cuida do pós-obra, da decoração, dos detalhes; ou (ii) o engenheiro aparece na fala deles, mas o arquiteto sequer é mencionado.

Assim, nos cabe saber responder, de maneira clara, com uma linguagem adequada (sem jargão, expressão poética ou vocabulário rebuscado) e prontamente a perguntas como: quem é o arquiteto, o que ele faz, arquiteto e engenheiro são a mesma coisa, como um projeto pode me ajudar, quanto vai custar, como solucionar patologias construtivas – sobretudo aquelas relacionadas à água. Essas são respostas que, no entendimento desenvolvido por meio desse trabalho de pesquisa, a disciplina da arquitetura precisa fornecer.

Além disso, é preciso haver diálogo entre o campo de conhecimento da engenharia e o da arquitetura. Identificamos, por meio da bibliografia, sobretudo na obra de Oliveira (2016), problemas de atribuição e disputas profissionais entre as duas categorias. Esses problemas podem ter relação causal com a falta de clareza que as narrativas dos autoconstrutores indicam a respeito desses profissionais. Assim, acreditamos ser razoável afirmar que essas questões precisam ser equacionadas como uma premissa para o estabelecimento de pontes com os moradores que constroem suas casas. Nesse sentido, cabe pensarmos criticamente a divisão entre arquitetura e engenharia apontada no Capítulo 2 e as disputas corporativas que surgiram daí. Entendemos que as disputas profissionais, a distribuição de atribuições e o arcabouço normativo e



institucional que regulamenta a profissão conformam um tema que precisa ser trabalhado desde a formação dos arquitetos.

Postas tais considerações, entendemos que a principal contribuição desta pesquisa é de cunho teórico, uma vez que traz informações para melhor compreensão dos processos autoconstrutivos. Ademais, a leitura lança luz aos modos pelos quais o campo de conhecimento da arquitetura se estabelece na produção do espaço urbano, a qual compartilha com outros processos, entre os quais a própria autoconstrução. Com o trabalho desenvolvido, mostrou-se patente a necessidade de revisitar os mecanismos pelos quais as informações, os saberes e as experiências são filtradas e hierarquizadas neste campo de conhecimento, bem como as implicações que isso representa para a prática dos arquitetos.

Outrossim, cabe salientar que o texto desta pesquisa não se isenta da crítica, uma vez que faz coro aos discursos contra-hegemônicos presentes no campo de conhecimento – alguns dos quais foram tratados na seção 1.4 desta dissertação, “Outras Perspectivas” – ao apontar para a necessidade de estabelecer uma relação de diálogo não-violento com outros modos de *fazer o* e de *ser no* espaço.

Entendemos ser necessário, também, fazer algumas considerações sobre o trabalho de pesquisa em si, sobre o ato da pesquisa qualitativa a nível de mestrado: trabalhamos com uma pergunta de pesquisa aberta e com um material muito rico, de forma que seria possível extrair trechos para fundamentar reflexões críticas em torno de outras linhas – outras combinações das sete linhas de análise de Tibo *et al* (2018), por exemplo. Contudo, escolhemos discutir algumas por uma questão de exequibilidade, haja vista o tempo disponível para a pesquisa. Isso quer dizer que esse material merece maior escrutínio e a pesquisa pode continuar, inclusive, com base em outras metodologias, como a análise do discurso.

Por fim, queremos destacar como conclusão possível deste estudo a relevância de contaminar a disciplina de arquitetura com as reflexões críticas emergentes a partir de contextos da produção do espaço urbano, como a autoconstrução. Isto porque a disciplina é um componente central na formação profissional, definindo a linguagem e a tradição que serão transmitidas, aprendidas e modificadas (BRANDÃO, 2009;

BENEVOLO, 2001) pelos agentes do campo de conhecimento, especialmente os profissionais.

Nesse sentido, as narrativas dos moradores autoconstrutores revelam para o campo de conhecimento da arquitetura a necessidade de alguns movimentos dentro do mesmo, para disciplinar de algumas temáticas. Queremos dizer com isso que as temáticas levantadas nesta pesquisa – por exemplo, a regularização fundiária e a improvisação no processo de projeto – já estão presentes na discussão acadêmica. Mas devem fazer parte, de modo mais contundente, da formação dos arquitetos, em face das demandas apresentadas pela produção do espaço urbano. Para isso, teremos de assumir o “convívio do inconciliável”, nas palavras de Haesbaert (2021, p. 329), o qual marca profundamente os diferentes territórios em nosso país.

Entendemos, portanto, que é preciso pensar como a formação pode auxiliar os arquitetos, inexperientes e experientes, a atuar em contextos marcados não pela racionalidade, mas pela contradição. E, para isso, talvez seja necessário que tal formação abra mais espaço para as experiências práticas como estágios, participação em projetos de extensão e em órgão colegiados de políticas públicas, ainda que isso possua implicação na dedicação aos ateliês de projeto. A esse respeito, importa destacar a relevância da curricularização das atividades de extensão, estabelecida pela Resolução nº 7/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.<sup>22</sup> Essa normativa estabeleceu que as atividades de extensão representarão, no mínimo, 10% do total da carga horária no currículo dos cursos de graduação, e as instituições de ensino superior brasileiras estão se movimentando para atendê-la.

A política de cotas para ingresso nas universidades brasileiras também possui papel relevante como uma fissura por meio da qual vivências diversas daquelas hegemônicas no meio acadêmico podem alcançar esse espaço de debate institucional.

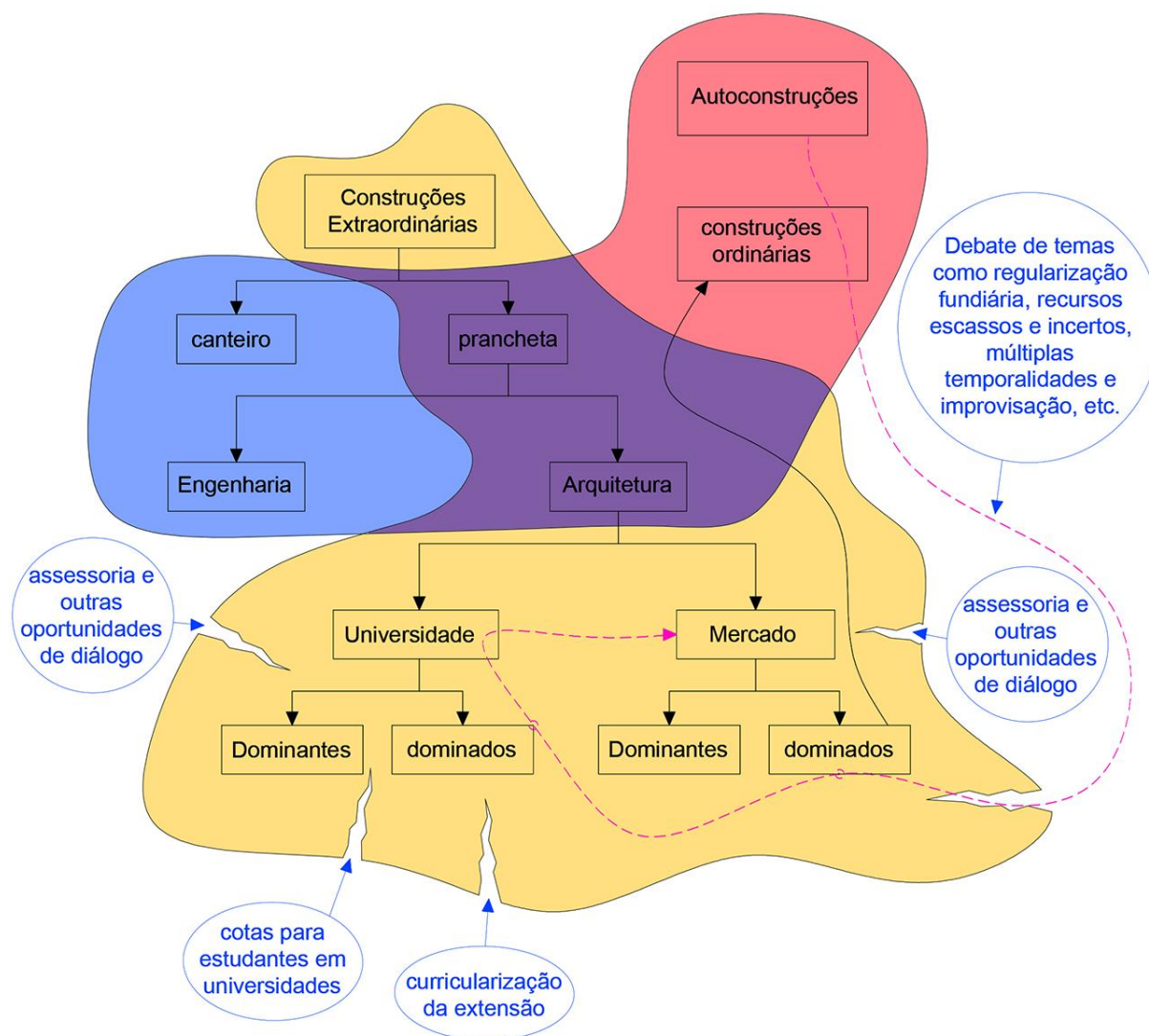
Resgatamos, portanto, a leitura construída no Capítulo 1, para destacar algumas contaminações necessárias e fissuras existentes e consideramos necessárias a uma

---

<sup>22</sup> Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=62611>>. Acesso em setembro de 2023.

inserção mais crítica do campo de conhecimento da arquitetura na produção do espaço urbano.

Figura 25 - Campo de conhecimento da arquitetura: contaminações e fissuras.



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, observamos que, a despeito de o diagrama acima destacar as principais fissuras e contaminações discutidas neste trabalho, outras mais, também relacionadas à discussão que se finda, poderiam ser abordadas em trabalhos posteriores. Dentre outras, mencionamos as disputas internas à própria Universidade e a contaminação com outros campos de conhecimento, o do Direito ou o da Administração, por exemplo – as quais também interferem nos modos como o campo de conhecimento da arquitetura é formado e transformado.

Assim, seguimos na busca por compreender aquilo que pensam de nós os outros agentes da produção do espaço urbano. Notamos uma incompatibilidade entre o entendimento do campo de conhecimento da arquitetura e o da autoconstrução, mas essa temática merece maior escrutínio. Pode ser relevante trazer para essa discussão, também, as narrativas e as ações de outros agentes, além dos autoconstrutores, em face do arquiteto.

Considerando, em consonância com Linhares (2018, p. 24), que a autoconstrução não é a exceção e sim a regra da produção do espaço urbano, dialogar com esses processos deveria ser a regra e não a exceção na formação de profissionais que se incumbem de estudar e propor essa produção.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; D' ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos estudos - CEBRAP**, v. 82, 2008, p. 109-130.
- ARANTES, Pedro Fiori. Forma, valor e renda na arquitetura contemporânea. **ARS**, São Paulo, v. 8, n. 16, 2010, p. 85-108.
- BALTHAZAR, Renata Davi Silva. **A permanência da autoconstrução**: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 11-68.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, vol. I).
- BICCA, Paulo. **Arquiteto: a máscara e a face**. São Paulo: Editora Projeto, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A Miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 159-166.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A Arquitetura no Renascimento: entre a disciplina e a indisciplina. *In*: OLIVEIRA, Beatriz Santos *et al* (org.). **Leituras em Teoria da Arquitetura**, vol. 1, Coleção PROARQ. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2009, p. 24-45.
- BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, v. 18, n.1, 1991, p. 1-21.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016, p. 53-73.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 4, n.3, 1999.
- CUNHA, Danielle de Fátima. **Educação Infantil em Conselheiro Lafaiete**. 87f. Trabalho apresentado na disciplina Introdução ao Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- FERREIRA, Marina B. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, v. 3, 2020, p. 51-64.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre “O Vício da Virtude”. **Novos estudos - CEBRAP**, v. 76, 2006, p. 229-234.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª Ed., 1987.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso: Conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021. *E-book*.

HILLIER, Bill; LEAMAN, Adrian. How is design possible? **Journal of Architectural Research**, v. 3, n.1, 1974, p. 4-11.

HIROKI, Juliana Eiko. A imagem do arquiteto - imaginários, discursos, mitos e representações. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL IMAGINÁRIO, III, São Paulo, 2019. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2019. Disponível em <https://sites.usp.br/icht2019/> Acesso em: dez. 2022.

KOWARICK, Lúcio. Autoconstrução de moradias em áreas periféricas: os significados da casa própria. *In*: KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 163-221.

LAMOUNIER, Rosamônica da Fonseca. **Da autoconstrução à arquitetura aberta**: o Open Building no Brasil. 509 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. p. 66-77.

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n.1, 2015, p. 17-44.

LIMONAD, Ester. Planejar por quê? *In*: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo (org.). **Planejamento territorial**: reflexões críticas e perspectivas, v. 1. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021, p. 16-44.

LINHARES, Juliana de Faria. **Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LOPES, Marcela Silvano Brandão; MORADO NASCIMENTO, Denise; GOULART, Fabrício Frederico. Creche Tia Carminha: construção de uma prática compartilhada. *In*: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016, p. 171-217.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.2, 2018.

MACIEL, Carlos Alberto. Arquitetura, indústria da construção e mercado imobiliário - ou a arte de construir cidades insustentáveis. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 163.00, 2013. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.163/4986>>. Acesso em jan. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A metrópole sob o olhar do antropólogo. **Revista USP**, Dossiê Metrôpoles, São Paulo, n. 102, 2014, p. 53-67.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., A Pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. **Anais [...]**. Bauru, SP: SIPEQ, 2004.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Revista Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 21, 2009, p. 33-52.

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e Singularidades Urbanas**: na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno**: Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, Josep Maria. **A condição contemporânea da arquitetura**. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

MORADO NASCIMENTO, Denise; FREITAS, Daniel Medeiros de; NASCIMENTO, Gabriel da Cruz. Outro jogo de linguagem como proposta teórico-metodológica da leitura do lugar. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.24, dez. 2022, p. 135-159.

MORADO NASCIMENTO, Denise. Moradia: é possível pensar em alternativas? **E-metropolis**, n.37, jun. 2019, p. 7-12.

MORADO NASCIMENTO, Denise. Uma leitura bourdieusiana da arquitetura. *In*: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 283-296.

MORADO NASCIMENTO, Denise; BITTENCOURT, Rafael Reis. Invadir ou ocupar? *In*: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016a, p. 61-74.

MORADO NASCIMENTO, Denise. Outra lógica da prática. *In*: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016b, p. 15-26.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. *In*: MENDONÇA Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011, p. 217-230.

MORADO NASCIMENTO, Denise. Campo de conhecimento, vida cotidiana e a informação. **Informação & Informação**, v. 10, n.1-2, 2005b, p. 31-33.

MORADO NASCIMENTO, Denise **A edificação urbana como expressão da prática informacional**: análise do campo tectônico de Belo Horizonte. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005a.

OLIVEIRA, Antônio Francisco. **O Exercício da Arquitetura no Brasil**. Olinda: Editora Livro Rápido, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos - CEBRAP**, v. 74, 2006, p. 67-85.

PACHECO, Cristiano Ricardo de Azevedo. **Arquitetura e Urbanismo**: estratégias profissionais, disputas mercadológicas e ascensão profissional. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2018.

PELA, Ida Matilde. **O céu é o limite**: a autoconstrução como obra aberta. 360 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PEREIRA, Ana Clara de Souza; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Análise do Plano Diretor de Conselheiro Lafaiete à luz do Estatuto da Cidade. *In*: FÓRUM HABITAR, 4., 2017, Belo Horizonte, 2017. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

PEREIRA, Ana Clara de Souza. **Conselheiro Lafaiete, MG, cidade média em consolidação** - Um estudo sobre o espaço intraurbano no período 1970-2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

PINTO, Victor Henrique Lana; FERNANDES, Rosângela Aparecida Soares. Análise de preços hedônicos no mercado imobiliário residencial de Conselheiro Lafaiete, MG. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, 2019, p. 627-643.

ROCHA, Bruno Massara. Novos olhares e desafios da complexidade na epistemologia projetual. **Revista Pós FAUUSP**, São Paulo, v. 23, n. 49, 2016, p. 102-119.

ROSA, Carolina. Entre teorias para as ciências da construção: efeitos das fraturas epistêmicas estabelecidas historicamente na teoria da arquitetura para a prática contemporânea. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n.13, 2022, p. 10-26.

SALVATORI, Elena. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. **Arquitetura Revista**, v. 04, n.02, 2008, p. 52-77. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/issue/view/217>. Acesso em fev. 2021

SANÍN-RESTREPO, Ricardo. Decrypting the city: The global process of urbanisation as the core of capitalism, coloniality and the destruction of democratic politics of our times. *In*: OSMAN, Amira (ed.). **Cities, space and power**. Cidade do Cabo: AOSIS Publishing, 2020, p. 01-27.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, William Soares dos. Níveis de interpretação na entrevista de pesquisa interpretativa com narrativas. *In*: BASTOS, Líliliana Cabral; SANTOS, William Soares dos (org.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2013, p. 21-36.



SANTOS, Cecília Reis Alves. Infraestrutura autoconstruída: articulações sociotécnicas na produção do espaço urbano. *In*: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016, p. 45-58.

SINGER, Paul. O uso do solo na economia capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

SEGNINI JR., Francisco. **A prática profissional do arquiteto em discussão**. 244 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SEGNINI JR., Francisco. Arte, técnica e mercado: o trabalho do arquiteto. **Revista Pós FAUUSP**, São Paulo, v. 17, n.27, 2010, p. 122-135.

SOARES, André Costa Braga. **Processos compartilhados de produção do espaço urbano**: a mediação da informação na arquitetura. 270 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOJA, Edward W. Simcities: La reestructuración del imaginario urbano. *In*: SOJA, Edward W. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008, p. 451-485.

SOUSA, Richard P. Luiz; NUNES, Cristina C.; MEDEIROS, Denise O. Arquitetura, Arte, Ciência e Tecnologia: uma reflexão sobre a construção do conhecimento da teoria e da prática. **Revista Arquitectura Lusíada**, n.7, 2015, p. 143-152.

STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado**: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade; LINHARES, Juliana; MORADO NASCIMENTO, Denise. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, III, 2018, Salvador. **Anais do III UrbFavelas**. Salvador: UCSAL, 2018, p. 1-19.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade. Sobre duas práticas construtivas: a autoconstrução e a arquitetura disciplinar. *In*: MORADO NASCIMENTO, Denise *et al* (org.). **Práticas sociais no espaço urbano**: percursos e desdobramentos do grupo PRAXIS-EA/UFMG [2009-2022]. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 2022, p. 178-203. Disponível em <https://praxis.arq.ufmg.br/producao/livros-artigos-e-capitulos/> Acesso em jun. 2023.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, n.40, v. 1, 2006, p.27-55.

URIARTE, Urpi Montoya. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espços na cidade de Salvador. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 15, n.36, p.115-134, ago./dez. 2014.

VASCONCELOS, Guilherme Nunes de. **O arquiteto como incorporador**: uma investigação sobre a atuação convencional e outras possibilidades. 229 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WHITAKER, J. S. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: qual o papel da profissão? **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n.133.07, 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>. Acesso em dez. 2020.